

ANAIS DA VII MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ISSN: 2526-0510



MOSTRA
CIENTÍFICA

DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
CIÊNCIA E COMPROMISSO SOCIAL

VOLUME 7, NÚMERO 1, 29 DE NOVEMBRO DE 2022

**ANAIS DA VII MOSTRA CIENTÍFICA DA FACULDADE
MULTIVIX – CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM**

29 de novembro de 2022

EDITORAÇÃO E PADRONIZAÇÃO DOS ANAIS

Profa. Dsc Natalia Ribeiro Bernardes

ISSN: 2526-0510

***INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR DO ESPÍRITO SANTO
UNIDADE DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM***

Campus 1:

Rua Moreira, nº 29, Bairro Independência

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.306-017

Campus 02 - Sede:

Rodovia Engenheiro Fabiano Vivacqua, nº 2531 a 2597, Lambari, Monte Belo,

Cachoeiro de Itapemirim-ES

CEP: 29.320-899

Site: <http://cachoeirodeitapemirim.multivix.edu.br/>

Telefone: (28) 3526-4250

O conteúdo de cada trabalho é de responsabilidade exclusiva dos autores.
A reprodução dos textos é autorizada mediante citação da fonte.

ANAIS DA VII MOSTRA CIENTÍFICA DA MULTIVIX CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo – Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim
v.7, n. 1. 29 nov. 2022 – Anual

Diretor Executivo

Tadeu Antônio de Oliveira Penina

Diretora Acadêmica

Eliene Maria Gava Ferrão Penina

Diretor Administrativo e Financeiro

Fernando Bom Costalonga

Direção Geral

Valderedo Sedano Fontana

Coordenação Acadêmica

Laureanny Madeira

Coordenação de Graduação e de Pesquisa e Extensão

Natalia Ribeiro Bernardes

Bibliotecária

Alexandra Barbosa Oliveira

Presidente da Comissão Editorial

Eliene Maria Gava Ferrão

Comissão Editorial:

Andressa Borsoi Ignez

Eliene Maria Gava Ferrão

Natalia Ribeiro Bernardes

Laureanny Madeira

Anais da VII Mostra Científica da Multivix Cachoeiro de Itapemirim/
Instituto de Ensino Superior do Espírito Santo - Faculdade Multivix
Cachoeiro de Itapemirim – v. 7. n. 1, 29 nov. 2022 – Cachoeiro de
Itapemirim: MULTIVIX, 2022.

Anual
ISSN 2526-0510

1. Generalidades: Periódicos. I. Faculdade Multivix Cachoeiro de
Itapemirim – MULTIVIX.

CDD. 000

APRESENTAÇÃO

A Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim realiza em 2022 a “VII Mostra Científica: CIÊNCIA E COMPROMISSO SOCIAL”, no formato presencial envolvendo todos os cursos da unidade, proporcionando a oportunidade de continuarmos a discussão em todas as áreas do conhecimento.

Vale ressaltar que a mostra científica proporciona à comunidade acadêmica meios de interação, amplia o universo de discussões e fomenta a pesquisa e a extensão tanto regional, como nacionalmente.

O tema da VII Mostra científica é Ciência e Compromisso Social e sempre é bom destacar a importância e o papel da ciência como norteadora na tomada de decisões da sociedade e a sua relevância para novas descobertas, para a inovação e melhoria da qualidade de vida, reafirmando a importância da saúde pública gratuita e do compromisso das instituições públicas com as comunidades nas quais estão inseridas

Que a leitura desses resumos possa abrir nossos horizontes e impulsionarmos cada vez no caminho da pesquisa.

Boa leitura a todos!

Tadeu Antônio de Oliveira Penina
Diretor Geral Executivo

SUMÁRIO

Utilização de Simuladores Virtuais no Processo de Ensino Aprendizagem de Química, Física e Matemática no Ensino Médio

Escória de Afciaria LD e Lama Abrasiva como Aditivo para Cimento

Icterícia Neonatal

Democratização das Leis nas Escolas Públicas: Apresentando Direitos e Deveres para Cidadãos, Contribuindo para Adultos Praticantes da Boa-Fé

Depressão Pós-Parto: Fatores Associados e a Atuação da Equipe de Enfermagem no Puerpério das Mulheres

Doenças Patogênicas: Água Como Principal Veículo Transmissor

Educação em Saúde: Experiência dos Acadêmicos de Enfermagem da Faculdade Multivix na Participação do Grupo de Apoio às Gestantes no Município de Muqui – Es.

Enfermagem: Conhecendo a Importância da Consulta de Enfermagem no Pré-Natal

Cidadania: Direitos e Deveres

Cálculos de Medicamentos na Enfermagem

Automedicação e Intoxicação por Paracetamol: A Atenção Farmacêutica na Dispensação de Medicamentos de Venda Livre

Necropulpectomia no Elemento 14: Relato de Caso Clínico

Lúpus Eritematoso Sistêmico (Les) Gestacional

O Método Pilates no Tratamento da Incontinência Urinária

O Papel do Enfermeiro no Processo de Doação e Transplante de Órgãos e Tecidos

Obesidade: Impacto na Primeira Infância

O Uso de Antidepressivos por Crianças e Adolescentes no Município de Castelo - Es x Pandemia da Covid-19: Uma Revisão Integrativa

Obesidade Infantil Relacionada à Predisposição de Doenças Crônicas: Uma Relação entre Fatores de Riscos e Prevenção.

Pesquisa e Desenvolvimento de Cosméticos Veganos: Os Desafio para Padronizar um Produto Conforme Parâmetros Reconhecidos por Entidades Certificadoras

Plantão Psicológico como uma Possibilidade de Atuação nas Escolas: Relato de Experiência

Segurança do Paciente: Erro na Administração de Medicamentos no Ambiente Hospitalar

Sífilis Congênita e Neurosífilis

Suplementação de Ácido Fólico na Gravidez: Revisão Integrativa

Assistência do Enfermeiro na Puericultura: Uma Revisão da Literatura

Assistência de Enfermagem ao Pré-Natal Tardio

**UTILIZAÇÃO DE SIMULADORES VIRTUAIS NO PROCESSO DE ENSINO
APRENDIZAGEM DE QUÍMICA, FÍSICA E MATEMÁTICA NO ENSINO MÉDIO**Alex Antonio Lamonato Filho¹,Arthur Angelo Lustosa¹,Estefanie Poggian Afonso¹,Rafael Pena dos Santos¹,Richardson Alemonger Neves Carreiro¹,Mylena Barreto Silva²,Diego Borges Tabelini³,Ednea Zandonadi Brambila Carletti⁴**1 INTRODUÇÃO**

Com o advento da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na contemporaneidade, a sociedade, bem como seus indivíduos passam por uma revolução tecnológica que causa mais impacto que a descoberta da imprensa de Gutenberg e a própria Revolução Industrial e vem acompanhada de fatores sociais, psíquicos e culturais (CARVALHO; NUNES, 2016).

A educação, notadamente neste contexto, é um segmento social que busca cotidianamente acompanhar essas mudanças, que são complexas, principalmente no Brasil, país miscigenado, com grandes extensões territoriais, disparidades sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido, torna-se necessário compreender como essas tecnologias realmente potencializam o processo de ensino aprendizagem do aluno contemporâneo, que é ávido por informação e conhecimento de forma rápida, eficaz e lúdica.

E nesse contexto, estão os jogos que são uma excelente forma de ensinar aos alunos

¹ Discente do Ensino Médio do Centro Interescolar Áttila de Almeida Miranda.

² Graduanda e Engenharia de Produção pela Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

³ Mestrando em Biotecnologia pela Universidade Federal de Alfenas -UNIFAL. Graduado em Química pelo Centro Universitário São Camilo. Graduado em Física pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professor do Centro Interescolar Áttila de Almeida Miranda. Professor da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

⁴ Mestre em Ciência da Informação pela PUC-Campinas. Especialista em Informática da Educação pelo IFES. Graduação em Pedagogia pela FAFIA. Professora da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim. Comissão Científica

de forma mais próxima a realidade atual que vivenciam. E, no ensino das ciências naturais e matemática é possível suavizar, dinamizar e potencializar através de jogos virtuais, tal processo.

2 MARCO TEÓRICO

O contexto educacional passa por transformações, reinvenções e por desafios, notadamente após a pandemia da COVID-19. Os procedimentos e métodos de ensino passaram por mudanças e ainda buscam maior familiarização com o contexto tecnológico passando da instrução ao protagonismo discente (OLIVEIRA, 2020). Assim, a educação galga a fase do desenvolvimento de competências, visando buscar informações, compreendê-las e utilizá-las nas resoluções dos problemas, (VALENTE, 1996) bem como promover práticas colaborativas e experiências significativas, tanto aos discentes como aos docentes.

Partindo do princípio que crianças e jovens usam a tecnologia com frequência em diversos dispositivos com acesso à internet, já incorporados ao universo escolar, é preciso “tirar proveito das plataformas, do que pode ser feito com softwares, inteligência artificial e outros recursos avançados, indo além de currículos centrados nas ações com lápis e papel”. As tecnologias digitais vão do uso passivo, como clicar e abrir um tutorial, às possibilidades de se fazer intervenções interativas. Isso exige que as pessoas tenham conhecimentos para se expressar, interagir e criar (VALENTE, 2020, s.p).

Há alguns anos a ideia de utilizar jogos eletrônicos na educação não era algo comum na visão dos professores. Contudo, com o passar dos anos e com o avanço da tecnologia foi possível notar que a utilização dos mesmos era vantajosa na aprendizagem, não sendo somente uma opção, mas se tornando uma necessidade. Nesse contexto, ainda são utilizados jogos como o xadrez, tangram, jogos da memória, jogos de tabuleiro, entre vários outros, para tornar a educação cada vez mais dinâmica e divertida.

O uso de jogos educativos na atualidade está sendo cada vez mais difundido, e nas escolas a situação não é diferente, com a tecnologia cada vez mais presente os métodos de ensino estão sendo transformados e potencializados. Com isso, o protagonismo

discente se fortalece e desafios educacionais vão se tornando cada vez mais dinâmicos e divertidos (OLIVEIRA, 2020).

3 MATERIAL E MÉTODOS

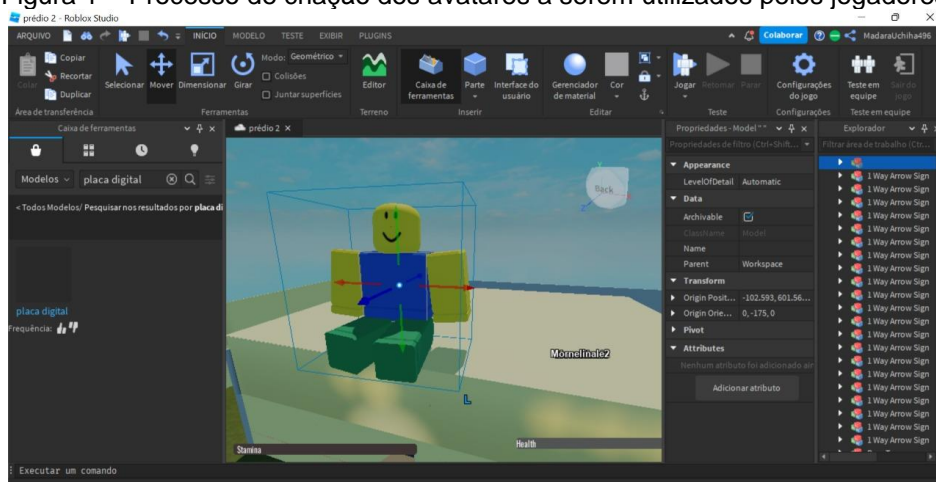
Trata-se de um estudo de natureza aplicada, com abordagem qualitativa, e objetivos exploratórios. Inicialmente utilizou-se pesquisa bibliográfica, trazendo os pensamentos de autores para facilitar a compreensão do tema e em temas específicos de física a fim de construir o jogo virtual. É importante destacar que toda pesquisa necessita de apoio da pesquisa bibliográfica para evitar que haja desperdício do tempo com algum problema já solucionado e consiga conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Posteriormente foi realizado uma pesquisa experimental que conforme Gil (2022, p.45) “consiste essencialmente em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis capazes de influenciá-lo e definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto”. Ressalta-se que nesse tipo de pesquisa o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O jogo foi desenvolvido utilizando a Plataforma Roblox, pois permite ao usuário a criação e o desenvolvimento de seus próprios jogos de forma gratuita e segura. Nota-se que o Roblox foi criado como uma ferramenta educacional para ensinar conceitos de Física para crianças (GOGONI, 2020).

Figura 1 – Processo de criação dos avatares a serem utilizados pelos jogadores.



Fonte: Arquivos dos autores, 2022

A produção do game agrega grande quantidade de conhecimento e exigiu uma formação e dedicação extra dos integrantes do programa, exemplo disso pode ser visto na Figura 1 durante a produção do avatar do jogador, onde é notável a necessidade de conhecimento de programação, conhecimento esse que não é passado em disciplinas escolares, e ainda um bom domínio de matemática, em geometria e razão e proporção. Dessa forma obtém-se um jogo para auxiliar no processor de ensino tornando-o mais interessante, mas também é uma ferramenta de ensino durante a sua produção e não só na aplicação pois estimulou os integrantes do projeto a se apropriarem de conhecimento além das fronteiras escolares.

Figura 2 – Desenvolvimento do mapa do game e inserção das situações problemas sobre conteúdos escolares.



Fonte: Pesquisa dos autores, 2022

Durante a apresentação do jogo, percebeu-se que os alunos se empenharam e
Comissão Científica

aproveitaram cada minuto do jogo, testando seu nível de conhecimento e relembrando matérias que já viram em todo o Ensino fundamental II (que abrange do 6º ao 9º ano) e no Ensino Médio. Foi notável que o fato de ser um game gera um ambiente de competição muito saudável que estimula a aprendizagem de conteúdos e auxilia na interação entre os alunos criando redes de apoio como pequenas equipes, ainda foi percebido o surgimento de lideranças nessas equipes, com ramificações e divisões bem específicas de tarefas e de necessidades, uma parte do grupo era voltado a desenvolver conhecimentos acadêmicos e outro buscava treinar como lidar com esse tipo de jogo e com sua melhor jogabilidade.

Durante o teste do game alguns alunos acabaram ficando em dúvida em algumas matérias, por não recordar o conteúdo ou até mesmo por dificuldade em absorver determinado conteúdo específico. Contudo, o nível de aprovação do jogo foi de 87% segundo avaliação dos alunos, enquanto os 13% dos alunos que não aprovaram o jogo, foi porque achou o jogo meio confuso, se perdendo no labirinto não encontrando a saída, dessa forma não foi possível verificar se havia dificuldade real nos conteúdos ou na jogabilidade.

Ressalta-se que o nível de rendimento e de participação dos alunos na aplicação do jogo virtual foi extremamente colaborativo. Ao fim da aula os alunos classificaram e teceram comentários sobre o jogo reforçando que os jogos podem "Sim" ser uma forma dinâmica de aprendizado durante as aulas, e aumenta o nível de interação dos alunos, bem como pode ser aplicado em equipe ou até mesmo sozinhos, aumentando o nível de conhecimento e interesse durante as aulas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jogo ajuda a construir novas formas de pensamento, desenvolvendo e enriquecendo personalidade, formação acadêmica e inteligência emocional, além de ser uma nova possibilidade de avaliação de ensino visto que é possível obter muito mais empenho e dedicação dos alunos do que nas aulas e avaliações tradicionais. A aplicação dos jogos ocorreu com sucesso, dinamizou o conteúdo de física, bem como despertou o interesse do corpo discente, visto que é um ambiente competitivo, dinâmico, interativo e proativo.

6 REFERÊNCIAS

CUNHA, M.B. da. Jogos no Ensino de Química: Considerações Teóricas para sua Utilização em Sala de Aula. **Química Nova na Escola**, v. 34, n. 2, p. 92-98, maio 2012. Disponível em: http://qnesc.sbq.org.br/online/qnesc34_2/07-PE-53-11.pdf. Acesso em 15 set. 2022.

FRANCO, M.A. de O. Jogos como ferramenta para favorecer a aprendizagem. In: **V CONEDU, Congresso Nacional de Educação**. 2018. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA17_ID7680_07092018192407.pdf. Acesso em 15 set. 2022.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2022. Disponível em: [https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10\[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5!\]/4](https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559771653/epubcfi/6/10[%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml5!]/4). Acesso em 15 jun. 2022.

OLIVEIRA, S.S.A. de. PROTAGONISMO DISCENTE: uma prática desafiadora e inovadora na educação básica de um colégio no recôncavo baiano. In: **XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação**, Faculdade de Educação da UFBA, p.1-7, 04 a 07 nov. 2020. Disponível em: http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/7007-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf. Acesso em 15 set. 2022.

RIBEIRO, M. Conheça dez jogos educativos on line. **Portal Aprendiz UOL**, 06 fev. 2013. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2013/02/06/conheca-dez-jogos-educativos-online-gratuitos/>. Acesso em 15 set. 2022.

VALENTE, J. A. A tecnologia não é bem explorada na educação. In: NIED, UNICAMP, Campinas, 14 out. 2020. Disponível em: <https://www.nied.unicamp.br/a-tecnologia-nao-e-bem-explorada-na-educacao/>. Acesso em 13 set. 2022.

VALENTE, J. A. Informática na educação: conformar ou transformar a escola. **Perspectiva**. Florianópolis, UFSC/CED, NUP, n. 24 p. 41 – 49, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/download/10703/10207/0>. Acesso em 13 set. 2022.

ESCÓRIA DE ACIARIA LD E LAMA ABRASIVA COMO ADITIVO PARA CIMENTO

Cleiton Cabral Martins¹
Iracema Cravinho Mozelli²
Poliana do Carmo Jorge³
Carlos Eduardo Couto Conegundes⁴

1 INTRODUÇÃO

Atualmente o cimento é um material bastante utilizado na construção civil, encontrar meios de torná-lo mais sustentável é uma questão importante. Tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis, inclusivas, seguras e resilientes é uma das pautas abordadas na agenda 2030 da ONU (2022), a meta 11: cidades e comunidades sustentáveis em sua subdivisão 11.6 possui como objetivo reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, o que inclui prestar atenção especial à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais entre outros. Como tornar uma cidade mais sustentável? Será que utilizar materiais locais que seriam descartados ou não teriam destinação poderia contribuir?

A gestão da política nacional de resíduos sólidos regida pela lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010 coopera para atender esta meta, a utilização de materiais locais que seriam descartados pode ser uma alternativa viável para contribuir com o desenvolvimento das cidades e a preservação do meio ambiente. Nesta ótica a escória de aciaria tem potencial para cooperar na expansão deste objetivo.

De acordo com Santos (2018) com a adição da escória de aciaria (LD) na produção do cimento Portland CP II E 32 as indústrias cimenteiras podem oferecer mais uma

¹ Graduandos do Curso de Engenharia Civil da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cleitoncabralmartins@gmail.com;

² Graduandos do Curso de Engenharia Civil da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, iracemamozelli@gmail.com;

³ Graduandos do Curso de Engenharia Civil da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, polianac.jorge@gmail.com;

⁴ Professor orientador: Mestre em Engenharia Civil pela UENF. Graduação em Engenharia Civil. Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, carlosconegundes@professor.multivix.edu.br Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

opção de destinação deste resíduo já que hoje ela é mais aplicada no Brasil entre obras rodoviárias, lastros ferrovia, concretos e argamassas, como agregado, fertilizante e corretivo de solo.

Cachoeiro de Itapemirim concentra o maior número de empresas de rochas ornamentais do Espírito Santo, sendo que o Espírito Santo é o maior explorador deste setor (ROCHA E SOUZA, 2010). Por este fato o estudo de como reciclar este material é viável para a região, possibilitando sua correta disposição e sua aplicação em produtos que possam beneficiar a população local. Ainda segundo Silva et al (2021) a lama abrasiva apesar de possuir composição variada é constituída basicamente por pó de pedra, cal, granalha, metais e água.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Conforme Gil (2022) este artigo é de pesquisa exploratória cujo propósito é promover uma maior familiaridade com o problema, em outras palavras, busca-se investigar a viabilidade da adição da escória de aciaria (LD) e a lama abrasiva como influenciador no ganho de resistência a compressão do concreto. Essa pesquisa será de caráter quantitativo pois de acordo com Appolinário (2011) este tipo de pesquisa investiga acontecimentos através de extensa revisão bibliográfica. E será de caráter qualitativo porque se caracteriza na interpretação dos dados encontrados (Matias, 2019). O processo de pesquisa se dará por extensa investigação com levantamento de revisão bibliográfica dos temas afins, dentre os quais estão, cimento, escória de aciaria (LD), normas e Lama abrasiva.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 Cimento

O cimento portland é um clínquer moído que é obtido através da queima à temperatura de clinquerização da mistura íntima de calcário, argila ou outros materiais silicosos, alumina e materiais que contenham óxido de ferro. O calcário, alumina, óxido de ferro e a sílica são compostos que se combinam no forno formando uma série de produtos mais complexos e apesar de um pequeno resíduo de cal não combinada devido o

tempo não ser suficiente para a reação, é alcançado um equilíbrio químico em sua produção, porém não permanece durante o resfriamento, devido a velocidade afetar o grau de cristalização e a quantidade de material amorfo. Mesmo assim, é considerado em equilíbrio congelado, ou seja, admite-se que o cimento reproduza o equilíbrio existente na temperatura de clínquerização (BROOKS; NEVILLE, 2013).

Conforme Botelho e Marcheti (2015) o cimento é um aglomerante hidráulico ao se adicionar água, a mistura seca se transforma em uma mistura colante. Outra reação é a plasticidade permitindo que o material seja alocado em espaços apertados, formas e armaduras. Ainda segundo Brooks e Neville (2013) quando o cimento recebe água os silicatos e aluminatos se hidratam formando compostos hidratados que com o tempo produzem uma massa sólida e resistente. Os silicatos tricálcico (C_3S) e dicálcico (C_2S) são responsáveis pela resistência da pasta de cimento hidratada, não sendo compostos puros possuindo óxidos secundários na solução sólida o que tem efeitos significativo no arranjo atômico, nas propriedades hidráulicas e na forma dos cristais.

A norma 6118:2014 estabelece em seu item 5 os requisitos gerais de qualidade da estrutura e avaliação da conformidade do projeto, das quais deve ser atendida em suas subdivisões, capacidade resistente, desempenho de serviço e durabilidade. A resistência do concreto está normalmente ligada a ideia geral da qualidade do concreto através da estrutura da pasta do cimento. Embora em muitas situações práticas outras características podem ser mais importantes como por exemplo, durabilidade, impermeabilidade e estabilidade de volume (BROOKS; NEVILLE, 2013).

3.2 Escória de aciaria LD

A escória de aciaria LD é um subproduto gerado através da produção do aço por meio de conversores a oxigênio (RAPOSO, 2005). A escória de aciaria LD é resfriada ao ar livre levando à formação de um alto volume de fases cristalinas incorrendo em um baixo índice de vitrificação sem propriedades hidráulicas aparentes (SILVA et al, 2015).

Durante o processo de refino primário das escórias de aciaria transforma o ferro gusa em aço líquido para isto é realizada a oxidação do banho com a injeção de oxigênio no convertedor LD, desta forma o carbono contido no ferro gusa é removido juntamente com as impurezas. Existem ainda o processo secundário que vai depender da finalidade da qual o aço será utilizado, alguns exemplos de adições químicas são as ligas nobres como o Molibdênio (Mo), Cromo (Cr), Níquel (Ni) e Vanádio (V) (NASCIMENTO, 2020).

Uma grande dificuldade na utilização da escória de aciaria LD é a presença de óxido de magnésio (MgO) e óxido de cálcio (CaO). De acordo com SILVA et al (2015) a composição destes a escória apresenta riscos de expansão volumétrica quando em contato com água. Esta dificuldade pode ser estabilizada com baixo custo já que o óxido de magnésio (MgO) e o óxido de cálcio (CaO) juntamente com a capacidade da escória de retenção de umidade provoca variação volumétrica, em outras palavras se este material for submetido ao repouso e umidificado por tempo determinado poderá contribuir para estabilizá-lo (TOFFOLO, 2015).

Segundo Pacheco (2017), as características das escórias de aciaria LD depende da matéria-prima usada, a forma de resfriamento, o processo de produção, o revestimento do conversor, sua armazenagem e o tipo de aço que será produzido.

Gráfico 1: De acordo com dados retirados PACHECO (2017), as porcentagens da composição química das escórias aciaria LD no estado natural.



FONTE: Pacheco (2017)

3.3 Lama abrasiva

De acordo com Rocha e Souza (2010) a lama abrasiva formada por água, gralha, cal e rocha moída é o principal rejeito produzido na etapa de serragem de blocos de granitos. Enormes quantidades de resíduos sólidos são geradas através da atividade de extração e de beneficiamento de rochas e que acaba não possuindo uma destinação adequada senão o descarte na natureza. Sendo que o estado do Espírito Santo produz em torno de 4000 toneladas de rejeitos por mês. O município de Cachoeiro de Itapemirim é responsável por mais da metade dessas toneladas.

A lama abrasiva é formada basicamente de SiO_2 , Al_2O_3 , FeO_3 , CaO e TiO_2 , além de outros componentes (SILVA ET AL, 2021). Devido a quantidade de dióxido de silício (SiO_2) e o óxido de cálcio (CaO) seu uso é relevante para ajuste químico entre a escória de aciaria LD procurando viabilizar esta mistura no cimento.

Gráfico 1: De acordo com dados retirados Arrivabene et al (2012), as porcentagens da composição química do resíduo de granito.



FONTE: Arrivabene et al (2012)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs verificar a viabilidade da utilização da escória de aciaria LD e a lama abrasiva como aditivo para o cimento por meio de revisão bibliográfica, procurando comprovar sua condição de cooperação na construção de cidades mais sustentáveis, já que utilizar este tipo de cimento contribui para retirada destes resíduos sólidos do meio ambiente. Ainda de acordo com Santos (2018) ao se agregar a escória

de aciaria na produção de cimento toneladas deste resíduo poderão ser retiradas dos pátios siderúrgicos e terão uma destinação final adequada. Entretanto deve-se continuar os estudos para viabilidade do uso deste material a longo prazo pois a composição química da lama abrasiva e da escória de aciaria LD pode variar por diversos fatores.

6 REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6118**. Projeto de estruturas de concreto - procedimento. Rio de Janeiro, 2014.

APPOLINÁRIO, FÁBIO. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 295p.

ARCELLORMITTAL. **Cimento e Concreto**. Disponível em:<<https://brasil.arcelormittal.com/produtos-solucoes/coprodutos/aplicacoes/cimento-concreto>>. Acesso em 18 set. 2022

ARCELLORMITTAL. **Escória de Alto-Forno**. Disponível em:<<https://brasil.arcelormittal.com/produtos-solucoes/coprodutos/coprodutos/escoria-alto-forno>>. Acesso em 18 set. 2022

ARRIVABENE, LÚCIO F.; ET AL. **Viabilidade técnica da fabricação de cimento com mistura de escória de aciaria LD e resíduo de granito**. Disponível em:<<https://www.scielo.br/ij/rem/a/LXCWCF959ZNdTtWtpzW6FML/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 07 nov. 2022

BOTELHO, Manoel H. Campos. **Concreto armado eu te amo: volume I** [livro eletrônico]. 5a ed. São Paulo: Blucher, 2019.

BOTELHO, Manoel H. Campos. **Concreto armado eu te amo: volume II**. 4a ed. São Paulo: Blucher, 2015.

BRASIL. LEI No 12305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010: **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em 30 de out. 22.

FERNANDES, ALINE. **Norma comentada: abnt nbr 16697 – cimento portland – requisitos**. Disponível EM:<<https://www.mapadaobra.com.br/capitacao/nbr-16697/>> Acesso em 30 de out. 2022.

GIL, ANTÔNIO CARLOS. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7a ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MELO, TAINÁ VARELA DE. **Influência da escória de aciaria LD no desempenho de concretos com baixo consumo de cimento.** [recurso eletrônico].2020. 71f (dissertação para título de mestre em construção civil) - Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2020.

NASCIMENTO, PRISCILA DO. **Uso de agregados siderúrgicos granulado de alto forno e aciaria do tipo LD na produção de microrrevestimento asfáltico a frio.** [recurso eletrônico].117f (dissertação para título de mestre em engenharia civil) - Universidade federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2020.

ONU BRASIL. **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e comunidades sustentáveis** tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis. Disponível em:< <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>>. Acesso em: 07 de nov. 2022.

NEVILLE, A. M.; BROOKS, J.J. **Tecnologia do concreto.** [livro eletrônico]. Tradutor Ruy ALBERTO CREMONINI. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

PACHECO, RONALDO FEU ROSA. **Estudo sobre a utilização das escórias de aciaria LD naturais ou modificadas para substituição parcial do cimento ou como adição ao clínquer.** [recurso eletrônico]. 2017. 297f (dissertação para título doutorado em ciências) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAPOSO, CARLOS OLYMPO LIMA. **Estudo experimental de compactação e expansão de uma escória de aciaria LD para uso em pavimentação.** [recurso eletrônico]. 2005. 163f (dissertação para título de mestre em engenharia civil) – Universidade federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2005.

ROCHA, CESAR H. B.; SOUSA, JOSÉ G. DE. **Análise ambiental do processo de extração e beneficiamento de rochas ornamentais com vistas a produção mais limpa:** Aplicação Cachoeiro de Itapemirim- ES. Disponível em:<<http://www.conhecer.org.br/enciclop/2010/analise%20ambiental.pdf>>. Acesso em: 07 de nov. 2022.

SANTOS, RICARDO DOMINGOS DOS. **Utilização da Escória de Aciaria, gerada em fornos Conversores Linz- Donawitz (LD), como adição no cimento CP II E 32.** [recurso eletrônico]. 2018. 59 f. (dissertação para graduação em engenharia civil) - Centro Universitário de Formiga - UNIFOR, Formiga, 2018.

SILVA, ADRIEL MARTINS DA, et al. PANIAGUA, Cleiseano Emanuel da Silva (org.) **Análise da incorporação de lama abrasiva proveniente do corte de granito na produção de cerâmica vermelha.** Ponta Grossa: Atena, 2021. E-book. Disponível em:< Ebook - Desenvolvimento e Transferência de Tecnologia na Engenharia Química 2Atena Editora>. Acesso em 08 nov. 2022

SILVA, SIDINEY NASCIMENTO, et al. **Aplicação de escória de aciaria LD à Fabricação de cimento Portland CP III.** 70º Congresso Anual da ABM – internacional e ao 15º ENEMET, 2015. Anais eletrônicos [...] Rio de Janeiro: ABM.

ICTERICIA NEONATAL

BRIOLLI, Andressia de Freitas⁵

NEVES, Barbara Ferreira

FERREIRA, José Carlos de Oliveira

LANDI, Gilbania Rafael²

INTRODUÇÃO

A icterícia, corresponde à alteração na coloração da pele e mucosas, decorrente da hiperbilirrubinemia. Na maioria dos casos é benigna, porém, possui um potencial tóxico, devido altas concentrações da bilirrubina no sangue (JÚNIOR; VIEIRA; JÚNIOR, 2019).

A icterícia neonatal pode decorrer de causas fisiológicas, quando o fígado do recém-nascido ainda é muito novo para excretar em excesso a bilirrubina, assim, esta substância se acumula na pele, causando o surgimento do tom amarelado. As causas patológicas podem ser a incompatibilidade ABO/Rh, entre mãe e recém-nascido, anormalidades metabólicas, biliares ou quadros infecciosos (SILVA; BARBOSA; PAIVA; MACÊDO; SILVA; PEREIRA; VIANA; FONSÊCA; ALMEIDA; NASER; OLIVEIRA; SOARES, 2022).

A bilirrubina em níveis elevados, pode ser lesiva ao cérebro, comprometendo o desenvolvimento neurológico, hipotonia, sucção débil, nos primeiros dias de vida e perda visual e auditiva. As alternativas para o tratamento incluem a transfusão de sangue ou plasma, aplicação de albumina, drogas, exsanguinotransfusão e a fototerapia, modalidade terapêutica não invasiva mais utilizada, em que o RN é exposto a uma luz de alta intensidade, capaz de transformar a bilirrubina indireta (molécula lipossolúvel) em uma molécula mais hidrossolúvel, possibilitando, assim, sua eliminação do organismo.

⁵ Discente do curso de enfermagem Multivix Cachoeiro de Itapemirim – andressiafreitas@gmail.com
Professor orientador: prof. Curso de Enfermagem. Especialista em Cuidados Intensivos Pediátricos e Cardiológicos; docente no Curso de Enfermagem; mestra em Políticas de Saúde Pública e Desenvolvimento Local. gilbanialandi@professor.multivix.edu.br

A icterícia pode ter múltiplas origens, sendo de extrema importância prevenir esta situação a partir de um diagnóstico fidedigno, partindo das necessidades individuais, sendo de grande importância a detecção precoce, o encaminhamento oportuno e tratamento adequado, visto que, quando não tratada de forma correta desencadeia danos e sequelas ao paciente de forma irreversível (RAMOS, L. H. P. et al, 2022). Assim, o objetivo deste estudo é investigar em relato na literatura sobre os principais diagnósticos e tratamentos utilizados para icterícia em recém-nascidos.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura a fim de reunir e sintetizar resultados de pesquisas sobre o tema abordado. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), no mês Setembro de 2022, utilizando-se do descritor "Ictericia Neonatal", cadastrado no Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram encontrados um total de 1.580 artigos e selecionados 7 conforme critérios de inclusão: textos completos disponíveis, publicados na língua portuguesa e publicados nos últimos 5 anos.

3 DESENVOLVIMENTO

Icterícia neonatal

A icterícia aparece em cerca de 60% dos recém-nascidos (RN) a termos e 80% dos RN pré-terms (PT), na primeira semana de vida, é um dos sinais mais frequentes no período neonatal e apresenta-se como a coloração amarelada da pele, esclera e membranas mucosas, indicando a expressão clínica da hiperbilirrubinemia. (DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

A hiperbilirrubinemia não conjugada é definida como bilirrubina indireta (BI), na concentração igual ou superior a 2mg/dl, enquanto a hiperbilirrubinemia conjugada é considerada se a bilirrubina direta (BD), for superior a 1 mg/dl. Na prática, 98% dos RN apresentam níveis séricos de BI, acima de 1mg/dl, durante a

primeira semana devida, refletindo uma adaptação, considerada fisiológica, no período de transição fetal para a vida neonatal. Toda via, algumas vezes, decorre de um processo patológico, podendo alcançar concentrações elevadas de bilirrubina e ser lesiva ao cérebro, instalando-se o quadro de encefalopatia bilirrubínica que, ao exame anatomopatológico, caracteriza-se por coloração amarelada dos gânglios da base, denominada Kernicterus, forma crônica da doença, com sequelas clínicas permanentes resultantes da toxicidade da bilirrubina (DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

Quanto maior o nível sérico de BI, maior a chance de desenvolver encefalopatia bilirrubínica aguda, que ocorre no RN de 35 semanas ou mais de idade gestacional (IG), inicialmente apresenta, hipotonia e sucção débil, progredindo em três a quatro dias para hipertonia, opistótono, hipertermia, convulsões e choro agudo. Nesse período, a maioria dos RN's, podem evoluir a óbito. Nos sobreviventes, há melhora aparente, até que, após uma variação de tempo, surgem sequelas neurológicas, paralisia cerebral espástica, movimentos atetóides, distúrbios de deglutição e fonação, deficiência auditiva grave e mental leve a moderada. Além desse quadro clássico, existe outra entidade denominada kernicterus sutil, que se apresenta com alterações leves do neurodesenvolvimento, cujo diagnóstico é retrospectivo, com história de hiperbilirrubinemia neonatal e avaliação clínica criteriosa com achados característicos na ressonância magnética, descartando-se outras possíveis etiologias (DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

A história materna, o exame físico e a evolução clínica, permitem detectar a presença de fatores clínico-epidemiológicos de risco, associados ao desenvolvimento de hiperbilirrubinemia indireta significativa na primeira semana de vida. São fatores de risco a serem avaliados nas primeiras 48 horas após o nascimento: Icterícia nas primeiras 24-36 horas após o nascimento; Incompatibilidade materno-fetal Rh (antígeno D), ABO ou antígenos irregulares; IG de 35, 36 e 37 semanas (independentemente do peso ao nascer); Clampeamento de cordão umbilical 60 segundos após o nascimento; Aleitamento materno com dificuldade ou perda de peso > 7% em relação ao peso de nascimento; Irmão com icterícia neonatal tratado com fototerapia; Presença de céfalo-hematoma ou equimoses;

Descendência asiática; Mãe diabética; Sexo masculino; BT sérica ou transcutânea na zona de alto risco (> percentil 95) ou intermediária superior (percentis 75 a 95) antes da alta hospitalar (DEPARTAMENTO CIENTIFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

Quando a evolução da hiperbilirrubinemia indireta neonatal difere da denominada hiperbilirrubinemia fisiológica, deve ser investigada e tratada de acordo com a idade gestacional. Também é necessário investigar a icterícia colestática, definida quando $BD > 1 \text{ mg/dL}$, de modo independente do nível de bilirrubina total. A icterícia presente por mais de 14 dias é um indicador de alerta para o diagnóstico da colestase.

Diagnostico

O diagnóstico diferencial das causas de BI compreende aquelas decorrentes da sobrecarga de bilirrubina ao hepatócito ou da conjugação hepática deficiente e na maioria das vezes, a investigação inclui exames realizados rotineiramente em bancos de sangue e laboratórios clínicos, como a Bilirrubina total e frações; Hemoglobina e hematócrito com morfologia de hemácias, reticulócitos e esferócitos; Tipo sanguíneo da mãe e recém-nascido para sistemas ABO e Rh (antígeno D); Coombs direto no sangue de cordão ou do recém-nascido; Pesquisa de anticorpos anti-D (Coombs indireto) se mãe Rh (D) negativo; Pesquisa de anticorpos anti-A ou anti-B, se mãe tipo O (teste do eluato); Pesquisa de anticorpos maternos para antígenos irregulares (anti-c, anti-e, anti-E, anti-Kell, outros) se mãe multigesta/transfusão sanguínea anterior e RN com Coombs direto positivo; Dosagem sanguínea quantitativa de glicose 6-fosfato desidrogenase (G-6-PD); Dosagem sanguínea de hormônio tireoidiano e TSH (exame do pezinho); Ultrassonografia cerebral em recém-nascido pré-termo (DEPARTAMENTO CIENTIFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

Tratamento

O tratamento para a hiperbilirrubinemia indireta é a fototerapia, e em alguns outros casos pode haver a necessidade da exsanguineotransfusão e por vezes ao uso

individualizado da imunoglobulina padrão endovenosa. Os profissionais de saúde, além de determinar o diagnóstico e acompanhar a evolução da hiperbilirrubinemia nos RN, devem otimizar o uso dos equipamentos de fototerapia por ser uma das intervenções mais utilizadas nas unidades neonatais. De acordo com as portarias 930/2012 e 2068/2016 do Ministério da Saúde, determina-se que a instituição disponha de um aparelho de fototerapia para cada três leitos/fração, com reserva operacional de um para cada cinco leitos em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN); um aparelho para cada quatro leitos na Unidade de Cuidado Intermediário Neonatal Convencional e um aparelho para cada 10 leitos em Alojamento Conjunto (DEPARTAMENTO CIENTÍFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

O mecanismo de ação da fototerapia envolve a degradação da bilirrubina por meio da energia luminosa absorvida pela epiderme neonatal e tecido subcutâneo. Sob a ação da luz, a bilirrubina sofre uma reação fotoquímica para formar fotoisômeros configuracionais e estruturais, além de elementos foto-oxidativos, que são eliminados pela urina ou bile, sem alteração do metabolismo. Para um efeito terapêutico, a luz da fototerapia precisa ter o comprimento de onda certo para penetrar na pele, ser absorvida pela bilirrubina e produzir fotoderivados (JÚNIOR; VIEIRA; JÚNIOR, 2019). O pico de absorção de energia da bilirrubina aparece em luz azul com comprimento de onda na faixa de 460nm. Neste comprimento de onda, são formados principalmente isômeros configuracionais, que podem ser reversíveis. Quanto maior a superfície corpórea exposta à luz, mais rápida é a diminuição da BT. Assim, em RN que podem evoluir para hiperbilirrubinemia significativa, deve utilizar fototerapia dupla com emissão de irradiância na parte anterior e dorsal do RN para otimizar a eficácia e diminuir a necessidade de EST.

Além da escolha do equipamento de fototerapia, alguns cuidados são necessários para a eficácia do tratamento. Verificar o funcionamento das lâmpadas; Aferir a irradiância espectral no local de posicionamento do RN e calcular a média de 5 pontos; Prescrever a dose de irradiância adequada para o RN; Verificar a distância mínima entre a luz e o RN; Maximizar a área corpórea para fototerapia intensiva com equipamento superior e inferior (berço de acrílico); Manter limpas a superfície de acrílico da incubadora e a proteção do dispositivo da fototerapia; Manter

temperatura ambiente adequada ao redor de 25°C para evitar hipotermia e/ou hipertermia e desconforto térmico para o recém-nascido e família. Nos cuidados ao RN: Proteger os olhos com cobertura radiopaca por meio de camadas de veludo negro ou papel carbono negro envolto em gaze; Verificar a temperatura corpórea a cada 3h para detecção de hipotermia ou hipertermia; Verificar o peso diariamente; Posicionar o RN adequadamente para maximizar a exposição à luz; Usar fraldas cortadas adequadamente para cobertura da genitália; Cobrir a solução parenteral e o equipo com papel alumínio ou uso de extensores impermeáveis à luz; Descontinuar a fototerapia durante a amamentação, inclusive com retirada da cobertura dos olhos, desde que a bilirrubinemia não esteja próxima de valor de risco para neurotoxicidade; Estimular o contato da mãe-bebê para melhorar o vínculo afetivo na hora da amamentação; Evitar uso de cobertas, panos ao redor do bebê; Evitar luvas e meias; Evitar fraldas grandes ; Evitar retirar o bebê do equipamento, exceto para cuidados rápidos e amamentação; Evitar distância acima de 30 cm do equipamento em relação ao RN (DEPARTAMENTO CIENTIFICO DE NEONATOLOGIA, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A icterícia neonatal requer conhecimento amplo sobre seu metabolismo, fatores de risco, diferenciação que é apresentada nas primeiras horas e semanas de vida do recém-nascido e requer a rápida atuação terapêutica.

Conclui-se que medidas de educação continuada e a instituição de protocolos para o manejo da icterícia e o uso adequado da fototerapia nas unidades neonatais, com o devido acompanhamento, são estratégias que otimizam o tratamento e evitam os danos causados pela hiperbilirrubinemia em RN.

REFERÊNCIAS

Departamento Científico de Neonatologia. **Hiperbilirrubinemia indireta no período neonatal**. N° 10. ed. [S. l.: s. n.], 29/09/2021.

Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/hiperbilirrubinemia-indireta-no-periodo- neonatal/>. Acesso em: 23 set. 2022

GODOY, C. D. .; SILVA, M. M. de A. e .; SANTOS, T. C. dos .; SANTANA, C. J. .;

MIRANDA, L. L. . Icterícia neonatal: atuação do enfermeiro frente à identificação precoce e tratamento. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 10, n. 15, p. e386101522765, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i15.22765. Disponível em:

<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/22765>. Acesso em: 23 set. 2022.

JÚNIOR, Geraldo de Sousa Nóbrega; VIEIRA, Willian Leite; JÚNIOR, José de Arimatea Alves Guedes. Icterícia: uma doença comum entre os recém-nascidos. **Brazilian Journal of Health Review**, Jornal, v. 2, n. 4, p. 2343-2350, 1 ago. 2019. Disponível em:

<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/1696>. Acesso em: 20 set. 2022

SILVA-JR, A.A.. SILVA, R.P.G.. NOGUEIRA, Edson Paulino. SILVA, VANESSA LINO DOS SANTOS. PREVALÊNCIA DA ICTERÍCIA NEONATAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA. Revista Científica Semana Acadêmica. Fortaleza, ano MMXVIII, Nº.000130, 24/08/2018. Disponível em:

<https://semanaacademica.org.br/artigo/prevalencia-da-ictericia-neonatal-uma-revisao-de-literatura> Acessado em: 19/09/2022

DEMOCRATIZAÇÃO DAS LEIS NAS ESCOLAS PÚBLICAS: APRESENTANDO DIREITOS E DEVERES PARA CIDADÃOS, CONTRIBUINDO PARA ADULTOS PRATICANTES DA BOA-FÉ

Mateus Ramos, CRISOSTOMO
Ketelli Yasmim, ZANOLLI
Sara da Conceição, PAULO²
Thiago Canholato Cazotte⁶

1 INTRODUÇÃO

As instituições atuais detêm um papel primordial para democratização das leis nas escolas públicas. Todavia, muitas pessoas não possuem ciência da proporção que o assunto apresenta.

Segundo Tokarnia (2021), o número de adolescentes no Brasil sem acesso à educação cresceu consideravelmente, sendo que em 2019 o país contava com um número de 1,1 milhão, mas em 2020 passou para 5,1 milhões, representando um aumento de 64%.

Para Freire (1997), não é possível ensinarmos, sem antes aprender. O processo de democratização das leis nas escolas públicas deve ocorrer através de um procedimento democrático, abarcando uma dimensão educativa, pautada em uma didática própria, baseando-se no exercício continuado da participação ativa. Essa problemática pode ser minimizada de que maneira? É possível implementar ações futuras que visem tornar democrático o acesso das leis nas escolas públicas?

O resumo em análise tem como objetivo discutir sobre o processo de democratização das leis nas escolas públicas, apontando os possíveis meios para tornar possível a efetivação da democratização das leis.

⁶ Professor orientador: Mestrando em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, prof.thiagocanolato@gmail.com, Cachoeiro de Itapemirim-ES, outubro de 2022.

² Graduandos do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, 2º período, madtheus@hotmail.com; ketellizanolli@icloud.com; sarapkkj2017@gmail.com:

Na primeira parte do texto será apresentada uma perspectiva sobre o cenário da educação nas escolas públicas, demonstrando os problemas e desafios enfrentados nesse cenário, sobretudo ao que tange à democratização das leis, no âmbito público. O resumo abarcará os meios pelos quais se almeja alcançar essa assistência estudantil.

Nas considerações finais, serão apresentados elementos no sentido de apontar um caminho a ser trilhado.

A priori, ocorrerá uma generalização para se alcançar a temática proposta, assim como, elucidar a participação na formação democrática, possibilitando que todos os alunos exerçam a sua cidadania de forma ativa.

Dessa forma, a explanação do tema possibilitará o preparo para o pleno exercício do Direito e da Cidadania, contribuindo para formação de cidadãos honestos que tenham em mente o princípio da boa-fé.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Utilizará pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto. (FONSECA, 2002, p. 32). O método dialético por ser um método que reconhece a sociedade como um conjunto de contradições e demonstrará justamente que a realidade é contraditória e sempre está em busca de uma resposta mais adequada ao contexto social (MARCONI; LAKATOS, 2011), apontando o processo de democratização das leis. No primeiro momento do trabalho foi feito um levantamento de material teórico de base para as realizações das etapas posteriores. Como passo inicial foi necessário a realização de pesquisas por meio de dados disponibilizados em estudos para conhecimento do atual cenário brasileiro, quanto ao grau de compreensão por parte da sociedade de seus direitos e deveres.

3 DESENVOLVIMENTO

Diante das pesquisas realizadas, foi possível observar que boa parte da população não conhece seus direitos. Segundo Alvarenga e Cavallini (2022) o número de pessoas sem

carteira assinada cresceu consideravelmente no ano de 2022, sendo os trabalhadores registrados como pessoas jurídicas, perdendo diversos direitos como, 13º terceiro, FGTS e INSS.

Face ao panorama exposto, que representaria somente uma parcela de todo o contexto brasileiro, cabe-se a indagação do motivo que levaria tais cidadãos a abrirem mão de seus direitos. Paralelo ao fato referido, um estudo administrado pela Boa Vista SCPC (2018), mostrou que 67% dos brasileiros conhecem apenas um pouco ou não conhecem nada dos seus direitos de consumidor.

Por meio dos fatos apresentados, pode-se elucidar que a causa para tais acontecimentos está atrelada ao desconhecimento da sociedade aos meios de acesso à informação de seus direitos e deveres.

O bom funcionamento e a gestão democrática estão atrelados ao pleno exercício dos direitos contidos no texto constitucional. Os panoramas nacionais frente à normalização das leis no âmbito escolar devem estar em consonância com o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e com o artigo 9º da Lei do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014).

As ferramentas que apresentaremos são elementos de incentivo à participação e, por isso, potencializadores do contraditório, uma vez que a participação cria as condições para a gestão democrática e potencializa o diálogo (SOUZA, 2009).

Sendo o objetivo da política criar as instituições que, interiorizadas pelos indivíduos, facilitem ao máximo seu acesso à autonomia individual e à possibilidade de participação efetiva em todo poder explícito existente na sociedade e em suas instituições (CASTORIADIS, 1995, p. 69).

A gestão democrática é aqui compreendida então como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola/educação identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola/sistema na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no

reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola/sistema, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar/sociedade, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos (SOUZA, 2009, p. 125-126).

Tais diretrizes se apresentam como parâmetros de reprodução política e de socialização dos atores escolares segundo os valores plasmados nas leis. As ações implantadas nas escolas são frutos do contexto político democrático, advindo do apego às normas legais e a determinação jurídica de fenômenos responsáveis por estruturar ações de gestão escolar.

Os ditames compatíveis com as concepções democráticas e o ato imposto pela boa-fé provêm das práticas de diálogo, de argumentação e de participação na tomada das decisões educativas. É nesse sentido que os conselhos das escolas têm dinâmicas que se valem da ação comunicativa (PINTO, 1994, p. 98).

Nessa perspectiva, a inclusão das leis no ambiente escolar pode ser vista em conjunto e não separadamente. Ou seja, há um silêncio sobre esse problema que sangra as nossas escolas responsáveis por apresentar a educação básica, fazendo com que o discurso sobre a democratização das leis torna-se vazio, pois o ciclo da democratização não se completa. Esse problema pode diminuir, em tese, se a ação coletiva se estende para além das tomadas de decisões, atingindo o controle das ações públicas (CAMARGO, 1997, p. 265).

A democracia (inclusive na escola) se sustenta na ideia de que “todos os envolvidos no processo político têm capacidade de representar seus próprios interesses e de regular seus atos por iniciativa própria” (HABERMAS, 1986, p. 920).

Pinto (1994) observa que a escola é uma instituição que está compartimentalizada dentro de um formato sistêmico de gestão e que teve padronizados os seus processos de tomada de decisões à luz de uma razão não comunicativa, não dialogada.

O artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996) estabelece a articulação entre o conselho escolar e o conceito de gestão democrática,

obrigando todas as instituições escolares públicas, em qualquer desenho a ser definido pelos próprios sistemas de ensino, a possuírem seu conselho próprio.

Sempre que as ações dos agentes envolvidos são coordenadas, não através de cálculos egocêntricos de sucesso, mas através de atos de alcançar o entendimento. Na ação comunicativa os participantes não estão orientados primeiramente para o seu próprio sucesso individual, eles buscam seus objetivos individuais respeitando a condição de que podem harmonizar seus planos de ação sobre as bases de uma definição comum de situação. Assim, a negociação da definição de situação é um elemento essencial do conhecimento interpretativo requerido pela ação comunicativa (HABERMAS, 1986, p. 280).

A formalização das decisões já tomadas pela direção escolar ou pelo grupo dominante na política escolar, não faz parte da implementação das ações que visam democratizar o acesso das leis nas escolas públicas.

Contudo, ocorre que a normatização existente até o momento para uma ampla gestão do sistema de ensino, é desenvolvida de diversas nuances, sendo empregadas as seguintes conotações: gestão compartilhada, gestão participativa, cogestão, etc. É notório que através dessas denominações, comportamentos, atitudes e concepções diversas são colocados em prática (RAMOS SANTANA, 2018, p. 527).

Por conseguinte, para consolidar um novo modelo de gestão escolar é preciso enfrentar desafios, visto que, até hoje o processo de democratização das leis no interior da escola, principalmente nas escolas públicas, ainda encontra muitos obstáculos. O processo de democratização em si, implica em uma somatória, é preciso ter em mente toda cadeia educativa para obter bons resultados.

O gestor escolar tem de se conscientizar de que ele, sozinho, não pode administrar todos os problemas da escola. O caminho é a descentralização, isto é, o compartilhamento de responsabilidades com alunos, pais, professores e funcionários. O que se chama de gestão democrática onde todos os atores envolvidos no processo participam das decisões. Uma vez tomada, trata-se as decisões coletivamente, participativamente, é preciso pô-las em prática. Para isso, a escola deve estar bem coordenada e administrada. Não queremos dizer com isso que o sucesso da escola reside unicamente na pessoa do gestor ou em uma estrutura administrativa autocrática na qual ele centraliza

todas as decisões. Ao contrário, trata-se de entender o papel do gestor como líder cooperativo, o de alguém que consegue aglutinar as aspirações, os desejos, as expectativas da comunidade escolar e articular a adesão e a participação de todos os segmentos da escola na gestão em um projeto comum. “O diretor não pode ater-se apenas às questões administrativas. Como dirigente, cabe-lhe ter uma visão de conjunto e uma atuação que apresenta a escola em seus aspectos pedagógicos, administrativos, financeiros e culturais” (LIBÂNEO, 2005, p. 332).

Por fim, é preciso compreender o arcabouço responsável por estruturar o processo de democratização das leis. Não é responsabilidade apenas do gestor das instituições, esse papel é concernente a toda sociedade. Todos os envolvidos devem estar inteiramente ligados ao processo educativo e não tratar a educação como um meio secundário para obtenção de lucro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto aos ensinamentos básicos divulgados durante o ensino fundamental, se faz necessário a instrução acerca da Constituição Federal, pois por meio deste a sociedade adquire o conhecimento de deveres e direitos. Todavia, como evidenciado por George Orwell, um povo consciente é o maior medo de um governo mal-intencionado. Assim, um dos motivos para a falta de atenção do Estado quanto ao déficit do ensino do Direito nas escolas, está relacionado à facilidade de manipulação da população, já que boa parte é carente quanto ao conhecimento jurídico.

A regulamentação do processo de democratização das leis é respaldada pelo legislativo e vem da vontade da maioria da sociedade. Falar no processo de democratização é acreditar em uma educação relevante para o contexto social, se o propósito é formar cidadãos praticantes da boa-fé, honestos e responsáveis, tornar a lei acessível a todos é um processo necessário em todas as escolas, principalmente da rede pública de ensino.

A busca pela democratização implica na própria autonomia escolar, possibilitando o crescimento pessoal, valorização da escola, da comunidade e conseqüentemente dos alunos, garantindo que as relações entre os alunos sejam pautadas de forma

democrática, almejando um resultado satisfatório, uma vez que o exercício democrático se encerra nos limites escolares, não chegando às discussões e às decisões da política educacional.

6 REFERÊNCIA

ALVARENGA, Darlan; CAVALINI, Marta. **Brasil perde 2,8 milhões de trabalhadores com carteira em 8 anos; informalidade e conta própria crescem.** g1.globo.com.2022.Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/05/18/brasil-perde-28-milhoes-de-trabalhadores-com-carteira-em-8-anos-informalidade-e-conta-propria-crescem.ghtm>>. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

_____. **Boa Vista SCPC: 67% dos consumidores afirmam conhecer pouco os seus direitos. Boa Vista SCPC. Itapevi. 15 de março de 2018.** Disponível em: <[https://www.acitapevi.com.br/noticias:boa-vista-scpc--67--dos-consumidoresafirmamconhecerpoucoosseusdireitos#:~:text=A%20maioria%20dos%20entrevistados%20\(67,dos%20seus%20direitos%20enquanto%20consumidor.>](https://www.acitapevi.com.br/noticias:boa-vista-scpc--67--dos-consumidoresafirmamconhecerpoucoosseusdireitos#:~:text=A%20maioria%20dos%20entrevistados%20(67,dos%20seus%20direitos%20enquanto%20consumidor.>)>. Acesso em: 01 de outubro de 2022.

CAMARGO, R. B. **Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais da cidade de São Paulo (1989-1992).** 1997. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não-cartas a quem ousa ensinar.** Editora Olho d'água, São Paulo -1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria dell'agire comunicativo: I, Razionalità nell'azione e razionalizzazione sociale.** Bologna: Il Mulino, 1986.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar, políticas, estruturas e organização.** 2 ed. SP: Cortez, 2005.

PINTO, J. B. **Planejamento participativo na escola cidadã.** Palestra proferida no Seminário Nacional Escola Cidadã. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 1994.

RAMOS SANTANA, Vagner. **Gestão democrática nas escolas.** Revista on-line de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. 2, p. 524-533, maio/ago., 2018. ISSN: 1519-9029. DOI: 10.22633/rpge.v22.n2.maio/ago.2018.11281

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Explorando e Construindo um Conceito de Gestão Democrática.** Educação em Revista. Belo Horizonte: 2009, Volume 25. nº 03, p. 123-140.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; PIRES, Pierre André Garcia. **As leis de gestão democrática da Educação nos estados brasileiros.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 65-87, mar/abr. 2018.

TOKARNIA, Mariana. **Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020.** Agência Brasil, Rio de Janeiro. 29 de abril de 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-04/mais-de-5-milhoes-de-criancas-e-adolescentes-ficaram-sem-aulas-em-2020>>. Acesso em: 01, novembro de 2022.

DEPRESSÃO PÓS-PARTO: FATORES ASSOCIADOS E A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM NO PUERPÉRIO ÀS MULHERES

Emanuely Sousa Zambe¹

Kelly Marthalina Ribeiro Pascoal Benervides²

Ranny Chuina Serpa³

Roberta Rodrigues⁴

Cristiane Bittencourt Felicio Santos⁵

1 INTRODUÇÃO

A gravidez é um fenômeno fisiológico, e sua evolução é normal na maioria dos casos, mas um pequeno número de gestantes pode apresentar algum agravamento ou problemas durante a gravidez por serem portadoras ou sofrerem de certas doenças, o que sugere que há uma grande chance de evolução que é prejudicial tanto para o feto quanto para a mãe. Um exemplo de problema de saúde pública é a depressão pós-parto (SILVA et al. 2021).

Em 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS), apontou que a depressão pós-parto engloba cerca de 25% das mães. O número de nascimentos em 2017 foi de 2,9 milhões, segundo dados do IBGE. Atualmente compreende-se cerca de 740 mil mulheres que passaram ou ainda passam pela depressão pós-parto. Segundo Golçalves e Almeida (2019) a Depressão Pós Parto ou Depressão Puerperal é um transtorno intelectual de alta predominância onde muitas mães manifestam sentimentos de tristeza, choros frequentes, stress, irritabilidade e dependência,

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, manu.zambee14@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, rannychuina@hotmail.com;

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, robertarodrigues38370@gmail.com;

⁵ Professor orientador: Bacharel em Enfermagem, Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Bacharel em Enfermagem, Especialista em Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Captação, Doação e Transplantes de Órgãos e tecidos, Especialista em docência do Ensino Superior; Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cristiane.santos@multivix.edu.br Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

persistindo por diversos dias e estas emoções têm sido referidos à rápida oscilação nos níveis hormonais, a ansiedade do parto e à ciência do aumento da responsabilidade que a maternidade traz entre si.

Embora o diagnóstico precoce seja importante, muitas mulheres com algum grau de sofrimento mental não são devidamente diagnosticadas, principalmente na atenção primária. Isso pode estar relacionado à assistência prestada, que por vezes incide sobre os aspectos fisiológicos da gravidez e pós-parto (JORDÃO et al., 2017).

Os profissionais de enfermagem têm papel importante nesse processo e devem estar aptos a reconhecer precocemente os sinais e sintomas da doença e formular ações de saúde em nível individual e coletivo (ALOISE et al., 2019). Portanto, este artigo tem como objetivo destacar os principais correlatos da depressão pós-parto e a importância do trabalho da enfermagem na prevenção de doenças e promoção da saúde.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório de revisão bibliográfica sistemática com abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico foi realizado durante os meses de agosto a setembro de 2022, nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico e Ministério de Saúde utilizando os descritores, “Depressão puerperal”, “Saúde da mulher”, “Fatores de risco” “Período Pós-Parto”, “Assistência de Enfermagem”, “Cuidados de Enfermagem”, todos cadastrados no Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram encontrados 20 artigos. Após leitura exploratória, foram selecionados 16 para o estudo. Após a seleção dos artigos, procedeu-se leitura seletiva, analítica e interpretativa dos textos com a finalidade de ordenar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

A depressão, conhecida como depressão pós-parto ou depressão puerperal (DPP),

tem alta incidência, estimada entre 10% e 15% das mulheres. A doença geralmente

começa nas primeiras quatro semanas após o parto e geralmente atinge sua intensidade máxima durante os primeiros seis meses (MARCOLAN, 2020). Existem três tipos de depressão pós-parto: Tristeza Materna o humor da mãe sofre várias mudanças, como uma hora está muito feliz e logo depois possa estar muito triste, a depressão pós-parto em si que pode ocorrer em dias ou mesmo meses após o parto e a psicose pós-parto, as mulheres podem perder o contato com a realidade e ter alucinações (LOPES; GONÇALVES, 2020).

A DPP não tem característica específica, podendo ocorrer em qualquer idade, afetando mulheres de todas as classes sociais e raças, mulheres grávidas ou que tiveram um bebê ou aborto espontâneo nos últimos meses e mulheres que pararam de amamentar recentemente também podem desenvolvê-la (FROTA et al., 2020).

Não se compreende ao certo o que gera a depressão pós-parto, mas um aspecto crucial são os hormônios do corpo da mulher que ocasionam oscilações e podem provocar os sintomas. Durante o tempo da gravidez, o número dos hormônios estrogênio e progesterona aceleram, nas primeiras 24 horas após a concepção o total desses hormônios baixa rapidamente e sucede a declinar até quantidade antecedente à gravidez (SCHIAVO; PEROSA, 2020).

No mundo, cerca de 10% das gestantes e 13% das puérperas são diagnosticadas com transtornos mentais, representando um problema de saúde pública. No Brasil, estudo de corte prospectivo, realizado na região Centro-Sul do estado de São Paulo, verificou a associação entre sintomas depressivos na gestação, baixo peso ao nascer e prematuridade entre gestantes de baixo risco obstétrico, atendidas em serviços de Atenção Primária à Saúde. Das 193 gestantes participantes, 49 (25,4%) apresentaram escore positivo para sintomas depressivos. As gestantes tinham idade mediana de 24,9 anos e escolaridade mediana de 11 anos (SILVA et al, 2022, BRASIL, 2012).

Inúmeros fatores podem fazer com que a depressão puerperal afete as mulheres, incluindo a privação de sono, cansaço e a irritabilidade sofrida pela mulher, juntamente com a pressão social sobre ela, são fatores que demonstraram contribuir para o desenvolvimento de depressão no puerpério. Esses dados corroboram com a literatura científica, visto que, os sentimentos que podem aparecer nesta fase de pós-parto são variados, incluindo os de preocupação, infelicidade e fadiga, sendo

estes os mais citados pelas mulheres. Tais sentimentos são comuns e seu conjunto é conhecido como "baby blues" que é uma terminologia inglesa, porém, também é usada no Brasil e se manifesta em cerca de 80% das mães (RATTI et al., 2020).

Ainda de acordo com Ratti et al. (2020) a condição agrega sentimentos com intensidade branda, podendo surgir do primeiro ao terceiro dia do pós-parto, com duração de uma ou duas semanas, e desaparecendo espontaneamente.

Segundo, Andrade et al, (2019), levando em consideração o uso de substâncias, pode-se determinar que puérperas estão emocionalmente abaladas por diferentes causas, violência doméstica, desamparo doméstico e são suscetíveis ao álcool e maconha tornando-se propícias ao desenvolvimento de depressão.

Estudo realizado por Monteiro et al., (2019) confirmaram e acrescentaram que o uso de álcool no primeiro trimestre aumenta a probabilidade de desenvolver a doença duas vezes, e que uma grávida que faz uso de álcool é menos saudável, o que pode levá-la a ter menos vontade de cuidar de seu bebê e de si mesma.

Estudos atuais têm sugerido a associação entre indícios de depressão pós-parto (DPP) com a interrupção precoce do Aleitamento materno exclusivo (AME) e com Aleitamento materno (AM). Existe a possibilidade de que mães deprimidas têm menos segurança quanto à sua capacidade de amamentar e por isso estariam menos dispostas a continuar a amamentação, ainda que comparadas com aquelas sem sinais depressivos. No contexto brasileiro, a prevalência da depressão pós-parto encontra-se acima da média mundial e próxima 358 à de países com situação socioeconômica semelhante, varia de 7,2% a 39,4% (SILVA, et al., 2017).

Os profissionais de saúde precisam adquirir habilidades, utensílios e recursos para detecção precoce e tratamento adequado da doença, utilizando critérios de tempo para diagnóstico de gravidez pós-parto. A equipe deve ser qualificada, buscar qualificação, ser atenciosa e coordenada, superar as dificuldades próprias da depressão puerperal direcionando seus cuidados (PANTA et al., 2022).

De acordo com Arrais, Araújo e Schiavo (2018), o pré-natal psicológico pode ser uma intervenção grupal ou individual para as gestantes, é inserido no contexto de prevenção de doenças psíquicas e para a promoção da saúde mental. Oportuniza, assim, um espaço importante para que as mães e pais possam expor seus medos,

suas fantasias, suas alegrias, suas angústias, suas vivências e dificuldades ocasionadas pelo processo, e assim possam trocar experiências sobre essa nova função parental (ARRAIS; ARAÚJO; SCHIAVO, 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se a importância da enfermagem para a prevenção da depressão pós-parto. O enfermeiro tem papel fundamental durante as consultas de pré-natal, emprestando assistência acompanhando a evolução da gravidez e promovendo a saúde da gestante e da criança. Deve dar suporte emocional à gestante, incentivá-la a verbalizar o que está trespassando e estimular a necessidade de ter um bom sono, livre de insônia, boa alimentação e atividade física.

Os profissionais de enfermagem devem desenvolver planos de prevenção, estar atentos nas consultas e ser capazes de detectar quando a mãe está com problemas, com ajuda no pré-natal psicológico, deve compreender as causas e os sinais associados à DPP para tomar medidas preventivas contra a doença.

5 REFERÊNCIAS

ALOISE, Sara, et al. **Depressão pós-parto: Identificação de sinais, sintomas e fatores associados em maternidade de referência em Manaus**. Enfermagem em Foco, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: <<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2455/584>>. Acesso em: 11 set. 2022.

ANDRADE, André *et al.* **Fatores Associados à Depressão Pós-Parto em Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social**. SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português), v. 13, n. 4, p. 196–204, 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-69762017000400004&lng=en&nrm=is.&tlng=pt>. Acesso em: 6 set 2022.

ARRAIS, Alessandra da Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira, SCHIAVO, Rafaela de Almeida. **Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 711–729, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/nzLTSHjFFvb7BWQB4YmtSmm/?lang=pt>>. Acesso em: 7 de set. 2022.

BRASIL. **Atenção básica cadernos de atenção ao pré-natal de baixo risco**. [s.l.: s.n., s.d.], 2012. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf>. Acesso em: 11 set 2022.

FROTA, Cynthia et al, **A transição emocional materna no período puerperal associada aos transtornos psicológicos como a depressão pós-parto**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 48, ano 2020, disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3237>> acesso em: 11 set. 2022.

GONÇALVES, Fabiana Braga Ataíde Cardoso; ALMEIDA, Miguel Correa. **A Atuação da Enfermagem Frente à Prevenção da Depressão Pós-Parto**. *Ensaio e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 23, n. 2, p. 140, 2019. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensaioeciencia/article/view/6655>>. Acesso em: 5 set. 2022.

JORDÃO, Rhayza et al. **Vista do Acurácia das características definidoras do diagnóstico de enfermagem desempenho do papel ineficaz**. *Revistas.ufg.br*. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/42306/23002>>. Acesso em: 8 set. 2022.

LOPES, Mylla Walleska Pereira, GOLÇALVES, Jonas Rodrigo. **Vista do avaliar os motivos da depressão pós-parto: uma revisão bibliografica de literatura**. *Rev. JRG de estudos acadêmicos*. v. 3, n.6, 2020. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/108/173>>. Acesso em: 5 set. 2022.

MARCOLAN, Eloísa et al, **Vista do as diversas formas de depressão pós-parto: uma revisão integrativa**. *Unoesc.edu.br*. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/24128/14232>>. Acesso em: 11 set. 2022.

MONTEIRO, Almira et al, **Vista do Depressão pós-parto: atuação do enfermeiro.** Acervomais.com.br, 2020. Disponível em:
<<https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/4547/2931>>. Acesso em: 11 set. 2022.

PANTA, O. C. SOUZA, Q. A. **Revisão integrativa sobre cuidados de enfermagem na depressão pós-parto.** Revista de Saúde Faculdade Dom Alberto. v. 9, n.1, p. publicação: 13/07/2022. Disponível em: <<https://revista.domalberto.edu.br/revist>>. Acesso em: 03 de set, 2023.

SCHIAVO, Rafaela de Almeida ; PEROSA, Gimol Benzaquen. **Desenvolvimento Infantil, Depressão Materna e Fatores Associados: Um Estudo Longitudinal.** Paidéia (Ribeirão Preto), v. 30, 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/paideia/a/msdNDYZfsMdgNwKzPY869bk/?lang=en>>. Acesso em: 6 set. 2022.

SILVA, Catarine S. et al, **Association between postpartum depression and the practice of exclusive breastfeeding in the first three months of life,** Jornal de Pediatria, v. 93, n. 4, p. 356–364, 2017. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/jped/a/Bp46yYvShfWDjZQhFpNbDBL/?lang=pt&format=pdf>. acesso em: 11 set. 2022

SILVA, Débora Alves. et al. **Percepção de enfermeiros de estratégias saúde da família quanto à assistência às puérperas com indicativo de depressão pós-parto.** Research, Society and Development, v. 11, n. 11, e 210111133425, 2022. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/33425-Article-376242-1-10-20220820-3.pdf2.pdf>>. Acesso em 03 de set, 2022.

SILVA, Natália *et al.* **Depressão pós-parto: características, fatores de risco, prevenção e tratamento.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, v. 13, n. 8, 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8658>>. Acesso em: 5 set. 2022.

RATTI, Gabriella da Silva; DIAS, Suzan ; HEY, Ana Paula. **Sinais e Sintomas da Depressão Pós Parto** Brazilian Journal of Health Review, v. 3, n. 5, p. 15429–15439, 2020.

DOENÇAS PATOGÊNICAS: ÁGUA COMO PRINCIPAL VEÍCULO TRANSMISSOR

Anna Alicia Dias Martin⁷;
Rosana Faria da Silva Brito¹;
Natalia Ribeiro Bernardes²

1 INTRODUÇÃO

A água é vital para a saúde dos seres vivos e para os seres humanos deve ser limpa e livre de quaisquer patógenos, impurezas e quaisquer contaminantes que possam ser prejudiciais à saúde. Garantir a qualidade da água para consumo humano é um dos maiores objetivos da sociedade atual, pois é importante para a saúde e requer ressalvas (GOMES, 2018).

Os agentes biológicos são caracterizados por um grupo de organismos capazes de contaminar água e alimentos e, assim, causar doenças humanas, conhecidas como vírus, bactérias, protozoários, helmintos, fungos e toxinas microbianas. (Os coliformes fecais são os principais indicadores de contaminação biológica dos corpos d'água e, portanto, são os mais utilizados para o monitoramento da qualidade da água. A ingestão de água contaminada com substâncias de origem fecal tem sido associada a casos de enterite, diarreia infantil, epidemias, pneumonia, meningite e infecções intestinais, que podem levar à morte se o tratamento for ineficaz (D'AGUILA, 2000).

A abordagem deste tema justifica-se porque é necessário enfatizar a prioridade da água para consumo humano em detrimento de outros usos. Hoje, as pessoas sabem da importância de tratar a água humana porque muitas doenças podem ser transmitidas aos humanos através dela. São as chamadas “doenças de veiculação hídrica. O objetivo geral deste trabalho é analisar as características físico-químicas e microbiológicas da água e a contaminação por patógenos, além de conceituar possíveis fontes de vários contaminantes na água; descrever o papel da água na prevenção humana e de doenças e traçar o perfil epidemiológico das doenças transmitidas pela água.

⁷ 1 – Acadêmicas do curso de Farmácia - Multivix Cachoeiro de Itapemirim

2 –Doutora em Produção Vegetal com ênfase em Química de Alimentos – Professora do curso de Farmácia - Multivix Cachoeiro de Itapemirim

MATERIAL E MÉTODOS

A metodologia que permitiu a confecção deste trabalho de conclusão de curso onde utilizou-se uma revisão de literatura sobre o tema Doenças Patogênicas água como principal veículo transmissor, onde buscou trazer autores que integram de maneira confiante o assunto.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos acadêmicos publicados entre 2000 e 2022 que estavam disponíveis gratuitamente em português e online na base de dados *Scielo* e periódicos acadêmicos, além de outros sites de instituições conceituadas como o Ministério da Saúde. Os seguintes descritores foram utilizados: Água, Análise Microbiológica da Água e Patógenos.

Após a pesquisa preliminar, com base na leitura aprofundada do tema de pesquisa, foi considerado os aspectos relevantes de acordo com o objetivo da pesquisa e, portanto, 12 artigos foram considerados no estudo e um total de 36 artigos foram encontrados.

Dando continuidade, optou-se por um estudo qualitativo sem forma numérica, pois os pesquisadores utilizaram uma forma indutiva para descrever as condições observadas. Nesse sentido, os dados qualitativos não podem ser representados graficamente e a pesquisa é exploratória e investigativa. Como critério de exclusão, foram utilizados os seguintes tópicos: Material publicado antes de 2000; Material publicado em língua estrangeira; Material que não havia consenso com os estudos de referência; Material sem certificação de literatura.

DESENVOLVIMENTO

A qualidade da água depende de condições naturais como o contato com partículas, substâncias e impurezas do solo por meio de escoamento e infiltração de águas pluviais. Além dos distúrbios causados pelas atividades humanas, como a produção de resíduos domésticos ou industriais, o uso de agrotóxicos e fertilizantes, todos podem se misturar com a água (SPERLING, 2017).

As doenças transmitidas pela água podem ser transmitidas através de dois mecanismos principais, nomeadamente a ingestão de água contaminada com microrganismos

patogênicos ou saneamento e água inadequados. A determinação de coliformes é importante como parâmetro que indica a presença de microrganismos patogênicos responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica como febre tifoide, paratifoide, disenteria bacilar e cólera. Muitas vezes, as fontes fecais e não fecais são distinguidas quando os coliformes são identificados (CAESB, 2016).

Acinetobacter é bactéria Gram-negativa, *Bacillus*, estritamente aeróbica, não fermentadora, resistente à penicilina e oxidase-negativa. Eles crescem bem na faixa de temperatura de 33°C a 35°C. As espécies de *Acinetobacter* podem ser encontradas na flora normal do solo, água e esgoto, alimentos e animais, e constituem cerca de 50% dos microrganismos isolados. As bactérias *Escherichia coli* são visíveis pela coloração de Gram e são visualizadas como bacilos Gram-negativos isolados, aos pares ou em cadeias curtas. Estas são bactérias não esporuladas encapsuladas. A *Klebsiella pneumoniae* é em forma de bastonete, Gram-negativa, facultativamente aeróbica, mas cresce melhor em condições aeróbicas. As bactérias não são apenas fezes, mas também são consideradas um dos coliformes resistentes ao calor (MARQUEZI, 2010).

Klebsiella possui características bioquímicas que permitem caracterizá-la. Tem reação oxidase negativa, fermenta glicose, reduz nitrato negativo, citrato e indol, produz gás com ferro trissacarídeo (TSI), utiliza citrato como fonte de carbono e também hidrolisa ureia com ou sem formação de gás. Taxonomicamente, na família *Pseudomonas*, é uma bactéria definida como um bacilo gram-negativo reto, não esporulante, por motilidade flagelar polar simples. Fisiologicamente, é classificado como exercício aeróbico. A *Pseudomonas aeruginosa* é um dos microrganismos mais ubíquos, pois é encontrada no solo, água, vegetais, animais, alimentos e nos mais diversos ambientes hospitalares. É considerado o protótipo dos patógenos oportunistas, afinal, é um dos patógenos mais importantes das infecções hospitalares. A *Pseudomonas aeruginosa* isolada de infecções hospitalares é naturalmente resistente a múltiplos antibióticos, dificultando o tratamento (MADIGAN et al., 2010, p. 946).

Staphylococcus aureus é uma bactéria esférica proveniente de cocos Gram-positivos, aeróbica, catalase-positiva, possui ácido teânico na parede celular e produz ácido a partir da glicose. A bactéria pode apresentar-se em diferentes formas, desde isoladas, pareadas, de cadeia curta ou agrupadas irregularmente (parecendo um cacho de uvas na aparência), pois sua divisão celular ocorre em três planos perpendiculares. 40

problema das bactérias desenvolverem resistência a uma variedade de agentes antimicrobianos existe há muito tempo. No ambiente hospitalar, as primeiras bactérias MR, multirresistentes relatadas foram *Staphylococcus aureus*, que é resistente à oxacilina, seguida pela *Enterobacter*, que produz uma enzima que facilita a digestão de diversos agentes antimicrobianos. Recentemente, *Staphylococcus aureus* resistente à vancomicina e várias bactérias Gram-negativas foram relatadas como produtoras de uma enzima capaz de digerir antibióticos carbapenêmicos (DEL PELOSO et al., 2010 apud MOREIRA e FREIRE, 2013).

Para determinar a qualidade microbiana da água, a verificação de microrganismos indicadores é amplamente utilizada. São organismos não patogênicos ou de baixa patogenicidade com características semelhantes aos patógenos. Isso significa que a presença de microrganismos indicadores pode indicar a presença de microrganismos patogênicos. Destes indicadores, os mais utilizados são os coliformes totais e os coliformes termotolerantes. Em conformidade com Hagler (2006), os microrganismos tradicionalmente utilizados para monitorar a qualidade da água recreativa ou potável consistem em um grupo de bactérias não patogênicas, não necessariamente, mas comumente encontradas no trato gastrointestinal de animais de sangue quente. Por exemplo, *Pseudomonas aeruginosa* e *Enterococcus* foram isolados de água recreativa. A presença desses microrganismos indica riscos à saúde por contato físico, ingestão ou inalação, e tem sido proposta como um indicador de qualidade da água complementar aos coliformes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como os seres humanos consomem grande quantidade de água, poluentes como microrganismos são facilmente disseminados, portanto, a água não só não traz benefícios, mas também prejudica a saúde humana e se torna um fator de risco para os consumidores.

A exposição a água contaminada pode permitir que microrganismos patogênicos entrem em nossa pele ou membranas mucosas e causem sérios problemas de saúde. Na análise da água são comumente utilizados indicadores microbianos, que são microrganismos ou um grupo de microrganismos que apresentam contaminação com substâncias derivadas de fezes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A água é uma das substâncias mais importantes de que os humanos e outros animais dependem para sobreviver, pois está envolvida em uma variedade de reações químicas, além de fazer parte dos organismos vivos e transportar substâncias. No entanto, também é portador de muitas doenças, por isso é necessário observar sua qualidade antes do consumo ou exposição.

As doenças de veiculação hídrica são causadas principalmente por microrganismos patogênicos, suas origens estão relacionadas aos fatores espaciais dos territórios, situações específicas ditadas pelas regras do capitalismo e dicotomia que regem as sociedades, e são relevantes na determinação de desigualdades na qualidade da água, entre outras coisas.

Assim, as doenças de veiculação hídrica colocam muitas barreiras à saúde humana em termos de incidência e prevalência, e em seus contextos patológico, social e espacial, essas doenças são vistas como um conjunto de fatores (físicos e não físicos) que podem afetar negativamente as condições gerais de vida.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde - MS. **Vigilância e Controle da Qualidade da Água para Consumo Humano**. MS Brasília, 2006.

CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal. **Relatório da Qualidade da Água Distribuída pela CAESB em 2015**, Brasília, p. 1-4, fev. 2016.

D'AGUILA, Paulo S.; ROQUE, Odir Clécio C.; MIRANDA, Carlos Alberto S.; FERREIRA, Aldo. P. **AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**. Cadernos de Saúde Pública, Nova Iguaçu, 2000.

GOMES, M. A, RAMOS, E.V.S, SANTOS, L.C.S, GOMES, D.J, GADELHA, A.J.F. Investigação de parâmetros físico-químicos e microbiológicos de qualidade da água de poços no município de Sousa-PB para fins de potabilidade. **Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, nº 43, 2018.

HAGLER, A.N. **Yeasts as indicators of environmental quality**. In Rosa, C.A.; Gabgr, P. editors Biodiversity and Ecophysiology of Yeasts, Springer, 2006. PP. 519-536.

MOREIRA, V.C.; FREIRE, D. **Klebsiella pneumoniae e sua resistência a antibióticos**. Disponível em: . Acesso em: 28 de Agosto de 2022.

MARQUEZI, M. C. **Comparação de metodologias para a estimativa do número mais provável (NMP) de coliformes e amostras de água**. 2010. 111f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

MADIGAN, M. T. et al. **Microbiologia de Brock**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SPERLING, M.V. **Introdução à qualidade das águas e ao tratamento de esgotos**. 4 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: EXPERIÊNCIA DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM DA FACULDADE MULTIVIX NA PARTICIPAÇÃO DO GRUPO DE APOIO ÀS GESTANTES NO MUNICÍPIO DE MUQUI – ES.

DURANTE, Amanda Colombino¹
SILVA, Gilçania Rodrigues²
MIRANDA, Maiara dos Santos¹
LÍVIO, Renata Mendonça Alves³
FERNANDES, Rita de Cássia Carlos⁸

1 INTRODUÇÃO

O pré-natal se constitui um momento ímpar para promover a saúde da mulher e antecipar riscos. É no pré-natal que a mulher deverá ser mais bem orientada para que possa viver o parto de forma positiva, ter menos riscos de complicações no puerpério e mais sucesso e orientações na amamentação. Na atenção ao do pré-natal os grupos de gestantes mostram-se como uma estratégia bastante efetiva para as ações educativas, tendo assim oportunidades de trocas de experiências entre as gestantes, familiares e profissionais. Os grupos de gestantes auxiliam no ajustamento às mudanças do período de adaptação das novas realidades vivenciadas tanto pela mãe quanto pelo pai do futuro bebê, destacando-se todas as mudanças físicas e psicológicas ocorridas durante a gestação.

O Ministério da Saúde orienta que a gestante procure uma Unidade Básica de Saúde (UBS) próxima de sua casa, para dar início ao acompanhamento de pré-natal, ou que, se faça uma busca ativa das gestantes por meio dos profissionais da Atenção Primária a Saúde. O “Programa Previne Brasil” do Ministério da Saúde, novo modelo de financiamento da Atenção Primária instituído pela Portaria nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, traz três (03) indicadores relacionados diretamente à assistência ao pré-natal, sendo proporção de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas,

⁸ Graduandos do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES;

² Professor orientador: Especialista em Saúde da Família com ênfase em Estratégia Saúde da Família, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, Coordenadora do Programa de Atenção Primária à Saúde do Município de Muqui-ES, gilcania@hotmail.com;

³ Enfermeira bolsista do Programa Estadual de Qualificação da Atenção Primária à Saúde do Estado do Espírito Santo (Qualifica-APS) do Município de Muqui-ES, renata_livio@hotmail.com;
Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

sendo a 1ª (primeira) até a 12ª (décima segunda) semana de gestação; proporção de gestantes com realização de exames para sífilis e HIV; e proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado;

Ao iniciar o pré-natal é interessante ter uma equipe capacitada para promover ações educativas em apoio as gestantes e fazer com que elas se sintam acolhidas e com boas perspectivas em relação a chegada do bebê, tendo suporte para o esclarecimento de suas dúvidas e suas angústias. Estas ações educativas são importantes para mostrar as gestantes como se cuidar durante a gestação, sensibilizar quanto ao aleitamento materno e os cuidados necessários com o bebê após o seu nascimento.

Estudos mostram que as consultas de pré-natal são muito rápidas, fazendo com que possíveis anormalidades não sejam percebidas e impedindo que as mulheres possam manifestar suas queixas, dúvidas e medos relacionados à gravidez. O Caderno de Atenção ao pré-natal de baixo risco do Ministério da Saúde orienta a promoção de ações com orientações tendo profissionais capacitados para o esclarecimento de dúvidas frequentes nas mulheres gestantes, esta ação visa promover reduções de complicações durante todo o período gestacional e principalmente evitar maiores índices de mortalidades.

Desta forma, o grupo de apoio às gestantes tem papel essencial para melhor acolhimento em relação ao pré-natal, trabalhar as orientações e o esclarecimento de dúvidas, o que também poderá ajudar no aumento do vínculo entre profissional e paciente e seu familiar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo na modalidade de relato de experiência, a partir da vivência dos acadêmicos do curso de enfermagem da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim – ES, na participação do grupo de apoio às gestantes realizado em junho deste ano de 2022, durante o estágio supervisionado, no município de Muqui – ES. O relato de experiência tem por objetivo promover uma reflexão sobre a ação ou um conjunto de ações relacionadas à prática no âmbito profissional e educacional e de interesse da comunidade científica.

A participação dos acadêmicos se deu através de um convite da Coordenação da Atenção Primária à Saúde do município. Os alunos prepararam o encontro dentro do seu estágio supervisionado em saúde da mulher e saúde da criança, onde a preceptora fez a divisão das tarefas por grupo de alunos, ficando um grupo responsável pela palestra sobre o aleitamento materno, outro grupo pela palestra de cuidados com o recém nascido, um grupo responsável pela aferição e teste de glicemia capilar nas gestantes e um grupo responsável em realizar os exercícios de alongamento e relaxamento no início do encontro. Para a realização do encontro foi cedido o salão paroquial pela secretária paroquial da igreja católica Matriz de São João Batista, localizada no centro da cidade de Muqui, no período matutino. O local foi escolhido pelo fácil acesso, pela estrutura com mesas, cadeiras, banheiro e espaço físico amplo para a realização das atividades. Para o desenvolvimento da palestra foram utilizados os seguintes recursos: computador, data-show, microfone e caixa de som. Também foi utilizado material para verificação da pressão arterial e da glicemia capilar nas gestantes, como aparelho de aferir pressão, algodão, luvas de procedimento, aparelho de glicemia, fitas e lancetas.

3 DESENVOLVIMENTO

O trabalho educativo não é uma tarefa fácil, sobretudo na saúde e na atenção ao pré-natal, uma vez que não se limita a transmissões de informações as gestantes em relação ao cuidado de si e do seu bebê. Mas, é uma prática compartilhada, de troca de saberes, a ser desenvolvida no cotidiano do trabalho em saúde. Portanto, é necessário a participação ativa das pacientes em acompanhamento de pré-natal direcionando os encontros do grupo de apoio às suas necessidades e tornando-as coprodutoras do processo educativo, junto aos profissionais da saúde.

As atividades educativas do grupo de apoio devem ter uma linguagem clara e compreensível, a fim de promover as orientações sobre os cuidados na gestação, alterações fisiológicas e emocionais, amamentação, cuidados com o recém-nascido, planejamento familiar, assim como envolver o pai, respeitando a cultura e o saber popular de cada família. Vários trabalhos sobre a importância do pré-natal ou, especificamente, sobre as ações educativas no pré-natal, mostram em seus resultados

que mesmo tendo realizado as consultas, as gestantes demonstram insatisfação com relação as orientações sobre parto, puerpério e cuidados com o recém-nascido.

Desta forma, torna-se necessário desenvolver atividades educativas com uma linguagem clara e compreensível para a promoção de orientações sobre os cuidados na gestação, alterações fisiológicas e emocionais, cuidados com o recém-nascido, amamentação e planejamento familiar, e se possível trabalhar o envolvimento do pai, respeitando a cultura e o saber popular de cada família. A presença dos acadêmicos nas atividades de educação em saúde traz a responsabilidade de engajar os alunos nos compromissos sociais e profissionais, além da necessidade de atingir, através de atividades práticas, parcelas da população que usualmente não possam usufruir do conhecimento produzido e multiplicado pela academia, além disso, contribui para o aprimoramento científico dos futuros enfermeiros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observou-se que as ações educativas tem impacto positivo para o cuidado às gestantes durante o acompanhamento pré-natal, na prevenção e promoção da saúde da mãe e criança, além de repercutir nas relações familiares.

A experiência possibilita espaço de diálogos e discussões entre as participantes do grupo, permitindo trocas de afetos, fortalecimento do vínculo e a amizade entre o grupo. Percebido que a troca de experiências favorece a valorização da fala, facilitando para uma ação colaborativa entre as gestantes, sendo motivadas a participação ativa nos encontros. Pode-se constatar que as gestantes apresentam uma aprendizagem significativa ao participar dos encontros, segundo relatos, saindo do “medo” do desconhecido e dando lugar ao sentimento de compreensão do processo de gestação, parto e puerpério.

Observou-se ainda estabelecimento do elo de confiança entre as gestantes e o profissional de saúde, favorecendo a relação afetiva e profissional. Além disso, observou-se maior adesão às consultas de pré-natal nas UBS com as equipes de saúde e redução importante de idas desnecessárias das gestantes ao pronto atendimento. É relevante ressaltar que essa otimização da cobertura de pré-natal, evidenciada pela ¹

ampliação da adesão às consultas nas UBS, tem impacto positivo na morbimortalidade materno-infantil, haja vista acesso aumentado para a realização de exames laboratoriais e de imagem, identificação de comorbidades e/ou alterações importantes, diagnósticos e tratamentos precoces.

A seguir temos algumas imagens da participação dos acadêmicos de enfermagem da Faculdade Multivix no encontro do Grupo de Apoio às gestantes no município de Muqui-ES.

Figura 1 – Acadêmicos do curso de Enfermagem da Multivix de Cachoeiro de Itapemirim – ES, junto aos profissionais da Atenção Primária a Saúde do Município de Muqui.



Fonte: Arquivo pessoal. 2022.

Figura 2- Acadêmicos do curso de Enfermagem da Multivix de Cachoeiro de Itapemirim – ES, junto aos profissionais da Atenção Primária a Saúde com as gestantes participantes do grupo de apoio do Município de Muqui.



Fonte: Arquivo pessoal. 2022.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluiu-se a importância da enfermagem para a prevenção da depressão pós-parto. O enfermeiro tem papel fundamental durante as consultas de pré-natal, emprestando¹

assistência acompanhando a evolução da gravidez e promovendo a saúde da gestante e da criança. Deve dar suporte emocional à gestante, incentivá-la a verbalizar o que está trespassando e estimular a necessidade de ter um bom sono, livre de insônia, boa alimentação e atividade física.

Os profissionais de enfermagem devem desenvolver planos de prevenção, estar atentos nas consultas e ser capazes de detectar quando a mãe está com problemas, com ajuda no pré-natal psicológico, deve compreender as causas e os sinais associados à DPP para tomar medidas preventivas contra a doença.

REFERÊNCIAS

ALOISE, Sara, et al. **Depressão pós-parto: identificação de sinais, sintomas e fatores associados em maternidade de referência em Manaus**. *Enfermagem em Foco*, v. 10, n. 3, 2019. Disponível

em:

<<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/2455/584>>. Acesso em: 11 set. 2022.

ANDRADE, André *et al.* **Fatores associados à Depressão Pós-Parto em mulheres em situação de vulnerabilidade social**. *SMAD Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas (Edição em Português)*, v. 13, n. 4, p. 196–204, 2018.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1806-69762017000400004&lng=en&nrm=is.&tlng=pt>. Acesso em: 6 set 2022.

ARRAIS, Alessandra da Rocha; ARAUJO, Tereza Cristina Cavalcanti Ferreira, SCHIAVO, Rafaela de Almeida. **Fatores de Risco e Proteção Associados à Depressão Pós-Parto no Pré-Natal Psicológico**. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 38, n. 4, p. 711–729, 2018. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pcp/a/nzLTSHjFFvb7BWQB4YmtSmm/?lang=pt>>. Acesso em: 7 de set. 2022.

BRASIL. **Atenção básica cadernos de atenção ao pré-natal de baixo risco**. [s.l.: s.n., s.d.], 2012. Disponível em:

<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf>. Acesso em: 11 set 2022.

FROTA, Cynthia et al, **A transição emocional materna no período puerperal associada aos transtornos psicológicos como a depressão pós-parto.** *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 48, ano 2020, disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/3237>> acesso em: 11 set. 2022.

GONÇALVES, Fabiana Braga Ataíde Cardoso; ALMEIDA, Miguel Correa. **A Atuação da Enfermagem Frente à Prevenção da Depressão Pós-Parto.** *Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*, v. 23, n. 2, p. 140, 2019. Disponível em: <<https://revista.pgsskroton.com/index.php/ensaioeciencia/article/view/6655>>. Acesso em: 5 set. 2022.

JORDÃO, Rhayza et al. **Vista do Acurácia das características definidoras do diagnóstico de enfermagem desempenho do papel ineficaz.** *Revistas.ufg.br*. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/42306/23002>>. Acesso em: 8 set. 2022.

LOPES, Mylla Walleska Pereira, GOLÇALVES, Jonas Rodrigo. **Vista do avaliar os motivos da depressão pós-parto: uma revisão bibliografica de literatura.** *Rev. JRG de estudos acadêmicos*. v. 3, n.6, 2020. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/108/173>>. Acesso em: 5 set. 2022.

MARCOLAN, Eloísa et al, **Vista do as diversas formas de depressão pós-parto: uma revisão integrativa.** *Unoesc.edu.br*. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.unoesc.edu.br/apeux/article/view/24128/14232>>. Acesso em: 11 set. 2022.

MONTEIRO, Almira et al, **Vista do Depressão pós-parto: atuação do enfermeiro.** *Acervomais.com.br*, 2020. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/enfermagem/article/view/4547/2931>>. Acesso em: 11 set. 2022.

PANTA, O. C. SOUZA, Q. A. **Revisão integrativa sobre cuidados de enfermagem na depressão pós-parto.** *Revista de Saúde Faculdade Dom Alberto*. v. 9, n.1, p. publicação: 13/07/2022. Disponível em: <<https://revista.domalberto.edu.br/revist>>. Acesso em: 03 de set, 2023.

SCHIAVO, Rafaela de Almeida ; PEROSA, Gimol Benzaquen. **Desenvolvimento** ¹

Infantil, Depressão Materna e Fatores Associados: Um Estudo Longitudinal.

Paidéia (Ribeirão Preto), v. 30, 2020. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/paideia/a/msdNDYZfsMdgNwKzPY869bk/?lang=en>>. Acesso em: 6 set. 2022.

SILVA, Catarine S. et al, **Association between postpartum depression and the practice of exclusive breastfeeding in the first three months of life**, *Jornal de Pediatria*, v. 93, n. 4, p. 356–364, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jped/a/Bp46yYvShfWDjZQhFpNbDBL/?lang=pt&format=pdf>. acesso em: 11 set. 2022

SILVA, Débora Alves. et al. **Percepção de enfermeiros de estratégias saúde da família quanto à assistência às puérperas com indicativo de depressão pós-parto**. *Research, Society and Development*, v. 11, n. 11, e210111133425, 2022. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/33425-Article-376242-1-10-20220820-3.pdf2.pdf>>. Acesso em 03 de set, 2022.

SILVA, Natália *et al.* **Depressão pós-parto: características, fatores de risco, prevenção e tratamento**. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 13, n. 8, 2021. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/8658>>. Acesso em: 5 set. 2022.

RATTI, Gabriella da Silva; DIAS, Suzan ; HEY, Ana Paula. **Sinais e Sintomas da Depressão Pós Parto** *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 5, p. 15429–15439, 2020. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/19048>>. Acesso em: 05 set. 2022.

ENFERMAGEM: CONHECENDO A IMPORTÂNCIA DA CONSULTA DE ENFERMAGEM NO PRÉ-NATAL

Ana Clara Gomes Pelegrino¹
Francisca das Chagas Amorim²
Gabriela da Rocha Ferreira³
Rafaela Alves Santos Teixeira⁴
Gilbania Rafael Landi⁵

1 INTRODUÇÃO

O pré-natal resume-se no acompanhamento da gestação durante as quarenta semanas gestacionais, visando prevenir problemas para o binômio mãe-filho. E uma das prioridades do Ministério da Saúde nos últimos anos têm sido a saúde da mulher, visando ampliar e qualificar a assistência de pré-natal.

E ao compor a equipe multidisciplinar de assistência integral à saúde da mulher, o enfermeiro possui amplo espaço de atuação no pré-natal, com ações educativas focadas no saber e no fazer, e ainda com a compreensão das particularidades e cuidados específicos na gestação (MELO *et al*, 2020).

Nas consultas de enfermagem a troca de informações entre o enfermeiro, gestante e sua família possibilita a sistematização da assistência voltada para a promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos (MELO *et al.*,2020).

Assim, o objetivo deste estudo foi conhecer e descrever a importância da consulta de enfermagem no pré-natal, no âmbito da atenção primária, com foco no processo de enfermagem.

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix- Cachoeiro de Itapemirim-ES- gomespelegrino@outlook.com

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix- Cachoeiro de Itapemirim-ES- franamorim2426@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim-ES- gayllafilha@gmail.com

⁴ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix- Cachoeiro de Itapemirim-ES - rafaela.asteixeira.oficial@gmail.com

⁵ Professora orientadora: Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Especialista em Terapia Intensiva e Pediátrica, Geral e Adulta e Cardiologia. Especialista em Inserção, utilização e cuidados com Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Revisão de literatura nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), LILACS(Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), no mês de setembro de 2022, utilizando os descritores “Cuidado Pré-Natal” e “Assistência Integral à Saúde da Mulher”, todos cadastrados nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram encontrados 30 artigos de acordo com os critérios de inclusão: texto completo, gratuitos, idioma português e publicados nos últimos 5 anos. Após leitura analítica e interpretativa foram selecionados 20 artigos e Manuais do Ministério da Saúde que atendiam a temática proposta.

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo Cá et al., (2022) a mortalidade materna é considerada um dos graves problemas e desafios da saúde pública no mundo, em particular nos países em desenvolvimento.

A organização Pan Americana de Saúde estima que aproximadamente 830 mulheres morrem por causas evitáveis relacionadas a gestação e ao parto no mundo (OMS, 2022).

O cenário exposto reforça a importância do cuidado pré-natal de qualidade. Sendo essa ferramenta essencial para o acompanhamento da gestante, que objetiva promover a saúde e identifica precocemente problemas que possam trazer riscos para a saúde da gestante e do conceito (LIMA *et al.*, 2018).

Pensando em oferecer e validar uma atenção de qualidade a mulher, é destinada a população feminina a Rede de Atenção Materna e Infantil (RAMI), instituída em 2022 por meio da Portaria nº 715. Uma estratégia, que veio para aprimorar a Rede Cegonha, visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis (BRASIL, 2022).

Considerando as atribuições do Enfermeiro (a) na Atenção Primária a Saúde, segundo Lei do Exercício Profissional, ele é capacitado a realizar:

(...) Realizar consulta de enfermagem, procedimentos, solicitar exames complementares, prescrever medicações conforme protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, ou outras normativas técnicas estabelecidas pelo gestor federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, observadas as disposições legais da profissão [...] (BRASIL, 2017).

Do quantitativo de consultas atribuídas ao profissional de enfermagem, de no mínimo 6 consultas de pré-natal, intercalada com o profissional médico, a primeira consulta é realizada pelo enfermeiro (MELO *et al.*, 2020).

Nesse primeiro contato, o enfermeiro deverá realizar uma completa anamnese, com indagação sobre a história clínica da gestante, explorando os aspectos socioepidemiológicos, os antecedentes familiares, os antecedentes pessoais gerais, situação da gravidez atual (BRASIL, 2013).

E ainda na primeira consulta, são imprescindíveis os procedimentos de exame físico, que deverão ser realizados pelo profissional enfermeiro ou médico, onde os mais significativos são: a mensuração do peso, altura, pressão arterial, avaliação de mucosas, da tireoide, das mamas, dos pulmões, do coração, do abdome e das extremidades (BRASIL, 2019).

Dados ginecológicos e obstétricos como imunizações prévias, data precisa da última menstruação, paridade, intercorrências clínicas, obstétricas e cirúrgicas, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), história pessoal ou familiar de doenças hereditárias/mal formações, gemelaridade anterior, uso de tabaco, álcool ou outras drogas, entre outras, são informações relevantes a constar no Cartão da Gestante (BRASIL, 2019).

Fonte de risco deverão ser apontados em destaque no Cartão da Gestante (CG) e as anotações deverão ser realizadas tanto no prontuário da unidade (Ficha Clínica de Pré-natal) quanto no CG, sendo que em cada consulta, o risco obstétrico e perinatal deve ser reavaliado (BRASIL, 2019).

Nas consultas seguintes, segue a importância de medir a altura uterina, pesar a paciente, mensurar a pressão arterial, verificar a presença de anemia de mucosas, a existência de edemas e auscultar os batimentos cardíacos fetais (BRASIL, 2019).

Segundo o Ministério da Saúde, deverá constar no Exame Físico Geral:

Inspeção da pele e das mucosas, Sinais vitais: aferição do pulso, frequência cardíaca, frequência respiratória, temperatura axilar, Palpação da tireoide , região cervical, supraclavicular e axilar (pesquisa de nódulos ou outras anormalidades), Ausculta cardiopulmonar, Exame do abdome, Exame dos membros inferiores, Determinação do peso, Determinação da altura, Cálculo do IMC, Avaliação do estado nutricional e do ganho de peso gestacional; Medida da pressão arterial, Pesquisa de edema (membros, face, região sacra, tronco) (BRASIL, 2013)

Ainda, o Ministério da Saúde preconiza, no exame físico específico (gineco-obstétrico) a execução de: palpação obstétrica, medida e avaliação da altura uterina, ausculta dos batimentos cardíacos, registro dos movimentos fetais, teste de estímulo sonoro simplificado (tess), exame clínico das mamas, inspeção da genitália e toque vaginal (BRASIL, 2013).

Em contrapartida, para a realização do exame físico em adolescentes, o profissional de enfermagem deverá seguir recomendações do Manual de Organização de Serviços para a Saúde dos Adolescentes (BRASIL, 2019).

De tal modo, o (a) enfermeiro (a) é um profissional capacitado para atuação no atendimento de pré-natal, por ser qualificado na atuação em estratégia de promoção à saúde, prevenção de doenças e no emprego da humanização no cuidado prestado (GOMES *et al.*, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que o enfermeiro presta assistência a gestante baseada nos protocolos estabelecidos pelo ministério da saúde, com qualidade e eficiência, proporcionando um cuidado holístico (SANTOS *et al.*, 2021). O profissional na atenção primária é o principal elo entre a clínica e a comunidade, através da assistência humanizada no pré-natal proporciona detecção precoce de possíveis intercorrências e acompanha a mulher durante toda a gestação e puerpério. (SANTOS *et al.*, 2021).

Ademais, uma boa consulta de enfermagem, com enfoque na anamnese e no exame físico se torna indispensável tanto para prevenir quanto para diagnosticar possíveis complicações e patologias, que podem ser identificados tanto na gestante quanto na saúde fetal.

Isto posto, o presente estudo vem contribuir para melhor compreensão da importância do enfermeiro no pré-natal, evidenciando também a sistematização da enfermagem como potencial estratégia na saúde pública.

REFERÊNCIAS

ANNA, Carlos Corrêa de Menezes Sant'Anna. **Assistência integral saúde da mulher: bases de ação programática**. 1984. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/assistencia_integral_saude_mulher.pdf>. Acesso em 15 set. 2022.

BRASIL. **Atenção ao pré-natal risco habitual caderno de atenção ao pré-natal risco habitual**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/pdf6.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

_____. **Caderno de Atenção Básica: Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco**. 2013. Disponível em: <https://data.miraquetemiro.org/sites/default/files/documentos/caderno_32%20-%20Gu%C3%ADa%20de%20Aten%C3%B3n%20Prenatal.pdf>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

_____. DECRETO No 94.406, DE 8 DE JUNHO DE 1987. **Regulamenta a Lei nº7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da enfermagem, e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/d94406.htm> . Acesso em 27 de agosto de 2022.

_____. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2022

_____. PORTARIA Nº 4.279, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. **Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4279_30_12_2010.htm> . Acesso em 27 de ago de 2022.

Consulta de enfermagem no pré-natal: narrativas de gestantes e enfermeiras. Texto Contexto Enferm [Internet]. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tce/a/3pLDtXNvjLGGJWdFFHM3FQbv/?lang=pt&format=pdf>> . Acesso em 27 de agosto de 2022.

CÁ, A. B. et al. **Lacunas da assistência pré-natal que influenciam na mortalidade materna: uma revisão integrativa.** Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 96, n. 38, p. e-021257, 6 jun. 2022. Disponível em:

<<https://revistaenfermagematual.com/index.php/revista/article/view/1372> > .

Acesso em 29 de set de 2022.

GOMES, C. B. DE A. et al. **Consulta de enfermagem pré-natal: narrativas de gestantes e enfermeiras.** Texto & Contexto - Enfermagem, v. 28, 29 abr. 2019. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/tce/a/3pLDtXNvjLGJWdFFHM3FQbv/abstract/?lang=>>

>. Acesso em 29 de set de 2022.

LIMA, J. P. et al. **Perfil socioeconômico e clínico de gestantes com Síndrome da Hipertensão Gestacional.** Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, v. 19, p. e3455, 27 set. 2018. Disponível em:

<https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/37464/1/2018_art_jplima.pdf > . Acesso

em 29 de set de 2022.

MELO, Danyella Evans; MATOS, Khesia Kelly Cardoso; MARTINS, Victor Hugo Silva. **Consulta de enfermagem no pré-natal: representações sociais de gestantes.** 2020. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/37235/pdf>. Acesso em 15 set. 2022

>. Acesso em 15 de out de 2022.

PRÉ-NATAL. 2019. Disponível em:

<<https://www.saude.gov.br/biblioteca/7637-pr%C3%A9-natal> >. Acesso em 15 out 2022.

OPAS/OMS | **Organização Pan-Americana da Saúde.** Disponível em:

<<https://www.paho.org/pt/node/63100>>. Acesso em 15 set 2022.

SALUD, O. P. DE LA. **Plano de ação para acelerar a redução da mortalidade materna e morbidade materna grave: estratégia de monitoramento e avaliação.** CLAP/SMR. Publicação Científica;1593-03, 2012. Disponível em: <

<https://www3.paho.org/clap/dmdocuments/CLAP1593-03.pdf> > . Acesso em 29

de agosto de 2022.

SANTOS, Cristina Lima, et al. **Assistência a gestante na atenção primária pela perspectiva do acadêmico de enfermagem.** [s.l.: s.n.]. Disponível em:

<<http://revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view&path%5B%5D=9010>>. Acesso em 29 de agosto de 2022.

SOUZA, R. F. **A importância da assistência de enfermagem no puerpério imediato: estudo de caso.** Publicado no ano de 2021. Disponível em: <<http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/repositorioctcc/article/view/3336>>. Acesso em 15 set 2022.

CIDADANIA: DIREITOS E DEVERES

Débora Francisca Gonçalves Guimarães
Larissa Cândido Silva
Lívia Marcela Feu Silva
Thays Pacheco Ferreira¹
Thiago Canholato Cazotte²

1 INTRODUÇÃO

Invisíveis no Brasil, sem documento e dignidade: Quase três milhões de brasileiros não têm sequer certidão de nascimento, segundo o IBGE. Contudo, pessoas sem identificação, por motivo de perda, sem emissão de 2ª via ou pelo fato de nunca ter emitido, essas não são consideradas cidadãs, ficando isentas de direitos e deveres perante a Constituição e o Estado. Quem não possui registro civil, RG e CPF, não tem acesso a benefícios do Governo, não consegue se matricular na escola e não possui acesso ao sistema público de saúde, impedido de realizar consultas, sem o direito de voto, essa é a realidade de 3 milhões de brasileiros, pois sem os registros, ela está fora do mapeamento social e das políticas, ausente de cidadania.

2 MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa bibliográfica como fonte base de conceitos essenciais para a construção de um conhecimento capaz de promover uma análise crítica acerca do tema proposto. Inicialmente, foi disponibilizado um link para colheita de um formulário de perguntas, por meio da plataforma do Google Forms, acerca de direitos e deveres adquiridos com a cidadania, ao final, insendo um campo para que os entrevistados deixa sem suas dúvidas e perguntas, bem como utilizamos a entrega de panfletos falando acerca da importância da cidadania, de alguns meios em que a cidadania pode ser exercida e sobre como a invisibilidade das pessoas que não tem seus registros civis, pode afetar o seu exercício à cidadania.

¹ Graduandos do 2º Período do Curso de Direito da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, thayspachecoferreira@gmail.com;

² Professor orientador: Professor de Direito Penal, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, prof.thiagocanolato@gmail.com. Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

3 O QUE É CIDADANIA?

Cidadania é o conjunto de direitos e deveres que todos os cidadãos têm, é ela que garante que a população tenha uma atuação direta na construção do país, bem como o de prever o exercício pleno na garantia da liberdade e dos direitos básicos individuais de cada um. A cidadania pode ser dividida em: Cidadania política - Onde se garante o direito na participação da política (Movimentos sociais, organização em sindicatos, votar, ser votado); Cidadania social - Onde setem os direitos referente a dignidade da pessoa humana (Direito ao trabalho, à educação, à moradia, à alimentação, à saúde, ao lazer etc.); Cidadania civil: Aqui temos os direitos relacionados à liberdade (Liberdade de ir e vir, de religião, de expressão, de segurança, entre outras).

Todos esses exemplos citados acima, são assegurados pela Constituição Federal de 1988 e em seu Artigo 1º, II a cidadania consta como um dos fundamentos da nossa República. Entretanto, cidadania também significa que também devemos obedecer às leis e as normas que estão ligadas com o bem comum e vida em sociedade. A carta de Direitos da ONU (1948) foi um fato marcante para a cidadania, nela é afirmado que todos são iguais perante a lei, independentemente de raça, etnia e cor, nela também se certifica os direitos como à saúde, educação, o direito de expressão. Quanto aos deveres a Carta diz que todos nós devemos fazer valer a nossos direitos, pelo bem comum e cumprir e respeitar as leis elaboradas.

3.1 QUAL A ORIGEM E EVOLUÇÃO DO TERMO CIDADANIA?

Cidadania, vem do latim *civitas*, que significa cidade. Ela surgiu em VIII A. C. na Grécia, onde os homens eram considerados livres e iguais, porém somente era considerado cidadão quem tivesse riquezas ou se fosse proprietário de terras, todas as decisões que fossem referentes à sociedade eram discutidas, votadas. Na Roma antiga, este termo era utilizado para se referir a situação política de uma pessoa, os direitos que ela possuía e que podia praticar das decisões políticas e dos negócios.

Na Idade Média a cidadania não pode existir, o feudalismo era administrado pela Igreja católica que tinha um poder de ação hierárquico e incontestável, tudo o que a igreja dizia era indiscutível.

No renascimento o feudalismo do lugar para o capitalismo e, por conseguinte a volta da cidadania, porém a cidadania não era para todos e sim somente para a elite, só era considerado cidadão quem tivesse direitos sobre a cidade. Já atualmente, temos uma maior participação e vemos como a cidadania é importante para vivermos no meio social, é através da cidadania que podemos exercer plenamente nosso papel como membro ativo da sociedade.

3.2 CIDADANIA E A SOCIOLOGIA

A sociedade brasileira é composta por indivíduos de diferentes culturas, e desde a chegada dos portugueses e junto deles a escravidão e, as pessoas que eram exploradas por anos viviam em más condições e sujeitos a agressões, não possuíam documentação e muito menos direitos. Após o Brasil Império e a abolição da escravidão, segundo Wanderley Guilherme dos Santos cientista político brasileiro, a cidadania só prosperou na Era Vargas em 1930 com a chegada das leis trabalhistas.

O sociólogo Thomas Humphrey Marshall em sua obra "Cidadania, Classe Social e Status" (na versão brasileira) declara que: "A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade", sendo assim, todos são iguais sobre direitos e deveres em uma sociedade.

A Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) foi fundada em 1981 pelo sociólogo Herbert de Souza e os companheiros economistas Marcos Arruda e Carlos Afonso que tem por finalidade uma organização de uma cidadania ativa, buscando igualdade, direitos, democracia e justiça socioambiental promovendo assim melhor relação social. Os sociólogos Thomas Hobbes e John Locke alegam que o governo é responsável pelos direitos básicos de todos, o que é proposto também na Constituição Federal de 1988.

3.3 A IMPORTÂNCIA DA CIDADANIA EM UMA SOCIEDADE

A ditadura militar no Brasil (1964–1985) foi um período em que a população teve parte dos seus direitos cessados, violando então os direitos humanos como liberdade, direito à vida, igualdade e a segurança. Conhecida como Constituição Cidadã, a constituição Federal de 1988 veio após a ditadura militar e foi considerada um símbolo do processo de redemocratização do país, trazendo de volta a cidadania. A

constituição visa proteger e assegurar os direitos de cada cidadão como diz no seu artigo 5º.

A cidadania tem o extremo cuidado para que as pessoas tenham a consciência de seus direitos e deveres e, é por meio dela que podemos assegurar estes direitos civis, políticos e sociais, e então compreender o seu papel no corpo social, construindo assim diariamente uma sociedade melhor e mais justa.

3.4 CIDADANIA: DIREITOS E DEVERES

O direito é assegurado a todos, conforme exposto na Lei nº 9.296 de 24.7.1996, que regulamenta o inciso II, parte final do Art. 5º da Constituição Federal que diz “Todos são iguais perante a lei e, sem distinção, têm direito a igual proteção da lei” na qual gozam de direitos deveres, bem como a capacidade que é algo a ser usufruído, podendo o residente abrir mão, já o compromisso é uma obrigação que em alguns casos pode ser dispensada.

Toda pessoa tem o direito de exigir o cumprimento da lei que assegura o direito de ir e vim, a saúde, educação, moradia, trabalho, lazer, previdência social, alimentação, transporte, proteção à maternidade e a infância, mas também ninguém é obrigado a fazer ou deixar de algo, se não for em virtude do regulamento, não podendo ser submetido à tortura, tratamento degradante ou desumano, sendo livre a manifestação de pensamentos, de consciência e crença.

Os deveres são comportamentos e atitudes que devemos ter para com outro, ou seja, educando e protegendo os semelhantes, colaborando com as autoridades, defendendo patrimônio público e social do país, respeitando os direitos sociais dos outros, votando para escolher governantes, protegendo ao meio ambiente e cumprir as obrigações tributárias, pois o Estado poderá ser acionado pelo não cumprimento das funções, sendo que o habitador requer fazer parte de uma sociedade e desfrutar do que está previsto na Constituição.

3.5 DIFERENÇA ENTRE NACIONALIDADE E CIDADANIA

Vale ressaltar que um cidadão brasileiro não tem os mesmos direitos e deveres que

alguém que mora em outro território, decorrente das leis que adotam, com essa influência leva muitos a confundir nacionalidade e cidadania, cujo significados são distintos. Uma vez que nacionalidade está ligada ao local de nascimento ou descendência, ou seja, é o conjunto de características que distinguem uma nação, podendo ser naturalizado, seja voluntário, já que cidadania é atribuída a pessoa física ou jurídica do Estado em que se trata.

3.6 O QUE É UM ATO DE CIDADANIA?

Os atos de cidadania são ações individuais que visam o bem-estar de um todo, como: praticar doação, o exercício da cidadania também abrange a atuação na sociedade. As doações de todas as naturezas é uma das maneiras que o cidadão tem de atuar em prol da sua sociedade. Cuidar dos patrimônios públicos, o patrimônio público consiste em bens e direitos de valor artístico, econômico estético, histórico ou turístico, pertencentes a pessoas jurídicas de direito público ou de uso público. É dever dos cidadãos preservar os bens públicos. Respeitar o próximo: Como a cidadania também estabelece os deveres dos cidadãos, o respeito é inserido como um deles. Proteger a natureza: Evitar todos os atos que colocam em perigo e que podem causar danos a fauna e flora.

Assim, a cidadania é concedida aqueles que tenham direito à liberdade, igualdade perante a lei, voto, moradia, educação e saúde, sendo: Sistema público de saúde: De acordo com a constituição federal, a saúde é determinada como um dos direitos sociais de todos os brasileiros. Portanto, utilizar os meios para saúde pública é exercer esse direito. Exigir cumprimento de serviços públicos: Usando um exemplo já citado, o cidadão tem direito a saúde, cobrar aos órgãos públicos sobre esse direito é exercer a cidadania. Direito de voto: Os cidadãos têm o direito e a obrigatoriedade de voto. De acordo com a constituição federal brasileira, voto é obrigatório para cidadãos maiores de 18 anos e menores de 70 anos de idade, pessoas de dezesseis a dezessete anos também podem votar, mas sem obrigatoriedade.

3.8 O QUE NÃO É CIDADANIA E CIDADÃO?

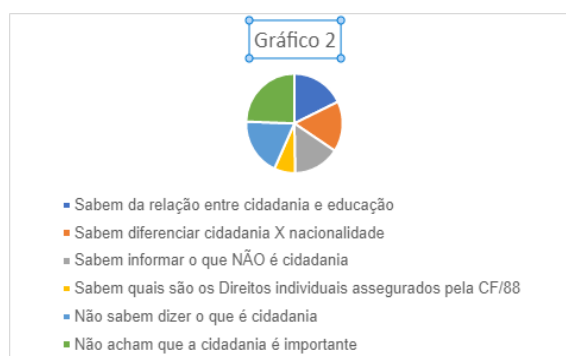
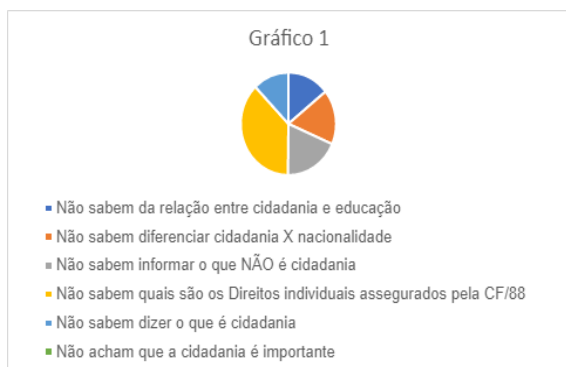
A não cidadania é as ações que visam o bem-estar de si próprio ou de um único grupo sem pensar na igualdade. A função do indivíduo em sociedade, é agir com seus direitos e deveres, exercendo assim sua cidadania. A não cidadania consiste em

ações não igualitárias e se o indivíduo não possuir seu título de eleitor, também não é considerado um cidadão. Cidadãos são os que agem a favor de seus direitos e deveres na sociedade, exceto os que não são eleitores ou que têm os seus direitos políticos suspensos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi-se observado com base no formulário e na entrega dos panfletos, que apesar das pessoas conhecerem a palavra cidadania, elas não conhecem em si o que ela realmente significa e o que ela abrange, acham que somente o voto é uma prática da mesma, que elas até podem praticar alguns modos de se exercer o seu papel de cidadão, mas não sabem que esse é um exercício da cidadania. Outro ponto que também analisamos é que além de não terem conhecimento sobre a cidadania, não conhecem seus direitos e deveres básicos.

4.1 Dados



Fonte: Os Autores (2022).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todos esses aspectos apresentados, observados a importância fundamental que a cidadania tem para construirmos o corpo político, social e civil da nossa sociedade, bem como a sua importância para sermos cidadãos e fazer prevalecer os nossos direitos, sem a cidadania somos excluídos, não temos uma vida digna e não podemos participar das decisões políticas do nosso país. Portanto, percebe-se que o grande índice de invisibilidade acerca do registro civil, traz efeitos negativos tanto para o governo, quanto para as pessoas, pois não possuindo documentos regularizados, o indivíduo fica impossibilitado de inclusão, causando um impacto social, civil e político.

6 REFERÊNCIAS

CARVALHO, Juliana Maria. **Cidadania no Brasil: conquistas na teoria e desafios na prática.** Educação Pública, 2013.

Disponível em:

<<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/40/cidadania-no-brasil-conquistas-na-teoria-e-desafios-na-praacadetetica#:~:text=Para%20Wanderley%20Guilherme%20dos%20Santos,se%20desenvolveu%20uma%20pol%C3%ADtica%20social.>> Acesso em: 5 de nov. de 2022.

ESPINDOLA, Stephanie, **Por que é importante falarmos em cidadania?**. Politize, 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/por-que-e-importante-cidadania/>>

Acesso em: 2 de nov. de 2022

ECYCLE, Equipe, **Cidadania: o que é e como exercê-la.** eCycle. Disponível em: <<https://www.ecycle.com.br/cidadania/>>. Acesso em: 2 de nov. de 2022

FIA BUSINESS SCHOOL, **Cidadania: O que é, Direitos do Cidadão e Exemplos.** Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/cidadania/>>. Acesso em: 2 de nov. de 2022.

GUITARRARA, Paloma. **Cidadania.** Brasil Escola, 2021. Disponível em:

<https://brasilecola-uol-com-br.cdn.ampproject.org/v/s/brasilecola.uol.com.br/amp/geografia/cidadania.htm?amp_js_v=a6&_gsa=1&usqp=mq331AQKKAFQArABIACAw==#aoh=16676062721675&referrer=https%3A%2F%2Fwww.google.com&_tf=Fonte%3A%20%251%24s&share=https%3A%2F%2Fbrasilecola.uol.com.br%2Fgeografia%2Fcidadania.htm>. Acesso em: 5 de nov. de 2022.

IBASE, **Betinho, símbolo de cidadania.** O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Disponível em: <

<https://ibase.br/betinho/#:~:text=O%20soci%C3%B3logo%20Herbert%20de%20Souza,a%20campanha%20contra%20a%20fome.>>. Acesso em: 8 de nov. de 2022.

CÁLCULOS DE MEDICAMENTOS NA ENFERMAGEM

Dálley Guedes Barbosa, SOUZA⁹
Danielle Paganini, ETCERRY¹⁰
Larissa Corrêa Heckert, PACHECO¹¹
Leandro Ferreira, REIS¹²

1. INTRODUÇÃO:

A administração de medicamentos é responsabilidade exercida pela enfermagem no processo de tratamento dos pacientes. Assim, é de suma importância que os profissionais envolvidos na área da saúde tenham conhecimento sobre matemática para que exerçam suas funções com responsabilidade e competência. Para isso, o profissional necessita realizar procedimentos com boas práticas na assistência, como por exemplo, na diluição e nos cálculos de medicamentos.

Nas unidades de saúde a prática da medicação é vista como um processo complexo e multidisciplinar, com fases inter-relacionadas, para qualidade, eficácia e segurança do paciente. O profissional responsável pela administração do medicamento deve ter uma boa compreensão teórica, baseada na anatomia e fisiologia humana, além da farmacologia e da matemática, para que possa compreender a quantidade, ação e efeito do medicamento. Em termos de tomada de decisão, o profissional que busca informações e colabora com a interdisciplinaridade, facilita a comunicação e a boa adesão às etapas do processo de medicação.

Muitos profissionais acreditam que os cálculos de dosagem de medicamentos são difíceis, porém os mesmos apresentam poucas habilidades matemáticas, o que influencia seu conhecimento em relação ao cálculo de dose de medicamentos (GUNES, BARAN e YILMAZ, 2016).

2. REFERENCIAL TEÓRICO:

O curso de graduação de enfermagem tem o perfil formador de profissionais:

⁹ Graduanda em Enfermagem na Faculdade Multivix. E-mail: guedesdalley@gmail.com

¹⁰ Graduanda em Enfermagem na Faculdade Multivix. E-mail: daniellapaganini10@hotmail.com

¹¹ Graduanda em Enfermagem na Faculdade Multivix. E-mail: larissaheckert@hotmail.com

¹² Professor e orientador, Faculdade Multivix. E-mail: leandroferreira@peuta@gmail.com

formação generalista, humanística, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício de enfermagem com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos, capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doenças mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano. (Brasil, 2001)

Segundo o Institute of Medicine, nos Estados Unidos da América (EUA), ocorre 1 erro de medicação por paciente hospitalizado, por dia. Ao ano, são 1,5 milhão de eventos adversos e 7.000 mortes, devido a erros relacionados a medicamentos em pacientes hospitalizados.

A matemática, de modo geral, visa propor soluções de situações de trabalho e da vida dos alunos. Na área da saúde, Andrade e Sampaio (2002) contextualiza a importância do professor de matemática nos cursos relacionados à saúde, pois a partir do aprendizado de cálculos matemáticos o docente solucionará os obstáculos no que tange à administração de medicamentos.

A matemática aplicada à enfermagem está baseada em conhecimentos voltados aos aspectos cotidianos, por exemplo, em operações fundamentais. De acordo com o conselho regional de enfermagem (COREN) seguem as seguintes operações no cálculo de medicações: soma, subtração, multiplicação, divisão, regra de três, porcentagem, unidade de peso, medida e tempo.

3. METODOLOGIA:

A formulação de conteúdos científicos na vida acadêmica busca estimular pesquisas, saberes e realidades a fim de construir novas práticas, contribuindo para o avanço do conhecimento e no desenvolvimento tecnológico.

O presente estudo buscou entender os cálculos adotados na enfermagem e a importância da matemática no seu campo de trabalho. As informações foram coletadas por meio de questionário de perguntas quantitativas e qualitativas, nas quais os participantes responderam com suas próprias palavras.

A entrevista foi realizada através do aplicativo google forms, com trinta e dois participantes, sendo técnicos e enfermeiros da cidade de Cachoeiro de Itapemirim – ES, no mês de maio de 2022.

As questões abordadas foram as seguintes: Você conhece as fórmulas de cálculos de medicamentos? / Você usa alguma fórmula para o cálculo de medicamentos? / Se usa, qual cálculo? / Você julga que a matemática tem grande aplicação no cotidiano do enfermeiro?

4. RESULTADOS OBTIDOS

4.1 Dados da pesquisa

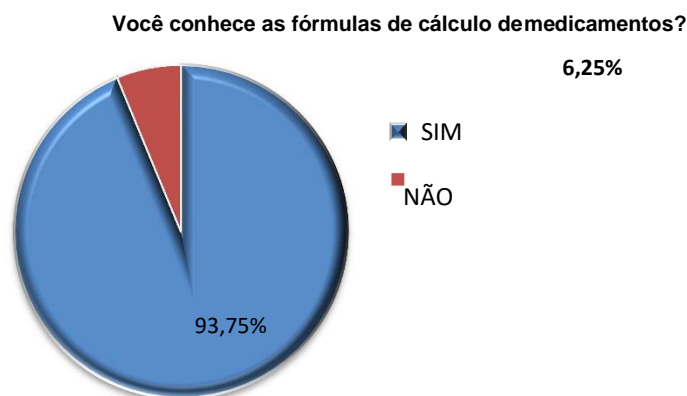
No primeiro questionário, foi com a seguinte pergunta: Você conhece as fórmulas de cálculo de medicamentos? Trinta participantes responderam que conheciam o cálculo de medicamentos; e dois dos participantes, não conheciam os cálculos. Abaixo seguem o gráfico -1 demonstrativo e Quadro 1:

Quadro -1

Descrição	Respostas	%
SIM	30	93,75%
NÃO	2	6,25%
TOTAL	32	100,00%

Fonte: Do autor (2022)

Gráfico 1



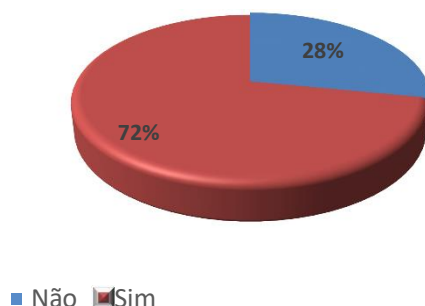
No segundo questionário, foi com a seguinte pergunta, você usa alguma fórmula para o cálculo de medicamentos? Se usa, qual cálculo? Nove participantes responderam que não utilizam fórmula para o cálculo de medicamentos e vinte e três participantes responderam que utilizam.

Quadro - 2

Descrição	Respostas	%
Não	9	28%
Sim	23	72%
Total	32	100%

Fonte: Do autor (2022)

Gráfico 2: Você usa alguma fórmula para o cálculo de medicamentos?



Nesta mesma pergunta os participantes responderam quais cálculos utilizavam, abaixo no Quadro 3 e gráfico-3:

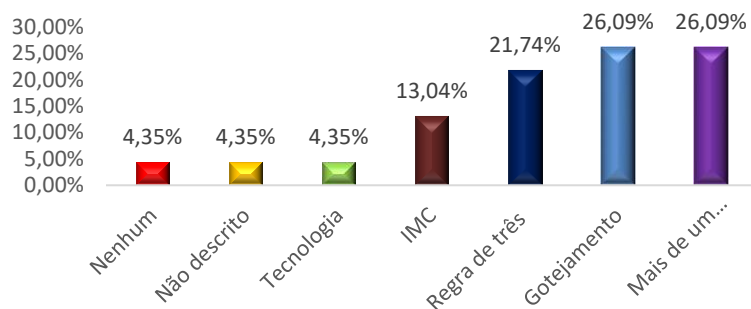
Quadro - 3

Descrição	Respostas	%
Nenhum	1	4,35%
Não descrito	1	4,35%
Tecnologia ¹³	1	4,35%
IMC	3	13,04%
Regra de três	5	21,74%
Gotejamento	6	26,09%
Mais de um cálculo ¹⁴	6	26,09%
Total	23	100%

Fonte: Do autor (2022)

Gráfico 3

Cálculos mais utilizados

¹³ Tecnologia: bomba de infusão¹⁴ Mais de um cálculo: regra de três, gotejamento, índice de massa corporal (IMC).

A terceira e última pergunta do questionário abordou: Você julga que a matemática tem grande aplicação no cotidiano do enfermeiro? Vinte e oito participantes julgaram que a matemática tem grande aplicação no cotidiano do enfermeiro, enquanto quatro participantes responderam que não tem aplicação.

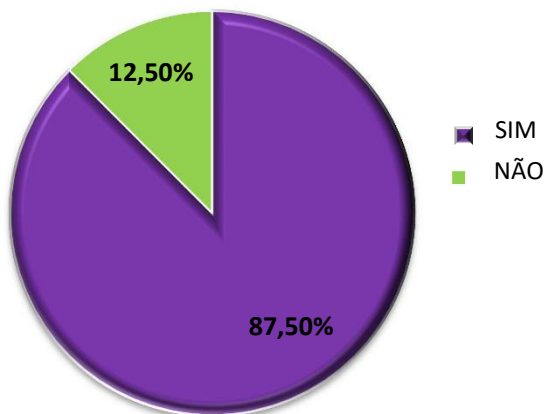
Quadro - 4

Descrição	Respostas	%
SIM	28	87,50%
NÃO	4	12,50%
TOTAL	32	100,00%

Fonte: Do autor (2022)

Gráfico - 4

Você julga que a matemática tem grande aplicação no cotidiano do enfermeiro?



4.2 Informações complementares

No cálculo de medicamento, de acordo com a pesquisa realizada com técnicos de enfermagem e enfermeiros, uma das formas mais conhecidas e usadas é a regra de três.

A regra de três consiste em grandezas proporcionais e permite estruturar o problema obtendo seu resultado. Na enfermagem, é realizado o cálculo da medicação a partir da prescrição médica determinada para tal paciente. Vamos demonstrar através de um exemplo, como fazemos o cálculo de acordo com o medicamento: Dipirona:

1 Ampola – 2 mL

3 Ampolas – x

$$1. x = 3$$

$$x = \frac{6}{1}$$

$x = 6$ mL (Em 3 ampolas, vamos ter 6mL)

Por exemplo, uma criança chega ao pronto socorro com dor e o medicamento prescrito para dor é a dipirona de 500mg/ml com ampola de 2 ml. A criança tem aproximadamente 5kg e a dose é realizada de 15 à 25mg a dose/kg. Quantos ml do medicamento serão administrados nesse paciente?

Observação: 500mg é igual a 1ml, ou seja, a ampola de 2ml tem 1000mg

- A dipirona é administrada de 15 a 25mg por Kg (mg/kg/dose).

A criança com 5kg, será necessário: $15\text{mg} \times 5\text{kg} = 75\text{mg}$ para tal paciente.

$$2 \text{ ml} \text{ ----- } 1000 \text{ mg}$$

$$x \text{ ----- } 75\text{mg}$$

$$1000 \cdot x = 150$$

$$x = \frac{150}{1000}$$

$$= 0,15\text{ml}$$

RESPOSTA: Será administrado no paciente, 0,15mL do medicamento.

Não menos importante, o cálculo de gotejamento é baseado na duração da ação do medicamento e na velocidade que ele age no organismo do paciente. Uma das formas de ser obtido o cálculo pode ser da seguinte maneira:

- Gotas/min:

$$\frac{\text{Volume (ml)}}{20/\text{tempo (minutos)}} \quad \text{Volume (ml)} \times \frac{3}{\text{tempo (hora)}}$$

- Microgotas/min: $\frac{\text{Volume (ml)}}{\text{tempo (hora)}}$

$$\text{Volume (ml)} \times 60 / \text{tempo (minutos)}$$

$$1 \text{ ml} = 20 \text{ gotas}$$

$$1 \text{ ml} = 60 \text{ microgotas}$$

$$1 \text{ gota} = 3 \text{ microgotas}$$

Exemplo: Calcule quantas gotas e microgotas deverão ser infundidas para administrar um soro glicosado 10% de 250ml o frasco em 5 horas?

$$250 / 3 \times 5$$

$$\frac{250}{3 \times 5}$$

$$= 250 / 15$$

$$= 16,66 \text{ gotas/min}$$

$250 / 5 = 50$ microgotas/min

Cabe ressaltar que 1 gota é igual a 3 microgotas, o resultado de 16,66 gotas/min poderia ser multiplicado por 3, chegando à mesma resposta:

$16,66 \times 3 = 49,98$ gotas/min

Outra forma de ser feito o cálculo de gotejamento é pelo uso de tecnologia, uma delas é através da bomba de infusão contínua, utilizada em soluções endovenosas que necessitam de precisão

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, é possível perceber que a matemática tem grande aplicação dentro da área da enfermagem, desde o cálculo do índice de massa corporal (IMC) do paciente ao cálculo do medicamento administrado. Nota-se, portanto, que a maioria dos profissionais da saúde reconhece a sua aplicação no âmbito hospitalar. '

Outro fato constatado é que grande parte dos profissionais entrevistados usam a matemática como ferramenta de trabalho e que em sua minoria não utilizam. Embora se observe o avanço tecnológico de equipamentos na área da saúde, percebe-se que poucos profissionais utilizam software ou equipamentos que calculem de forma automatizada o fármaco.

A inserção de princípios matemáticos na enfermagem visa reduzir a probabilidade de falhas, entretanto, faz-se necessário que o profissional tenha treinamento e acesso a informações sobre os medicamentos para que não ocorram erros e desencadeie problemas severos ou permanentes aos pacientes. Nesse sentido, necessita-se que haja mecanismos de padronização, educação e principalmente a orientação de boas práticas no processo de administração de medicamentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura e do Desporto. RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 3, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12991-diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao> . Acesso em: 21/05/2022

GUNES, U.Y.; BARAN, L.; YILMAZ, D.K. Mathematical and drug calculation skills of nursing students in Turkey. *International Journal of Caring Sciences*, Turkey, v. 9, n. 1, p. 220-227, jan/apr, 2016.

Instituto para Práticas Seguras no Uso de Medicamentos. Preparo e administração de medicamentos via sonda enteral ou ostomias. *Bol ISMP* 2015 Dez [citado 8 Abr 2016];4(4). Disponível em: <http://www.ismp-brasil.org/site/wp-content/uploads/2016/03/Boletim-sondas.pdf>

LEAPE, L. L. et al. Systems analysis of adverse drug events. *JAMA*, v. 274, n.1, p.35-43, 1995
RODRIGUES, Evilin Cristine; MATOS, Thaís Fátima de; ASSIS, Marcio Antoniode. FACILIDADES E DIFICULDADES RELACIONADAS AO CÁLCULO DE MEDICAÇÃO EM ENFERMAGEM. *Revista Científica UMC Edição Especial PIBIC*, outubro 2018 ISSN 2525-5250

AUTOMEDICAÇÃO E INTOXICAÇÃO POR PARACETAMOL: A ATENÇÃO FARMACÊUTICA NA DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS DE VENDA LIVRE

Alexandra Azeredo Couto Rodovalho¹

Aline Mendes Ribeiro²

Joyce Peres Jacinto³

Carolina Torres Moraes⁴

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, significativa parte dos medicamentos comprados pela população é por meio da automedicação. Por “automedicação” deve-se entender o consumo de remédios sem qualquer indicação e prescrição de um profissional de saúde habilitado para a realização do diagnóstico e avaliação de um tratamento adequado para a saúde do indivíduo (ARRAIS et al., 2016; DOMINGUES et al., 2015).

O paracetamol é um medicamento de uso comum no Brasil, sendo um dos mais consumidos para o alívio rápido de dores em geral. Esse trabalho buscou identificar quais são os fatores, sejam eles culturais ou econômicos, que contribuem para um consumo exacerbado de medicamentos como o paracetamol, conceituando qual seria o significado de automedicação, a importância da prescrição médica e da orientação farmacêutica, uma vez que o paracetamol é um medicamento que contém um grave risco de hepatotoxicidade se consumido de um modo exacerbado, além de sua posologia diária, gerar malefícios e consequências tanto a médio quanto a longo prazo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste estudo adota-se como escopo analítico uma pesquisa de campo, de abordagem quantitativa, que se define como uma pesquisa com o caráter de reunir

Graduanda do Curso de Farmácia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, alexandracoutor@gmail.com.

² Graduanda do Curso de Farmácia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, alinemendes.rib@gmail.com.

³ Graduanda do Curso de Farmácia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, joyceperes35@gmail.com.

⁴ Professor orientador: Graduada em Farmácia – UFOP e mestre em Química - UFES, professora da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, carolina.tmoraes@gmail.com. Cachoeiro de Itapemirim – ES, novembro de 2022.

dados numéricos e analisá-los de modo estatístico. Este estudo tem o objetivo de levantar dados através de uma pesquisa realizada por meio da plataforma Google Forms, com questões relacionadas à automedicação, atenção farmacêutica e intoxicação por paracetamol, na qual um número de pessoas responderá anonimamente, relatando sua experiência com a automedicação.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Automedicação

A automedicação é o ato de usar medicamentos, sintéticos ou fitoterápicos, para tratamento ou alívio dos sintomas, seja por determinação do próprio indivíduo ou por conselho, e refere-se a quaisquer classes de medicamento, principalmente aos que não necessitam de receita médica. Desse modo, a automedicação representa obter medicamentos sem receituário médico, partilhar os fármacos, seja com os familiares ou com pessoas próximas, aproveitar de receitas antigas, utilizar novamente receituários, não cumprir com a receita elaborada pelos profissionais, postergar e também suspender antecipadamente a terapia (CRUZ et al, 2015).

Para a indústria farmacêutica, a automedicação é um comportamento favorável, pois há um considerável aumento de vendas e, por consequência, o aumento dos lucros. Através do auxílio da mídia, em que o propósito é induzir a utilização dos medicamentos pela população, leva a cada vez mais casos de automedicação dos fármacos (NASCIMENTO, 2015).

O ato da automedicação traz vários prejuízos à saúde do indivíduo, podendo ser até mesmo letal, e assim, é vista como um problema de saúde pública na maiorias dos países. Por meio da compreensão de que os fármacos são elaborados com a finalidade terapêutica para interromper ou diminuir manifestações clínicas causadas por problemas de saúde, bem como gerenciar condições crônicas, diminuir riscos de possíveis complicações, restabelecer a saúde e contribuir na diagnose, é válido ressaltar que somente profissionais da saúde qualificados devem prescrever e orientar de maneira adequada a terapia e o tempo que deve ser utilizada, a fim de tratar as enfermidades (BRASIL, 2015).

3.2 Paracetamol e automedicação

Segundo um estudo recente, a maioria dos medicamentos consumidos pelos brasileiros sem a presença de uma orientação profissional consiste em analgésicos, anti-inflamatórios, antialérgicos e antibióticos. As mais comuns alegações para a automedicação consistem em sintomas como dores de cabeça, náuseas, resfriados, estado febril, dores de barriga e insônia (SILVA et al., 2021).

O paracetamol é um medicamento que não requer prescrição médica, sendo utilizado para o tratamento de dores leves a moderadas, como um redutor de febre e como anti-inflamatório. Sua ação é por inibir a síntese de prostaglandinas no sistema nervoso central, bloqueando a geração de impulso de dor periféricamente, e age como um antipirético por inibir o centro de regulação de calor do hipotálamo (SANTOS; MORAES, 2014). É de conhecimento geral que o consumo do paracetamol no Brasil é muito comum, sendo até mesmo uma prática incentivada por muitos indivíduos, mas pouco são questionadas as consequências de seu uso sem orientação profissional, já que pode levar a uma hepatotoxicidade e ao atraso em detectar certas patologias e em receber o correto diagnóstico de doenças. A toxicidade por paracetamol pode ser considerada a causa mais comum de insuficiência hepática no mundo (SILVA et al, 2021; ZANARDO et al., 2013).

Quando o paracetamol é tomado em quantidades tóxicas, pode levar a um aumento do N-acetil-benzoquinoneimina (NAPQI), metabólito tóxico para o fígado e para os rins. A única terapia comprovada para a intoxicação por paracetamol é a N-acetilcisteína (NAC), que é pode prevenir a insuficiência hepática e a lesão hepática causada por uma superdosagem de paracetamol pelo crescimento da capacidade do corpo de desintoxicar a NAPQI (SANTOS, 2014).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada na plataforma Google Forms, contando com a participação de 156 pessoas para o recolhimento de dados. A idade dos entrevistados variou bastante, sendo dividida em: menos de 18 anos (19,6% dos entrevistados), de 18 a 25 anos (26,1%), 26 a 35 anos (29,4%), 36 a 45 anos (8,5%), 46 a 55 anos (9,8%) e com mais de 56 anos (6,6%).

Em relação à atuação profissional dos entrevistados, foi observado, que 71,7% não tem nenhuma relação com a área da saúde, 19,1% estudam ou trabalham na área da saúde e 9,2% já trabalharam ou estudaram nessa área, totalizando 28,3% de profissionais e estudantes da área da saúde, o que presume um conhecimento maior sobre a automedicação.

Ao isolar os dados obtidos quanto à profissão dos entrevistados, foi possível destacar quantos desses têm o costume de se automedicar, chegando à conclusão de que grande parte desses entrevistados que atuam ou estudam na área da saúde, como farmácia, enfermagem, medicina e odontologia, faz uso de medicação sem orientação farmacêutica ou médica. Em resposta à pergunta: “Você costuma utilizar medicamentos sem orientação profissional?”, 75,8% dos entrevistados que responderam ser da área da saúde disseram que, sim, realizam a automedicação.

Quanto aos demais entrevistados, significativa parte também realiza a automedicação, chegando a um total de 74,8%, replicando um comportamento também comum entre os profissionais da saúde. Tal dado é preocupante, uma vez que muitos desses medicamentos podem estar mascarando doenças graves ou gerando a intoxicação de diversos consumidores (LAGEMANN; OKUYAMA; SILVA, 2021).

Mais precisamente, foi perguntado quais medicamentos os entrevistados tinham mais costume de fazer uso sem a orientação de um profissional, e as respostas variaram principalmente entre o uso constante da dipirona (53 dos entrevistados) e o paracetamol (32 dos entrevistados), junto a demais analgésicos (18 dos entrevistados). Medicamentos com funções antigripais (13), antialérgicas (20) e antiinflamatórias (24) também obtiveram destaque como os mais utilizados. Confirmando esses dados, pôde-se observar nos resultados da pesquisa, que 80% dos entrevistados já haviam tido contato com o paracetamol sem orientação profissional.

Apesar da porcentagem alta de indivíduos que utilizam o paracetamol sem orientação profissional, poucos já haviam identificado alguma reação adversa ou intoxicação pelo uso do paracetamol, cerca de 2% dos entrevistados. No entanto, os números subiram um pouco quando foi perguntado se conheciam alguém que já havia sido intoxicado por paracetamol, totalizando 12% do total dos entrevistados. Mesmo os casos de intoxicação por paracetamol sendo baixos, seu risco hepatotóxico é ainda

preocupante se a atenção farmacêutica não tomar consciência de seu papel no processo saúde-doença.

Quanto à atenção farmacêutica, numa escala de um a cinco — o grau um correspondendo a péssimo e o grau cinco correspondendo a excelente —, os entrevistados concluíram que têm recebido uma orientação farmacêutica mediana no ato da venda livre de medicamentos que não requerem prescrição médica, com uma soma de 58,5% das pessoas afirmando que recebem uma atenção farmacêutica mediana ou boa em drogarias.

Apesar dos dados informarem uma certa satisfação com a orientação farmacêutica, é incerto que os entrevistados tivessem ciência da atuação ideal do farmacêutico dentro dos parâmetros estabelecidos para a atenção farmacêutica. Muitos ainda desconhecem o papel do farmacêutico na drogaria, que não seria somente dispensar o medicamento, mas rearranjar as funções farmacêuticas na drogaria, não focando na atividade comercial, mas no processo saúde-doença (FARINA e ROMANO-LIEBER, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, é possível concluir que, apesar de poucos serem os casos citados na pesquisa quanto à intoxicação por paracetamol, o consumo inconsequente dos fármacos abrange não só os indivíduos, mas, além disso, aspectos de saúde coletiva, embora haja resolução que regulamenta os medicamentos isentos de prescrição a respeito do uso em curto período de tempo para garantia da segurança, percebe-se o uso inapropriado que ocasiona em maléficos. O profissional farmacêutico que é o instrutor fundamental para a aderência ao tratamento de forma segura e correta e reabilitação da saúde, deve contribuir para que os usuários se conscientizem quanto à relevância do uso eficaz e racional dos fármacos de acordo com o uso terapêutico correto, uma vez que o alto consumo de medicamentos desnecessários para a boa manutenção da saúde muitas vezes compromete a saúde da população.

Diante disto é necessário a promoção do uso racional de medicamentos, afim de estimular uma compreensão de saúde e doença para que o nome medicamento não seja visto como de produtos comerciais, ignorando o objetivo terapêutico e seja visto como um meio de tratamento justificadamente necessário, contribuindo para a

diminuição dos números de intoxicação e internações hospitalares, e consequentemente, atuar em níveis de prevenção e promoção da saúde, proporcionando melhor alocação dos recursos disponíveis. Foram reunidos, então, dados quanto à visão da população brasileira referente aos medicamentos, apontando quais seriam os principais fatores da automedicação, mostrando que o farmacêutico tem papel fundamental nisso.

6 REFERÊNCIAS

ARRAIS, Paulo Sérgio Dourado et al. Prevalence of self-medication in Brazil and associated factors. **Revista de Saúde Pública** [online]. 2016, v. 50, n. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-8787.2016050006117>. Acesso em: 13 jun. 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cartilha para promoção do Uso Racional de medicamentos**. Brasília - DF, 2015. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cartilha_promocao_uso_racional_medicamentos.pdf. Acesso em: 02 out. 2022.

CRUZ, P. S.; CARAMONA, M.; GUERREIRO, M. P. Uma reflexão sobre a automedicação e medicamentos não sujeitos a receita médica em Portugal. **Revista Portuguesa de Farmacoterapia**, v. 7, n. 2, p. 83-90, 2015. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/19682/1/Artigo01_MGuerreiro.pdf. Acesso em: 19 set. 2022.

DOMINGUES, Paulo Henrique Faria et al. Prevalência da Automedicação na População Adulta do Brasil: revisão sistemática. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo: v.49, n. 36, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/KKtXwhTQD3mLLdh7FRw6qtL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2022.

FARINA, Simone Sena e ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. Atenção farmacêutica em farmácias e drogarias: existe um processo de mudança?. **Saúde e Sociedade** [online]. 2009, v. 18, n. 1, pp. 7-18. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902009000100002>. Acesso em: 01 nov. 2021

LAGEMANN, L. M. .; OKUYAMA, J. H. .; SILVA, M. T. Interações medicamentosas graves em intoxicações por paracetamol no Brasil: estudo transversal baseado no Sistema Nacional de Agravos de Notificação. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, [S. l.], v. 12, n. 3, p. 660, 2021. Disponível em: <https://rbfhss.org.br/sbrafh/article/view/660>. Acesso em: 9 nov. 2022.

NASCIMENTO, Álvaro. Propaganda de medicamentos: como conciliar uso racional ea permanente necessidade de expandir mercados?. **Trabalho, educação e saúde**, v.5, n.2, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tes/a/SsnvSKFP9y9DkV3sHyfj4Wy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 out. 2022.

SANTOS, Camila Cristina de Oliveira dos; MORAES, Monice de Oliveira. **Hepatotoxicidade por paracetamol**. São Paulo: Faculdade de Pindamonhangaba, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.funvicpinda.org.br:8080/jspui/bitstream/123456789/265/1/SantosMoraes.pdf>. Acesso em 12 out. 2021.

SILVA, Victória Toledo; COELHO, Letícia Maria Machado; SANTOS, Dayana Bomfim; MARTINS, Larissa Silva e SANTOS, Gérsika Bitencourt. Intoxicação por medicamentos: uma revisão de literatura com abordagem no tratamento. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 23, p. e6781, 28 mar. 2021.

SILVA, Yara de Almeida; FONTOURA, Ricardo. Principais Consequências da Automedicação em Idosos. **Revista de Divulgação Científica Sena Aires**, Valparaíso de Goiás: V.3, N.1, p. 75-82, 2014. Disponível em: <http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/118/70>. Acesso em: 05 out. 2022.

ZANARDO, C.H.; ROCHA, N.D.; MAGGIONI, L.S.; GAVIOLI, I.L. **Intoxicação por Paracetamol**. Acta méd.(Porto Alegre), 6-6. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/03/880510/intoxicacao-por-paracetamol.pdf>. Acesso em: 13 out. 2022.

NECROPULPECTOMIA NO ELEMENTO 14: RELATO DE CASO CLÍNICOIgor Souza Barros¹Bruno Carvalho²Cláudia de Abreu Leitão Barbosa³**1 INTRODUÇÃO**

As lesões periapicais, são uma das patologias mais frequentes envolvendo o osso alveolar, em que um dos quadros recorrentes é a periodontite apical crônica (PAC). Esta manifestação é uma condição patológica localizada na região periapical, sendo que as mais frequentes são o granuloma periapical ou o cisto radicular. Essas lesões surgem em resposta a um trauma ou processo infeccioso decorrente da necrose pulpar (CABRAL et al., 2020).

Na presença de disseminação de infecção para a região periapical, a necessidade do preparo químico mecânico, associada a terapias coadjuvantes que ajudem na máxima redução da microbiota se faz ainda mais necessária na intervenção endodôntica. Devendo ser seguida uma sequência de procedimentos clínicos, que se inicia pela remoção do tecido que afeta a microbiota da região, realização de um preparo químico mecânico preciso, promovendo a limpeza e desinfecção dos canais e canalículos radiculares, uma adequada eleição e aplicação da medicação intracanal, concluindo com a obturação endodôntica, que irá criar uma barreira para que não haja a comunicação ápice-periodonto (NERY et al., 2012).

Partindo das ideias citadas, o objetivo do presente estudo é relatar um caso clínico de periodontite periapical crônica, onde foi realizada a terapia endodôntica na clínica odontológica da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

2 RELATO DE CASO

Paciente, sexo feminino, de 40 anos compareceu à clínica escola da Faculdade Multivix Cachoeiro para atendimento, a queixa principal era a insatisfação com sua

^{1,2}Graduandos do curso de Odontologia da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

²Professor orientador especialista em Periodontia, MBA em Gestão de saúde, Acreditação e Auditoria, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES.

condição bucal. Durante a anamnese não se observou comprometimentos sistêmicos. Após o exame clínico intraoral deu-se execução de série periapical completa, onde entre outros problemas identificou-se restauração com proximidade pulpar, infiltração marginal e rarefação óssea circunscrita no ápice radicular do elemento 14 (Figura 1). O caso em questão foi iniciado na data de 11/04/2022 e finalizado em 30/05/2022, a partir de então a lesão será acompanhada radiograficamente para involução clínica ou não

O diagnóstico final foi de periodontite apical crônica, uma vez que ao teste de percussão vertical a resposta foi negativa, não houve necessidade de sensibilidade ao frio já que se trata de uma repercussão da necrose pulpar. O diagnóstico pauta-se no reconhecimento de uma doença a partir de informações, sinais e sintomas obtidos por meio de testes e exames. Representa a base para a estruturação do tratamento odontológico, pois, sem diagnóstico, não há planejamento (MACHADO, 2022).

Figura 1 – Radiografia periapical digital inicial evidenciando rarefação óssea circunscrita no ápice do dente 14



Fonte: Autoria própria.

A PAC, ou também chamada de lesão perirradicular assintomática é essencialmente uma doença inflamatória de etiologia microbiana. O conhecimento da localização microbiana, organização e fatores de virulência dentro do sistema de canais radiculares é importante para entender o processo da doença. Embora fungos e archaeas e vírus foram reconhecidos nessa patologia as bactérias são os principais agentes etiológicos microbianos (BRAZ-SILVA et al., 2019).

Quando a resposta inflamatória associada à lesão perirradicular sintomática é eficaz na redução da intensidade da agressão, a resposta se cronifica. Células imunocompetentes, como linfócitos, plasmócitos e macrófagos, são atraídas para a

região afetada. Isso representa o início da resposta imunológica adaptativa, de caráter específico, assim está estabelecida uma lesão perirradicular assintomática. É imperioso ressaltar que, se o agente agressor for inicialmente de baixa intensidade, a inflamação crônica no ligamento periodontal apical pode se estabelecer sem ser precedida por uma resposta inflamatória aguda (LOPES e SIQUEIRA 2020).

A partir do diagnóstico e a etiologia da PAC, procedeu-se à intervenção endodôntica em três sessões. O tratamento foi conduzido através da instrumentação dos canais radiculares do dente em questão, empregando-se a técnica com sentido de modelagem coroa-ápice associado a movimentos de rotação alternada com limas de #20 a #35 e #40 a #50 (Figura 2). Além disso, a desinfecção foi permitida através do uso de hipoclorito de sódio 2,5%.

A solução irrigadora utilizada deve apresentar propriedades: detergentes para limpeza, bactericidas para desinfecção e baixa tensão superficial. Por isso o hipoclorito de sódio é muito utilizado para irrigação e inundação do canal radicular durante toda instrumentação (MIRANDA et al., 2017).

As lesões perirradiculares são tratadas através da eliminação dos microrganismos causadores. É neste contexto que se insere o tratamento de dentes com polpa necrosada, ou seja, além da importância de se prevenir a introdução de novos microrganismos no interior do sistema de canais radiculares, deve-se eliminar a infecção endodôntica ou reduzi-la significativamente para que o tratamento logre êxito. Assim, prevenir ou tratar a infecção endodôntica é o principal objetivo do profissional que pratica a Endodontia (SIQUEIRA JR. et al., 2012).

Embora uma redução considerável no número de células bacterianas da luz do canal principal possa ser obtida pelos efeitos químico-mecânicos da instrumentação e da irrigação, bactérias podem permanecer viáveis em regiões inacessíveis a estes, como nos túbulos dentinários, canais acessórios, reentrâncias, dentre outros. Assim, um medicamento intracanal dotado de ação antibacteriana tem maiores chances de atingir áreas não afetadas pela instrumentação do canal (DE DEUS et al., 2011). Assim, exercendo sua ação antibacteriana, pode contribuir decisivamente para a máxima redução da microbiota endodôntica. Por potencializar esta redução, o emprego de curativos intracanaís está diretamente relacionado a uma melhor reparação dos tecidos perirradiculares (SIQUEIRA JR. et al., 2012).

Entre a primeira e a segunda seção a medicação intracanal escolhida foi a pasta HPG (hidróxido de cálcio P.A + paramoclorofenocanforado + glicerina, como veículo), já entre a segunda e a terceira optou-se pela pasta HG (hidróxido de cálcio + glicerina, veículo).

Figura 2 – Radiografia periapical para ododntometria já na segunda sessão.



Fonte – Autoria própria.

Figura 3 – Lima memória do canal palatino. Em ambos canais lima #35.



Fonte: Autoria própria.

Figura 4 – Última lima utilizada no “step back”. Em ambos canais lima #50.



Fonte: Autoria própria.

O hidróxido de cálcio tem sido a medicação intracanal mais indicada nos casos de polpas necróticas e lesões periapicais crônicas por apresentar atividade antimicrobiana muito bem documentada na literatura. A preferência por essa medicação também é verificada em dentes permanentes imaturos com necrose pulpar e periodontite apical, e nos casos de apicificação e revascularização (SILVA et al., 2014).

A propriedade bactericida do hidróxido de cálcio é proporcionada pela transferência de íons hidroxila aos tecidos, determinando um pH alcalino na região, próximo a 12,0. Essa alcalinidade induzida, além da ação antimicrobiana também impede a ação osteoclástica que ocorre em região de pH ácido (CERQUEIRA et al., 2017).

Na terceira e última sessão, os canais radiculares foram obturados com cimento AH plus Jet (Dentsply) e guta percha (cone principal e acessórios) por meio da técnica da condensação lateral (Figura 5). Vale lembrarm que previamente e essa etapa, houve o uso do EDTA trissódico, cuja característica principal é a remoção do *smear layer*, como já citado anteriormente.

A obturação do sistema de canais radiculares é o selamento da cavidade pulpar, já biomecanizada, e que deve ser selada o mais hermeticamente possível. Um material obturador ideal deve ter a capacidade de proporcionar selamento hermético do sistema de canais radiculares. Essa obturação compacta e completa, realizada com materiais inertes, impedindo, assim, a possibilidade de reinfecção e criando um ambiente favorável para que ocorra o reparo dos tecidos periapicais (CHEMIM et al., 2013). Estudos recentes demonstraram que a obturação endodôntica localizada a 1 a 2 mm do ápice radicular está associada a uma maior taxa de sucesso e menores índices de reação inflamatória. Por outro lado, alguns autores demonstraram em estudos clínicos e radiográfico que o limite da obturação ou o extravasamento de cimento para os tecidos perirradiculares não afetam o sucesso do tratamento a longo prazo, sendo necessário preservação do caso (GOLDBERG et al., 2019).

É possível considerar que um tratamento endodôntico realizado com sucesso é obtido quando é possível observar radiograficamente uma massa homogênea radiopaca e contínua, sem espaços vazios, adaptada às paredes laterais. Além disso, os achados radiológicos devem ser somados a perfeita função dentária e a ausência de sinais clínicos como, dor e edema (CASTRO et al., 2020).

Figura 5 – Radiografia periapical de prova do cone
Fonte: Autoria própria.

Figura 6 – Radiografia periapical final da obturação. Notar erro radiográfico, onde o ápice foi cortado da imagem, outras duas tentativas falhas em se observar o ápice foram realizadas.



Fonte: Autoria própria.

Figura 7 – Radiografia periapical final da obturação utilizando posicionador radiográfico anterior. Notar extravasamento de cimento, “puff”.



Fonte: Autoria própria.

Há uma grande discussão em relação ao extravasamento de material obturador para os tecidos periapicais, entretanto todos os autores relatam que quanto tal episódio ocorre não, entretanto a opinião comum a estes é a preservação do caso, havendo neoformação óssea e silêncio clínico da lesão o tratamento endododôntico foi de sucesso.

3 CONCLUSÃO

O tratamento endodôntico realizado, necropulpectomia, teve suas etapas pautadas em dados já bem sedimentados pela literatura, o que indica sucesso do caso, no entanto, tal avidez só poderá ser afirmada mediante a regressão da lesão periapical, através do acompanhamento radiográfico.

É válido ressaltar que nenhuma etapa etapa foi ignorada, já que na endodontia, pequenas falhas durante o diagnóstico e o preparo químico-mecânico podem resultar em insucesso da terapia.

5 REFERÊNCIAS

BRAZ-SILVA, P. H. et al. Inflammatory profile of chronic apical periodontitis: a literature review. **Acta odontologica scandinavica**, v. 77, n. 3, p. 173-180, 2018.

CABRAL, L. N.; SILVA, M. T. B.; CUNHA, A. L.; DA SILVA, L. N. M.; OLIVEIRA, F. P. Uma abordagem compreensiva e ilustrativa da periodontite apical crônica. **Sci Invest Dent.**, v. 25, n. 1, p. 77-96, 2020.

CASTRO, L. R. et al. Preparo periapical em tratamentos endodônticos com extravasamento de cimento obturador : Relato de caso. **Revista científica da UNIFENAS**, n. 2, v. 2, p. 01-11, jul./dez., 2020.

CEREQUEIRA, L. S. S.; BORGES, L. PORTO, A. R. N. P.; FERREIRA, M. S. Medicação intracanal: uma revisão de literatura. **Ciência atual**, v. 10, n. 2, p. 02-08, 2017.

CHEMIM, H.; DANTAS, W. C. F.; CREPALDI, M. V.; BURGER, R. C. Técnicas de obturação endodônticas. **Revista FAIPE**, v. 3, n. 2, p. 30-58, jul./dez., 2013.

DE-DEUS, G. et al. The self-adjusting file optimizes debridement quality in oval-shaped root canals. **J. Endod**, v. 37, n. 5, p. 701-705, 2011.

GOLDBERG, F.; CANTARINI, C.; ALFIE, D.; MACCHI, R. L.; ARIAS, A. Relationship between unintentional canal overfilling and the long-term outcome of primary root canal treatments and nonsurgical retreatments: a retrospective radiographic assessment. **International Endodontic Journal**, v. 53, n. 1, p. 19-26, 2020.

LOPES, Hélio P. **Endodontia - Biologia e Técnica**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2020. E-book. ISBN 9788595157422. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595157422/>. Acesso em: 06 nov.2022.

MACHADO, Ricardo. **Endodontia: Princípios Biológicos e Técnicos**. Rio de Janeiro. Grupo GEN, 2022. E-book. ISBN 9788527738811. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527738811/>. Acesso em: 06 nov.2022.

MIRANDA, L. H.; DANTAS, W. C. F.; MATTAR, C. Técnicas avançadas de obturação endodôntica. **Revista FAIPE**, v. 3, n. 1, p. 46-60, 2013.

NERY, M. J.; CINTRA, L. T. A.; GOMES, J. E.; DEZAN-JUNIOR, E.; OTOBONI, J. A.; SIVIRI, G., SALZEDAS, L. M. P. Estudo longitudinal do sucesso clínico-radiográfico de dentes tratados com medicação intracanal de hidróxido de cálcio. **Revista de Odontologia da UNESP**, v. 41, p. 396-401, 2012.

LÚPUS ERITEMATOSO SISTÊMICO (LES) GESTACIONAL

Laisa Brunelli Gomes Grillo¹

Silvana Nunes Bezerra²

Lívia Maria Favero³

Giulia Mattos Favoretto⁴

Cristiane Bittencourt Felicio Santos⁵

1 INTRODUÇÃO

O sistema imunológico é um conjunto de elementos existentes no corpo humano e tem como função a defesa contra agentes patogênicos e infecciosos. Alguns distúrbios e falhas podem ocorrer no processo de defesa, sendo por células apresentadoras, por antígenos, anticorpos ou por falhas em outros mecanismos (FERREIRA, J; et al., 2021). Neste artigo, abordaremos a temática da doença Lúpus Eritematoso Sistêmico, enfatizando sobre os aspectos descritivos de Lúpus e de complicações na gravidez.

Segundo Joaquim, Borges e Brito (2020), dentre as várias inflamações que não se têm muito conhecimento, o Lúpus é uma doença inflamatória crônica do sistema imunológico de causa desconhecida e, é caracterizado pela presença de vários autoanticorpos que fazem com que as células de defesa ataquem as células saudáveis do corpo, afetando órgãos e tecidos, especialmente as articulações. Os auto anticorpos são dirigidos principalmente contra o DNA, levando a formação de imunocomplexos, que se depositam nos tecidos e/ou ativam complemento, liberando fatores que induzem ao processo inflamatório, e causando as lesões múltiplas dos órgãos.

O presente estudo possui caráter informativo a fim de aprimorar o conhecimento dos profissionais de saúde que lidam e atuam diretamente com a doença. Assim, tem

¹Graduanda do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, laisa.brunelli@gmail.com.

²Graduanda do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, siu_nunes@hotmail.com.

³Graduanda do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, liviafavero12@gmail.com.

⁴Graduanda do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, giuliamattf@gmail.com. ⁵Professor orientador: Bacharel em enfermagem, Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Bacharel em Enfermagem, Especialista em Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Captação, Doação e Transplantes de Órgãos e tecidos, Especialista em docência do ensino superior; Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cristiane.santos@multivix.edu.br Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

como objetivo elucidar sobre a doença lúpus eritematoso sistêmico (LES) com ênfase nas principais complicações que podem ocorrer durante o período gestacional de pacientes portadores da mesma.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Para a realização deste resumo, utilizamos o método de pesquisa qualitativo. O estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, que conta com o levantamento, seleção e documentação de artigos publicados sobre o assunto. De acordo com Lakatos e Marconi (2003), “o estudo de uma pesquisa bibliográfica possui o intuito de colocar o pesquisador em contato direto com o material escrito sobre o assunto em questão”.

As pesquisas foram realizadas nas bases de dados da biblioteca virtual em Saúde, PubMed, Scielo e Google acadêmico para um maior embasamento sobre o tema. Os artigos utilizados foram publicados entre os anos 2017 e 2022. Utilizamos também a biblioteca digital da faculdade Multivix para leitura de livros relacionados ao tema do resumo, visando a busca do conhecimento em uma abordagem mais atual e exata sobre o Lúpus Eritematoso Sistêmico na gestação.

3 DESENVOLVIMENTO

De acordo com Joaquim, Borges e Brito (2020), o lúpus eritematoso sistêmico, afeta as articulações, órgãos, tecidos, apresentam manchas vermelhas na pele e na face como asas de borboletas (Rash Malar), perda de peso, febre, edemas e outros sintomas que variam de pessoa para pessoa. De acordo com os médicos do American College of Rheumatology (ACR) é possível afirmar que pelo menos quatro dos onze critérios para se definir a LES, estejam presentes nos pacientes. Como consequência da doença, o paciente pode ficar acometido de: artrite, úlceras orais, alterações renais, e neurológicas, hematológicas e imunológicas, fotossensibilidade, lesão discóide e eritema malar (Rash Malar).

O Lúpus Eritematoso Sistêmico há alguns anos era considerado um dos maiores obstáculos para que as mulheres férteis pudessem engravidar. Após a realização de

vários estudos foi concluído que existem possibilidades de se ter uma gestação sadia e sem interrupções mesmo portando a doença. Um bom e relevante manejo na gravidez de paciente com LES é a integração com diferentes especialistas médicos, sendo obstetras, reumatologistas, hematologistas e nefrologistas (SURITA e PASTORE, 2018).

O diagnóstico de LES é realizado com dados clínicos e laboratoriais, de acordo com cada paciente. É realizado o exame de hemograma, onde são analisados as hemácias e os leucócitos, contagem de plaquetas e reticulócitos, o teste de Coombs Direto, a velocidade de hemossedimentação (VHS), a avaliação de autoanticorpos (FAN, anti-DNA nativo, anti-Sm, anticardiolipina IgG e IgM, anticoagulante lúpico, antiLa/SSA), e exames de urina, biópsia cutânea e exame clínico, para só então, ser possível concluir o diagnóstico (SURITA e PASTORE, 2018).

O pré-natal da paciente portadora de lúpus deve ser feito por uma equipe de médicos, em um hospital de alto risco. É dever do médico avaliá-la a cada 4 a 6 semanas, já a vista obstétrica é feita mensalmente até a 20^o semana, depois da 28^o semana de gestação sendo quinzenal e semanal até o momento do parto (SURITA e PASTORE, 2018).

As orientações pré-concepcionais são importantes para avaliar os riscos de complicações fetais e maternas, sendo observadas as condições particulares de situações antecedentes de complicações ou de gestações anteriores e a presença ou não de possíveis danos graves à paciente. Durante o período gestacional, deve ser avaliado também a atividade do lúpus sendo ela recente ou atual, se há apresentação de anticorpos ou síndrome antifosfolípide, a positividade para anticorpos anti-Ro/anti-La, o tratamento medicamentoso utilizado, a presença de quadros crônicos (como hipertensão, diabetes etc.) e há hábito danoso, como tabagismo (SURITA e PASTORE, 2018).

Segundo Surita e Pastore (2018), algumas mulheres com LES com receio de toxicidade do tratamento suspendem o uso diário da medicação habitual antes da concepção, causando a descontinuação da terapia. Com isso trazem à tona o risco de

ocorrência de flares e de desfechos desfavoráveis à gestação. Para ter uma gestação continua é necessário seguir 3 fatores indispensáveis: que a mulher tenha planejado a sua gravidez em acompanhamento do médico reumatologista, que o estado da doença deve estar em remissão a 6 meses no mínimo e, que a quantidade dos fármacos e doenças associadas a LES esteja diminuída. O tratamento imunossupressor em mulheres grávidas com lúpus em remissão não deve ser alterado.

Os medicamentos indicados para tratamento são: corticóides (cortisona), antimaláricos (hidroxicloroquina) e os imunossupressores (azatioprina, ciclofosfamida e micofenolato de mofetila) (SURITA e PASTORE, 2018).

De acordo com Surita e Pastore (2018):

O controle adequado da pressão arterial na gestante lúpica pode evitar vários desfechos adversos da gravidez. Labetalol, nifedipina ou metildopa são medicamentos seguros para o tratamento da hipertensão. Devido a sua associação a anormalidades congênitas, os inibidores da enzima conversora de angiotensina devem ser evitados. O uso de aspirina em baixas doses e de suplementação de cálcio reduz o risco de pré-eclâmpsia e morte perinatal, devendo ser introduzida às 12 semanas e retirada antes do parto. Recomenda-se anticoagulação plena com heparina de baixo peso molecular (HBPM) nos casos de evento tromboembólico prévio. Suplementação de cálcio, principalmente para mulheres em uso de corticosteróides e heparina, é recomendada. Contrariamente, a suplementação de vitamina D não reduz os riscos de desfechos desfavoráveis (p.15).

Mulheres lúpicas possuem maior risco de parto prematuro, que ocorrem de forma espontânea ou devido a complicações, sucedendo o parto antecipado. Para que as interrupções ocorram entre 24 e 34 semanas, é recomendável a aceleração da maturidade pulmonar fetal com duas aplicações intramusculares de esteroides (12 mg de betametasona) ou magnésio se a idade gestacional for inferior a 32 semanas. O parto preferencialmente deve ser vaginal (parto normal), recomendado ser cesariana quando houver indicações obstétricas, ressaltando um dos fatores de risco o tromboembolismo venoso (TEV), perda de sangue e infecção, e complicações para futuras gestações (SURITA e PASTORE, 2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A coleta de dados e informações foi realizada por meio de pesquisa, utilizando artigos e materiais relacionados ao tema conforme descrito na metodologia.

De acordo com Surita e Pastore (2019), foi proposto pelo colégio americano de reumatologia (ACR), critérios para o diagnóstico de LES, que para ser classificado como tal, devem estar presentes pelo menos quatro critérios dos 11 propostos simultaneamente ou em série. Entretanto, um grupo de especialistas em LES, o Clinic Collaborative Systemic Lupus (SLICC), revisou, refez, e incluiu mais seis no quadro de critérios para o diagnóstico, que se mantém a exigência de estar presente pelo menos quatro, porém dos 17 critérios, com pelo menos dois dos seis critérios imunológicos e um dos onze critérios clínicos, observa-se tais parâmetros no quadro 1; ou ainda que haja presença de nefrite comprovada por biópsia compatível com LES e positividade dos anticorpos antinucleares (FAN) ou anticorpos anti-DNA cadeia dupla (dsDNA).

Quadro 1. Critérios SLICC para a classificação do lúpus eritematoso sistêmico (quatro dos 17 critérios, incluindo pelo menos um critério clínico e um critério imunológico; OU nefrite lúpica comprovada por biópsia):

Critérios	Definição
Critérios clínicos	
Lúpus cutâneo agudo	Erupção malar cutânea (não conta se discoide malar); lúpus bolhoso; variante lúpica da necrólise epidérmica tóxica; erupção cutânea com lúpus maculopapular; erupção fotossensível do lúpus (na ausência de dermatomiosite); OU Lúpus cutâneo subagudo (lesões psoriasiformes não endurecidas e/ou lesões policíclicas anulares que se resolvem sem cicatrização, apesar de eventual despigmentação pós-inflamatória ou teleangectasias)
Lúpus cutâneo crônico	Erupção discoide clássica; localizada (acima do pescoço); generalizada (acima e abaixo do pescoço); lúpus hipertrófico (verrucoso); paniculite de lúpus (profunda); lúpus mucoso; lúpus eritematoso túmido; lúpus pernio; OU Sobreposição lúpus discoide/líquen plano.
Alopecia não cicatricial	Queda difusa ou fragilidade do cabelo com cabelos quebradiços visíveis (na ausência de outras causas, como alopecia areata, drogas, deficiência de ferro e alopecia androgênica).
Úlceras nasais ou orais	Úlceras palatinas, bucais, linguais ou nasais (na ausência de outras causas, como vasculite, doença de Behçet, infecção [herpesvírus], doença inflamatória intestinal, artrite reativa e alimentos ácidos).
Acometimentos articulares	Sinovite envolvendo duas ou mais articulações, caracterizada por inchaço ou derrame; OU Sensibilidade em duas ou mais articulações e pelo menos 30 minutos de rigidez matinal;
Serosite	Plurisia típica por mais de um dia, derrames pleurais ou atrito pleural; OU Dor pericárdica típica (dor em decúbito que melhora sentando-se para a frente) por mais de um dia, derrame pericárdico, atrito pericárdico ou pericardite na eletrocardiografia na ausência de outras causas, como infecção, uremia e síndrome de Dressler.
Renal	Relação proteína-creatinina na urina (ou proteinúria de urina de 24 horas) que representa 500 mg de proteína/24 horas; OU Cilindros hemáticos.
Neurológico	Convulsões; psicose; mononeurite múltipla (na ausência de outras causas conhecidas, como vasculite primária); mielite; neuropatia periférica ou craniana (na ausência de outras causas conhecidas, como vasculite primária, infecção e diabetes mellitus); OU Estado confusional agudo (na ausência de outras causas, incluindo toxicometabólico, uremia, drogas).
Anemia hemolítica	Anemia hemolítica.

Leucopenia ou linfopenia	Leucopenia (<4000/mm ³ pelo menos uma vez) (na ausência de outras causas conhecidas, como síndrome de Felty, drogas e hipertensão portal), OU Linfopenia (<1000/mm ³ pelo menos uma vez) (na ausência de outras causas conhecidas, como uso de glicocorticoides, drogas e infecção).
Trombocitopenia	Trombocitopenia (<100.000/mm ³) pelo menos uma vez na ausência de outras causas conhecidas, como drogas, hipertensão portal e púrpura trombocitopênica trombótica.
Critérios imunológicos	
FAN	FAN acima do limite de referência do laboratório.
Anti-dsDNA	Nível de anticorpos anti-dsDNA acima do intervalo de referência do laboratório (ou acima do dobro limite superior se testado por ELISA).
Anti-Sm	Presença de anticorpos contra o antígeno nuclear Sm.
Antifosfolípides	Anticorpos antifosfolípides positivos, conforme determinado por qualquer um dos seguintes: Resultado positivo do teste para anticoagulante lúpico; resultado de teste falso-positivo para VDRL; níveis de anticorpo anticardiolipina de título médio ou alto (IgA, IgG ou IgM); ou resultado positivo do teste para antibeta 2-glicoproteína I (IgA, IgG ou IgM).
Complemento baixo	Baixo C3; baixo C4; OU baixo CH50.
Teste de Coombs direto	Teste de Coombs direto na ausência de anemia hemolítica.

Fonte: Petri M, Orbai AM, Alarcon GS, et al. Derivação e validação dos critérios de classificação da SLICC para Lúpus Eritematoso Sistêmico. 2012.

O acompanhamento obstétrico é indispensável e considerado padrão-ouro, apesar de haver algumas ferramentas para auxílio do controle de complicações durante a gestação das portadoras de LES, como a SLEPDAI e LAI-P. Além do acompanhamento frequente pela equipe médica, também devem ser realizados diversos exames laboratoriais, verificando sempre o exame de hemograma completo, a função renal e hepática e a quantificação de proteína na urinária, dentre outros (SURITA e PASTORE, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como descrito no resumo, a doença é crônica podendo atingir o sistema imunológico e muitos órgãos, afetando a mãe e o bebê durante a gestação, então os profissionais devem estar constantemente envolvidos e com estudos atualizados para o cuidado das pacientes com essa patologia. Foi notável que gestantes portadoras de LES poderão se submeter a uma gestação saudável, desde que sejam aconselhadas por profissionais que realizam acompanhamento e diversos exames laboratoriais, com o intuito de reduzirem as complicações da doença.

Observar-se a necessidade de novas práticas terapêuticas para um tratamento mais eficaz, com a ação de reduzir a mortalidade e morbidade controlando as possíveis complicações e doenças associadas, além de proporcionar mais informações sobre LES, que continua sendo um assunto pouco conhecido. Ressalta-se também sobre a importância do uso dos fármacos durante todo o tratamento, informando a portadora da doença, qual será o mais indicado, sua dose e a duração do uso dos mesmos. Assim havendo ação positiva, para que não ocorra complicações durante todo o período gestacional.

6 REFERÊNCIAS

FERREIRA, J.; DE MESQUITA, H.; ARAGÃO, D. M.; BASTOS, C. **O sistema imunológico e a autoimunidade**. Revista Científica do UBM, v. 20, n. 39, p. 40-58, 1 de maio de 2021. Disponível em: <<https://revista.ubm.br/index.php/revistacientifica/article/view/950>>. Acesso em 30 de ago. 2022.

JOAQUIM A. S.; BORGES C. N.; BRITO F. M. **A importância do pré-natal de gestante com lúpus eritematoso sistêmico**. Fac. Sant'Ana em Revista, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 237-248, 2020. Disponível em: <<https://www.iessa.edu.br/revista/index.php/fsr/index>>. Acesso em: 29 de ago. 2022.

MARCONI, Maria A; LAKATOS, Eva M. **Fundamentos de metodologia científica**.5ed. São Paulo, Atlas: 2003. P. 311. Disponível em:<http://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india/view>. Acesso em 27 de ago. de 2022.

PETRI M, ORBAI AM, ALARCON GS, et al. **Derivação e validação dos critérios de classificação da SLICC para lúpus eritematoso sistêmico**. Arthritis & Rheumatism,64:2677-86. Ago. de 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1002/art.34473>>. Acesso em 5 de set. de 2022.

SURITA, F. G. C.; PASTORE, D.E. **Lúpus eritematoso sistêmico e gravidez**. Femina. Vol. 47, n. 6, p. 322-49, 2019. Disponível em:<<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1129005/femina-2019-339-346.pdf>>. Acesso em 10 de set. 2022.

SURITA F.G., PASTORE D. E. **Lúpus eritematoso sistêmico e gravidez**. São Paulo: Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (FEBRASGO); nº90, 2018. (Protocolo FEBRASGO - Obstetrícia, no. 90/ Comissão Nacional Especializada e Gestação de Alto Risco). Disponível em:<
<https://sogirgs.org.br/area-do-associado/lupus-eritematoso-sistêmico-e- gravidez.pdf>>.

O MÉTODO PILATES NO TRATAMENTO DA INCONTINÊNCIA URINÁRIA

BERNARDES, Beatriz Pinto

RIBEIRO, Marcos Rafael Diório¹

RODRIGUES, Daniel Peixoto²

1 INTRODUÇÃO

O método Pilates é um programa de condicionamento físico e mental que usa uma técnica dinâmica para trabalhar força, alongamentos, flexibilidade e equilíbrio, busca manter as curvaturas fisiológicas do corpo, sendo o abdome o centro de força, trabalhando todos os exercícios da técnica com poucas repetições (SILVA; MANNRICH, 2009)

Funciona por meio de um sistema de exercícios divididos em exercícios de solo e em aparelhos. O Pilates é o único método de alongamento e fortalecimento muscular que não causa qualquer lesão a pessoa que o pratica, pois no Pilates bem orientado por um profissional habilitado, é praticamente inexistente a possibilidade de lesões ou dores musculares, devido ao impacto que é zero. A cada aula, o corpo todo é trabalhado através de seus princípios, além disso, proporciona resultados rápidos (CURI, 2009; CAMARÃO, 2004).

Os seus princípios básicos focam-se na centralização (contração de todo o core), na concentração (atenção cognitiva para executar o movimento), no controle (manutenção da postura durante o movimento), na precisão (exatidão da técnica do exercício), na fluidez do movimento (transição suave dos movimentos dentro da sequência do exercício) e na respiração (coordenada com o movimento realizado). Os exercícios fundamentados pelo Pilates destacam-se dos demais por permitirem alcançar resultados tanto específicos como globais. Em termos específicos possibilita melhorias a nível da coordenação, da força muscular e do controle motor dos músculos do assoalho pélvico, além de proporcionar um desenvolvimento muscular uniforme. Em termos globais, permite um relaxamento generalizado do corpo e mente,

uma melhoria da autoconsciência corporal (devido ao aperfeiçoamento da postura) e um aumento da qualidade de vida, da autoeficácia e do bem-estar do indivíduo (MARTINS; CUNHA, 2013)

Um dos princípios mais importantes do método Pilates é a respiração, a qual é crucial para a saúde, pois respirar corretamente garante a obtenção máxima dos benefícios de todos os exercícios (CURI, 2009)

Trabalhando o corpo como um todo, de modo geral, o método Pilates tem como benefícios: aumento da força, maior controle muscular, integra corpo e mente, melhora da capacidade respiratória, aumento da energia, maior flexibilidade, harmonia dos movimentos, alonga, tonifica e define a musculatura, melhora do condicionamento físico e mental, correção da postura, maior consciência corporal, reestruturação corporal, aumento do equilíbrio e coordenação, prevenção de lesões, aumento da autoestima, alívio do estresse e das dores musculares (CAMARÃO, 2004)

A incontinência urinária (IU) é uma condição de saúde muito presente nos indivíduos de maior idade, podendo também aparecer em outras faixas etárias por vários motivos. A IU é um problema de saúde pública devido à alta incidência em pessoas idosas, mais presente em mulheres, devendo assim ter uma atenção apropriada e definir métodos de tratamento para a mesma (HONÓRIO; SANTOS, 2008)

Tal condição pode se manifestar de três formas, sendo elas: Incontinência urinária de esforço (IUE), que é perda de urina no esforço como espirro, tosse e atividade física; a incontinência urinária de urgência (IUU), que ocorre quando se tem uma vontade incontrolável de urinar; e a (IUM) denominada incontinência urinária mista, pois envolve os dois tipos antes descritos (BOTELHO; SILVA; CRUZ, 2007).

2 MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma revisão de literatura específica de abordagem qualitativa e caráter de pesquisa exploratória, formada por levantamento de informações em sites de pesquisas realizadas no Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google

Acadêmico, livros físicos e digitais.

Como critério de inclusão foi considerado o seguinte aspecto: artigos que independente da data de publicação atendessem ao tema, utilizando-se palavras chaves como: Pilates e incontinência urinária. Como critérios de exclusão foram abolidos artigos que não contemplassem o tema pesquisado e que não se encontrasse nos meios de pesquisa já citados.

3 DESENVOLVIMENTO

O fisioterapeuta tem papel fundamental na prevenção e tratamento da IU, através de programas de reeducação dos músculos do pavimento pélvico (MPP), que são constituídos por bulbo cavernosos, transverso superficial e profundo do períneo, isquiocavernosos e esfíncter anal externo. A fisioterapia é recomendada como intervenção de primeira linha, devido a inúmeras técnicas e recursos fisioterápicos para o fortalecimento desses músculos (CORREA; MOREIRA; GARCEZ, 2018; MACEDO et al., 2017)

Na fisioterapia para tratamento da IU utiliza-se recursos como a uroterapia, treinamento muscular do assoalho pélvico, eletroestimulação e biofeedback, dependendo do tipo de IU e sintomas do paciente (CORREA; MOREIRA; GARCEZ, 2018; MACEDO et al., 2017)

Dentre as atividades físicas destaca-se o Método Pilates que trabalha a região do assoalho pélvico com ênfase durante a atividade, sendo recrutada praticamente por toda a duração da atividade, até mesmo nos alongamentos iniciais e finais. Os princípios básicos são a concentração, controle, centralização, espiração e precisão, que resulta em ganho de força, relaxamento, estabilização e controle muscular global quando bem trabalhados. A centralização consiste no grupo muscular central

formado pelo abdômen e pelve. Além disso a centralização também trabalha o núcleo do corpo conhecida também como Powerhouse (centro de força). Os músculos do Powerhouse formam os principais grupos musculares localizados nesta região e podem ser divididos em quatro grandes grupos: abdominais, extensores da coluna, extensores do quadril e a musculatura do assoalho pélvico. As articulações envolvidas são as da coluna vertebral, lombossacra, lombopélvica e femoroacetabular (HUGE; KISNER, 2016)

Em relação ao fortalecimento do assoalho pélvico, o Método Pilates trabalha exaustivamente essa região, pois acredita que todos os movimentos do corpo humano precisam ter uma base forte, uma “caixa de força” (powerhouse) bem fortalecida para realizar tais movimentos (MARTINS; CUNHA, 2013)

Através da reeducação dos MPP é possível aumentar a força destes e, conseqüentemente aumentar a estabilidade pélvica e otimizar o suporte dos órgãos pélvicos (bexiga, colo vesical e uretra) e o mecanismo esfíncteriano uretral (aumentada pressão intra-uretral). Deste modo, o aumento da força muscular repercute-se na diminuição da sintomatologia da IU ou mesmo no restabelecimento da continência (MACEDO, 2017)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dadas as alterações hormonais, fisiológicas e morfológicas no pavimento pélvico inerentes ao processo de envelhecimento, e o conhecimento de que o treino destes músculos é essencial para a melhoria da sintomatologia da IU e, conseqüentemente, para a melhoria da funcionalidade, é crucial perceber o efeito do Método Pilates, na força muscular, na qualidade de vida e no bem-estar.

Fica evidente, portanto, a importância do Método Pilates no tratamento da IU e na prevenção de seu aparecimento. Além da necessidade de se falar em incontinência urinária, reconhecendo a mesma como uma condição de saúde que acomete percentual expressivo da população, interferindo não somente na saúde física, mas também na emocional, sexual e social.

5 REFERÊNCIAS

BOTELHO, F; SILVA, C; CRUZ, F. (2007). **Incontinência Urinária Feminina**. Acta Urológica, pp. 72-89.

CAMARÃO T. **Pilates no Brasil: corpo e movimento**. Rio de Janeiro: Elsevier; 2004.

CORREA, J. N., MOREIRA, B. D. P., GARCEZ, V. F. **Ganho De Força Muscular Do Diafragma Pélvico Após Utilização Dos Métodos Pilates Ou Kegel Em Pacientes Com Incontinência Urinaria De Esforço**. Revista Uningá Review, V. 23,N. 2, 2018.

CURI, V.S. **A influência do método Pilates nas atividades de vida diária de idosas. Dissertação de mestrado**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

HONÓRIO, M; SANTOS, S. (2008). **Incontinência urinária e envelhecimento: impacto no cotidiano e na qualidade de vida**. Revista Brasileira de Enfermagem, 62(1), pp. 51-56.

HUGE, B; KISNER, C. **Exercícios terapêuticos: fundamentos e técnicas**. São Paulo: Editora Manole. 2016.

MACEDO, C.M.C. **Envelhecimento e incontinência urinária feminina: Estudo de Intervenção com Método Pilates Clínico**. 2017.

MARTINS, R.A.S; CUNHA, R.M. **Método Pilates: histórico, benefícios e aplicações revisão sistemática da literatura**. Goiânia 2013.

SILVA, A.C; MANNRICH, G. **Pilates na reabilitação: uma revisão sistemática**. Curitiba, 2009.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO PROCESSO DE DOAÇÃO E TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS E TECIDOS

Thiago Souza Aguiar¹
Suely da Silva Barbosa²
Cristiane Bittencourt Felicio Santos³

1 INTRODUÇÃO

As primeiras resoluções a respeito das doações de órgãos e de tecidos para transplantes surgiram, no Brasil, a partir de 1968 com a lei 5.479. A contar deste ano algumas modificações foram realizadas até a promulgação da lei 9.434 em 1997 (CICOLO; ROZA; SCHIRMER, 2010).

Um estudo realizado por Knihns et al. (2020) aponta que a participação do enfermeiro no processo de doação de órgãos e tecidos é um dos fatores que promovem avanços, no que diz respeito, a doação de órgãos no Brasil.

Dentre a equipe multidisciplinar que compõem a comissão intra-hospitalar de doação de órgãos e tecidos para transplantes (CIHDOTT), para Tolfo (2020) o enfermeiro é encontrado como um membro importante:

Entre os componentes das CIHDOTTs, encontra-se o enfermeiro, referenciado como um elemento partícipe do processo de doação de órgãos e tecidos e evidenciado como um profissional importante para um sistema de doação de órgãos eficiente; e, segundo pesquisas nacionais e internacionais, é aquele apontado como capaz de realizar ações que possibilitam o aumento da doação de órgãos e tecidos nos hospitais onde atua (p. 2).

¹ Graduando do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix- Cachoeiro de Itapemirim-ES.
aguiarthiagosouza@gmail.com

² Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix-Cachoeiro de Itapemirim-ES.
suelysilvabarbosa01@gmail.com

³ Professora orientadora: Ms Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Especialista em Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes e Especialista em Educação, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cristiane.santos@multivix.edu.br. Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

Porém, mesmo sendo referenciado como um elemento de valor dentro do contexto de doações de órgãos e tecidos. O papel do enfermeiro no campo dos transplantes e doações é pouco conhecido no senso comum, o que dificulta não somente a valorização destes profissionais, altamente capacitados, como também o reconhecimento da classe por parte dos cidadãos.

O presente estudo tem por objetivo atualizar o profissional enfermeiro quanto as informações corretas, seguras e atualizadas acerca da atuação do profissional no processo de doação e transplante de órgãos e tecidos afim de capacitá-los para o exercício da enfermagem nas CIHDOTTs.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Tratou-se de um estudo de revisão bibliográfica sistemática com abordagem qualitativa. A análise bibliográfica foi realizada no mês de novembro de 2022 na base de dados da Scielo (Scientific Eletronic Library Online) e do Google Acadêmico (Google Scholar) utilizando os descritores “doação e transplante de órgãos”, “papel do enfermeiro” e “transplante”. Foram selecionados cinco (05) artigos sob o critério de serem estudos nacionais que abordavam a temática.

Após a seleção dos artigos, realizou-se leitura seletiva, analítica e interpretativa dos textos a fim de organizar as informações de modo que o conteúdo extraído resultasse na resposta à problemática da pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

As doações de órgãos no Brasil têm evoluído desde seu início na década de 60. O avanço nesse processo está atribuído a um conjunto de fatores, entre eles a atuação de profissionais qualificados. Dentre os profissionais de saúde engajado no processo de doação de órgãos e tecidos, pode-se destacar as contribuições da enfermagem (Knihs et al. 2020)

A identificação, avaliação e classificação de potenciais doadores cabe ao enfermeiro, sendo este membro e principal gestor das CIHDOTTs e das Organizações de Procura

de Órgãos conforme referenciado por Palm et al (2021).

Além de estar diretamente envolvido na procura de potenciais doadores, o enfermeiro, é o responsável pelo gerenciamento do cuidado no processo de doação de órgãos e tecidos (Knihs et al. 2020).

Cabe, ainda, ao profissional da enfermagem ser um grande fomentador de ações que visam aumentar a obtenção de órgãos e tecidos para doações e transplantes conforme estudado por Tolfo et al. (2020).

Dessa forma, é possível perceber que o enfermeiro possui papeis variados nos processos de captação e doação de órgãos. Papeis estes que embora muito significativos são realizados nos bastidores e por vezes passando despercebido pela sociedade. Fazendo com que as competências e habilidades destes profissionais acabem não sendo reconhecidas no senso comum.

Assim, entendendo a importância da conscientização da população acerca da participação do enfermeiro no processo de doação, a promoção e divulgação de estudos deve ser compreendida como uma importante vertente capaz de orientar a população e ampliar a compreensão a respeito das atividades do profissional de enfermagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a análise dos estudos foi possível encontrar o profissional de enfermagem envolvido em atividades no contexto de doações e transplantes de órgãos, tais como no gerenciamento de cuidados no processo de doações e na obtenção de órgãos e tecidos.

No que compete ao gerenciamento de cuidados no processo de doações o estudo de Knihs et al. (2020) divide as atividades do enfermeiro em duas classificações como atividades gerenciais e atividades assistenciais:

Em ambas as instituições as atividades mais desenvolvidas pelos enfermeiros relacionadas ao gerenciamento do cuidado foram às
Comissão Científica

atividades gerenciais, correspondendo a 93,7% (1.299) na Instituição A e 53,9% (317), na Instituição B (Tabela 1) (p.6).

Tabela 1 – Tipos de atividades desenvolvidas pelos enfermeiros nas instituições estudadas. Florianópolis, SC, Brasil, 2016. (n=104)

Variável	Categoria	Instituição A				Instituição B			
		n	%	Média	Desvio padrão	n	%	Média	Desvio padrão
Atividades assistenciais conforme resolução do COFEN	Realizadas	421	83,1	5,81	2,1	137	63,1	4,4	1,4
	Não Realizadas	86	16,9	1,2	0,4	80	36,9	2,7	1,1
	Total	507	100	–	–	217	100	–	–
Atividades gerenciais conforme resolução do COFEN	Realizadas	1.299	93,7	17,8	5,8	317	53,9	10,67	3,6
	Não Realizadas	87	6,3	1,2	0,4	271	46,1	9,0	2,8
	Total	1.386	100	–	–	588	100	–	–

Fonte: Knihis et al, 2020

O autor ainda aponta que as atividades gerenciais do enfermeiro estão relacionadas a identificar, notificar e gerenciar cuidados de manutenção do possível doador:

Em relação às atividades gerenciais mais realizadas pelos enfermeiros (Tabela 2), na Instituição A, destacaram-se: registro das informações da condição do possível doador (100%); notificação do PD à CET após conclusão do diagnóstico de ME (100%); encaminhamento dos documentos e exames conforme solicitação da CET (100%); e, gerenciamento da manutenção do potencial doador (100%). Já na Instituição B, a atividade mais desenvolvida foi a notificação do PD à CET, após conclusão do diagnóstico de ME (96,8%); seguido do encaminhamento dos documentos e exames conforme solicitação da CET (87,1%); e, gerenciamento das condições hemodinâmicas por meio de registro (87,1%) (p.6).

Tabela 2 – Atividades gerenciais desenvolvidas pelos enfermeiros em cada instituição. Florianópolis, SC, Brasil, 2016. (n=104)

Atividades Gerenciais	Instituição A (n=73)				Instituição B (n=31)				Total n=104)			
	Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Registra informações das condições do possível doador	73	100	00	00	26	83,9	05	16,1	99	95,2	05	4,8
Notifica à CET após concluído o diagnóstico de ME	73	100	00	00	30	96,8	01	3,2	103	99,4	01	0,96
Encaminha documentos e exames conforme solicitação da CET	73	100	00	00	27	87,1	04	12,9	100	95,15	04	3,85
Certifica-se de que todos os relatórios de cirurgia foram realizados	66	90,4	07	9,6	6	19,4	25	80,6	72	69,23	32	30,77
Gerencia a manutenção do PD	73	100	00	00	26	83,9	05	16,1	99	95,2	05	4,8
Gerencia as condições hemodinâmicas	70	95,9	03	4,1	27	87,1	04	12,9	97	93,3	07	6,7
Gerencia a coordenação da sala cirúrgica	66	90,4	07	9,6	06	19,4	25	80,6	72	69,23	32	30,77
Há registro de informações referente a problemas evidenciados no processo	67	91,8	06	19,4	06	8,2	25	80,6	73	70,2	31	29,8

Fonte: Knihs et al, 2020

Ao mesmo sinal são apontadas como atividades assistenciais as que envolvem o diagnóstico de ME do possível doador, a notificação da morte aos familiares bem como a realização da entrevista familiar.

O estudo de Knihs et al. (2020) apontou que as atividades assistenciais (Tabela 3) mais executadas pelos enfermeiros na Instituição A foram: auxiliar a equipe médica no desenvolvimento do diagnóstico de ME, 72 (98,6%); participação na comunicação da morte junto a equipe de saúde, 71 (97,3%); e, participação na entrevista familiar, 71 (97,3%). Já os enfermeiros da Instituição B realizaram mais exame físico do potencial doador, 22 (71%), auxiliaram a equipe médica no desenvolvimento do diagnóstico de ME, 25 (80,6%) e desenvolveram ações para a manutenção da hemodinâmica do potencial doador, 22 (71%).

No que diz respeito a ações do enfermeiro na obtenção de órgãos e tecidos o estudo de Tolfo et al. (2020) conclui que o acolhimento familiar é uma influência importante na tomada de decisão e que as campanhas de mídia e divulgação podem contribuir para o aumento de captações.

Tabela 3 – Atividades assistenciais desenvolvidas pelos enfermeiros em cada instituição. Florianópolis, SC, Brasil, 2016. (n=104)

Atividades Assistenciais	Instituição A (n=73)				Instituição B (n=31)				Total (n=104)			
	Sim		Não		Sim		Não		Sim		Não	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Realiza exame físico do PD	48	65,8	25	34,2	22	71,0	09	29,0	70	67,3	34	32,7
Auxilia a equipe médica no desenvolvimento do diagnóstico de ME	72	98,6	1	1,4	25	80,6	06	19,4	97	93,3	07	6,7
Desenvolve sistematização do cuidado ao PD	46	63,0	27	37,0	21	67,7	10	32,3	67	64,5	37	35,5
Desenvolve ações para manutenção hemodinâmica	48	65,8	25	34,2	22	71,0	09	29,0	70	67,3	34	32,7
Desenvolve acolhimento da família do PD	43	58,9	30	41,4	05	16,1	26	83,9	48	46,1	56	53,9
Participa da comunicação da morte junto com a equipe de saúde	71	97,3	02	2,7	18	58,1	13	41,9	89	85,6	15	14,4
Participa da entrevista familiar	71	97,3	02	2,7	20	64,5	11	35,5	91	87,5	13	12,5

Fonte Knihis et al, 2020 al, 2020:

Segundo Knihis et al. (2020), as ações identificadas pelos participantes da pesquisa referem-se ao acolhimento do familiar, campanhas de mídia e divulgação para a sociedade, que, em geral, são articuladas com a capacitação dos profissionais e têm a possibilidade de transformarem-se em fatores que estimulem a doação de órgãos e tecidos. Evidenciou-se, também, que o amparo recebido pelo familiar, por meio das ações dos enfermeiros das CIHDOTTs, como a comunicação e o acompanhamento durante todo o processo, estabelece relações capazes de gerar sentimentos de confiança e representa importante influência na decisão quanto à doação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, o estudo evidencia as muitas contribuições do enfermeiro no processo de doações e transplantes de órgãos. Entende-se que este profissional quando capacitado possui grande valor nas equipes de CIHDOTTs, e é capaz não somente de auxiliar na promoção de ações que visam aumentar a demanda de órgãos disponíveis para doações como também é capaz de promover os cuidados necessários para a manutenção do possível doador e do receptor.

Assim, é possível transmitir à sociedade um conjunto de informações seguras a respeito do papel do enfermeiro no contexto das doações de órgãos e transplantes.

Promovendo educação em saúde e possibilitando o reconhecimento deste profissional como um agente importante para o processo de captação e doação de órgãos.

6 REFERÊNCIAS

CICOLO, Emilia Aparecida, ROZA, Bartira de Aguiar e SCHIRMER,, Janine Doação e transplante de órgãos: **Produção científica da enfermagem brasileira**. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2010, v. 63, n. 2, pp. 274-278. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000200016>>. Epub 27 maio 2010. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672010000200016>.> acesso em 05nov.2022.

DE OLIVEIRA¹, Erlaine Ritti; FERNANDES, Sabrina Cristina Cantarino. **A vivência do enfermeiro no processo de doação de órgãos em morte encefálica: dificuldades e desafios**. 2016. Disponível em: [http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/03/A-VIVÊNCIA-DO-ENFERMEIRO-NO-PROCESSO-DE-DOAÇÃO-DE-ÓRGÃOS .pdf](http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/03/A-VIVÊNCIA-DO-ENFERMEIRO-NO-PROCESSO-DE-DOAÇÃO-DE-ÓRGÃOS.pdf)> acesso em 07 nov.2022.

Knihs, Neide da Silva et al. **Management of nurse care in the organ and tissue donation process**. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2020, v. 29, e20180445. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0445>>. Epub 22 Jan 2021. ISSN 1980-265X. <https://doi.org/10.1590/1980-265X-TCE-2018-0445>. > acesso em 06 nov.2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde. Revoga Portaria nº 2600/GM/MS, de 21 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, 2017b. Disponível em:<https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/MatrizConsolidacao/Matriz-4-Sistemas.html>. > Acesso em: 07 nov. 2022.

Paim, Sibeles Maria Schuantes et al. **Biovigilância no processo de doação de órgãos e tecidos durante a pandemia: desafios para o enfermeiro**. Escola Anna Nery [online]. 2021, v. 25, n. spe, e 20210086. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0086>>. Epub 30 Jun 2021. ISSN acesso em 06nov.2022.

Tolfo, Fernando et al. **Obtaining tissues and organs: empowering actions of nurses in the light of ecosystem thinking**. Revista Brasileira de Enfermagem [online]. 2021, v. 74, n. 2, e20200983. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7167-2020-0983>>. Epub 21 May 2021. ISSN 1984-0446.

OBESIDADE: IMPACTO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Eloá Mary Oliveira Ribeiro ¹⁵
Marcela Bonadiman Bosio ¹⁶
Gilbania Rafael Landi ³

1 INTRODUÇÃO

A obesidade infantil é um distúrbio do estado nutricional relacionado ao aumento do tecido adiposo, com acréscimo do peso corporal, os riscos da obesidade: (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2019/junho/obesidade-infantil-traz-riscos-para-a-saude-adulta>).

Um estudo encomendado pelo Ministério da Saúde mostrou que uma em cada 10 crianças brasileiras de até 5 anos está com o peso acima do ideal, sendo 7% com sobrepeso e 3% já com obesidade. A introdução alimentar inadequada nos primeiros 6 meses de vida do recém-nascido (RN) pode ser determinante para o futuro nutricional e imunológico da criança. Ela pode levar a um comprometimento do desenvolvimento a curto e a longo prazo, vulnerabilidade a doenças, diminuição da produção do leite materno e o principal, desencadear o desmame precoce.

Desmame precoce (DP) é o abandono parcial ou total do aleitamento materno exclusivo (AME) antes do 6º mês de vida do RN. Fatores como renda familiar, grau de escolaridade, uso de mamadeiras/chupetas e a oferta precoce de alimentos inadequados para a faixa etária do RN influenciam tanto na interrupção do AME, bem como, no desenvolvimento da obesidade na primeira infância. A obesidade infantil é causada pelo desequilíbrio entre calorias ingeridas e calorias queimadas, e demais fatores, como o sedentarismo, predisposição genética e a má qualidade do sono.

A OMS e o MS preconizam o AME até o 6º mês de vida do RN, no entanto, a partir desse período a alimentação complementar se torna necessária para atender às demais necessidades nutricionais da criança, sendo necessário o uso de fórmulas como

¹⁵Graduanda do curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim, marcelabbosio@gmail.com;

¹⁶Graduanda do curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim, eloaribeiro47@gmail.com;

³Professor orientador: mestra em políticas públicas de saúde, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gilbanialandi@professor.multivix.edu.br Comissão Científica
Cachoeiro de Itapemirim-ES, setembro de 2022.

complemento, mediante a recomendação do médico pediátrico. Dessa forma, objetiva-se por meio desse estudo, apresentar dados qualitativos que denotam as consequências do DC, sendo o principal fator indicador para a obesidade infantil. Além disso, visa identificar os demais fatores de riscos que levam ao aumento crescente da obesidade infantil no Brasil e os efeitos da introdução alimentar inadequada nos primeiros 6 meses de vida do RN.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para obter os resultados, trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório e descritivo e uma pesquisa qualitativa. Para tanto, foi incluído, artigos científicos do período de 2017 a 2022.

Os artigos foram selecionados a partir de uma pesquisa pela internet utilizando dados do Google acadêmico, com as seguintes palavras-chaves: obesidade infantil, deficiência do aleitamento, desmame precoce, fórmulas infantis, enfermagem.

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), fatores genéticos, ambientais, metabólicos, culturais e psicossociais tornam a obesidade à maior epidemia de saúde pública mundial. Sendo ela resultante de um desequilíbrio entre ingestão calórica e gasto energético, é diagnosticada a partir de dados antropométricos e do índice de massa corpórea (IMC).

Indivíduos obesos têm uma maior predisposição para desenvolver HAS, diabetes, dislipidemia, síndrome metabólica, aterosclerose, doenças nas articulações, doenças crônicas, doenças cardiovasculares, entre outros. Quando associado ao sedentarismo mais o uso excessivo da tecnologia, influencia não somente na obesidade infantil, mas também, na lentificação do desenvolvimento social da criança com o mundo ao seu redor.

Logo, a obesidade infantil, enquanto doença multifatorial, exige muito mais que a vontade de perder peso. No entanto, o principal tratamento é a reeducação alimentar, que deve

conter grande variedade de legumes e verduras, evitando a oferta de alimentos industrializados e acréscimo de açúcares simples nas mamadeiras (Oliveira & Avi, 2017; Brasil, 2018).

O leite materno é visto como a primeira "vacina" do bebê e é uma alimentação natural, segura e sem custo que deve ser incentivada e mostrada a devida importância, principalmente, durante as consultas de pré-natal. Dessa forma, é notável a importância do papel desempenhado pelos profissionais de saúde em orientar a mãe para evitar o DP.

Estudos apontam que o AME traz menor risco para contaminação, além de prevenir contra doenças futuras, como obesidade, diabetes, anemia, déficit de atenção e doenças cardiovasculares. Além disso, diminui as chances de ocorrer a instalação de hábitos bucais deletérios, caracterizado por alterar o padrão de crescimento normal e danificar a oclusão, o que determinará o desequilíbrio nas forças musculares, podendo distorcer a forma da arcada dentária e alterar a morfologia normal. (GISFREDEL et al, 2016).

De acordo com a OMS, o ideal de prevalência para amamentação é que seja entre 90 e 100% para menores de 6 meses, porém no Brasil estima-se que 60% das crianças tem a oferta de outros alimentos antes dos 6 meses de idade, fazendo com que a estimativa fique longe do ideal.

As substâncias bioativos presentes no leite materno, faz com que haja uma proteção contra a obesidade no futuro, um exemplo é o componente adiponectina, um hormônio protetor da obesidade e diabetes tipo 2. A leptina e a grelina são outros componentes importantes para a regulação e no gasto energético. A falta desses peptídeos pode acometer grande peso corporal e a limitar o tratamento para a obesidade infantil. A não continuidade da amamentação traz consigo fatores relevantes como por exemplo, bebê que não suga ou tem sucção fraca, dor nos mamilos ou mamilos machucados, bloqueio de ductos lactíferos, casos de HIV, HTLV1, HTLV2, e doença de Chagas, e até a falta de orientação dos profissionais de Saúde.

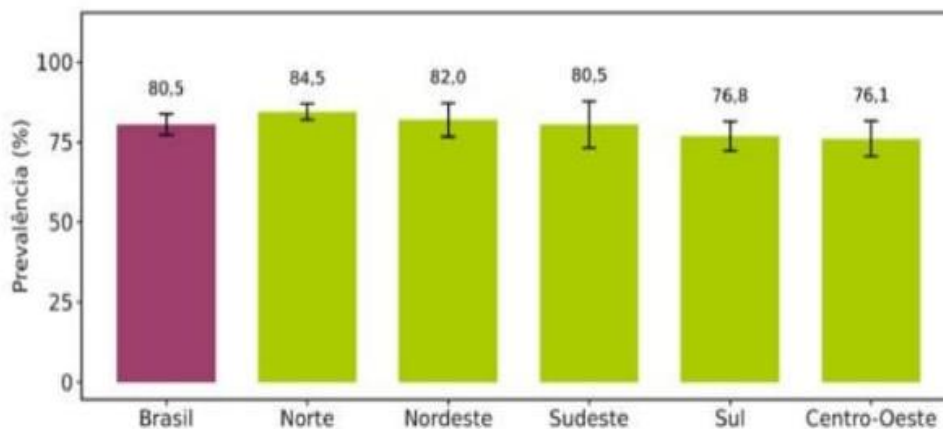
Nas fórmulas infantis a presença de sódio é de 153mg a menos e 630mg a mais de potássio quando comparados ao leite materno, Segundo Qiao J, et al. (2020), há o excesso de sódio, cloro e potássio nas fórmulas infantis, o que conseqüentemente resulta em maior carga desses solutos nas excretas nitrogenadas da criança, podendo gerar uma elevação na concentração urinária.

Portanto, diante desse cenário, estudos recentes apontam que crianças que tem uma alimentação complementar antes dos 5 meses e até mesmo introdução alimentar foram associados na maior velocidade do ganho de peso (AZAD et al., 2018)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Uma pesquisa realizada pelo Estudo nacional de alimentação e nutrição infantil-ENANI,2019- (figura 63), demonstrou que o Brasil tem 93,0% da prevalência de consumo de alimentos ultra processados entre crianças de 06 a 23 meses de idade e segundo macrorregião, tendo maior prevalência na região Norte (84,5%) e menor na região Centro-oeste (76,1%). Segundo um estudo encomendado pelo MS, uma em cada 10 crianças brasileiras de até 5 anos está com o peso acima do ideal. A situação se torna ainda mais preocupante quando comparada a uma pesquisa divulgada recentemente pelo Ministério da saúde no ano de 2021 que, estima que cerca de seis milhões e 400 mil crianças tenham excesso de peso no Brasil, e mais de 3 milhões já evoluíram para obesidade.

Figura 63. Prevalência de consumo de alimentos ultraprocessados entre crianças de 6 a 23 meses de idade para o Brasil e segundo macrorregião. Brasil, 2019.



I Intervalo de confiança de 95%.

Fonte: Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI-2019).

Mudanças nos padrões de amamentação, falta de atividade física, uso excessivo da tecnologia, influência da família e falta de acompanhamento especializado são apontados como os principais indicadores para o aumento da obesidade na primeira infância. Ainda, segundo a endocrinologista e presidente do Abeso (Associação Brasileira para o estudo da Obesidade), Dra. Cintia Cercato, "as embalagens são coloridas e com personagens, e nos supermercados os produtos ultra processados costumam ficar nas prateleiras mais baixas, na linha de visão das crianças. Dessa forma é difícil que os pequenos não sintam vontade de experimentar".

A lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi alterada pelo Congresso Nacional em abril de 2017, na qual diz que "os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde a gestantes, públicos e particulares são obrigados a acompanhar a prática do processo de amamentação, prestando orientações quanto à técnica adequada, enquanto a mãe permanecer na unidade hospitalar, utilizando o corpo técnico já existente ". Atualmente existe a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano (rBLH-BR), vista como ação estratégica da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança e Aleitamento materno (PNAISC), que além de oferecer leite humano e assistência à bebês prematuros e de baixo peso, o Banco de Leite humano (BLHS) oferece apoio em geral a amamentação.

Dessa forma, observa-se que, existe apoio à gestante e ao bebê na primeira infância, no entanto, tem aumentado perigosamente o número de bebês e crianças obesas e demais doenças relacionadas, tornando-se necessário novos estudos para reavaliar os indicadores que levam à obesidade infantil, bem como, o motivo da prevalência do DP diante de inúmeras informações sobre a sua importância.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises bibliográficas presente nesse estudo, conclui-se que a obesidade infantil é consequência de hábitos alimentares presentes desde o primeiro dia de vida do RN, mesmo havendo a predisposição genética. Pode-se inferir que a ausência da AME até os seis meses de idade está ligada diretamente ao peso excessivo na primeira infância.

Portanto, todo um trabalho de educação nutricional com uma abordagem familiar para prevenção da obesidade provavelmente será mais efetivo do que trabalhar para mudar o momento da introdução de alimentos sólidos, bem como, maior orientação às famílias sobre o assunto pode influenciar na diminuição do DP no Brasil.

6 REFERÊNCIAS

AZAD, M.B.; VEHLING, L.; CHAN, D.; KLOPP, A.; NICKEL, N.C.; MCGAVOCK, J.M. et al. Infant Feeding and Weight Gain: separating Breast Milk From Breastfeeding and Formula From Food. *Pediatrics*. 2018. Disponível em: <http://doi.org/10.1542/peds.2018-1092>. acessado em: setembro de 2022.

Bastos C. de O., Salim T. R., do Carmo A. L. O., Muratori A. S., Nogueira Érica de T., Munhoz E. K., Maciell. M., Gomes J. M., Silva M. C., & Damasceno T. de P. (2020). Deficiência do aleitamento materno exclusivo como contribuinte para a obesidade infantil. disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/5757/3587>. Acesso em setembro de 2022.

Brandão, Ingrid Silva; Soares, Denise Josino. A obesidade, suas causas e consequências para a saúde. UNILAB, São Francisco do Conde. Publicado em 19 de maio de 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2018&q=obesidade+consequ%C3%Aancias&oq=obesidade%3A+

co#d=gs_qabs&t=1663523487555&u=%23p%3DLZ1trVZc4WQJ. Acesso em 17 de setembro de 2022.

CORRÊA, V.P.; PAIVA, K.M.; BESEN, E.; SILVEIRA, D.S.; GONZÁLES, A.I.; MOREIRA, M.; FERREIRA, A.R.; MIGUEL, F.Y.D.M.; HAAS, P.; Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento, São Paulo. v.14. n.85. p.177-183. Mar./Abril.2020. ISSN 1981-9919; O IMPACTO DA OBESIDADE INFANTIL NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA. Disponível em: <http://www.rbone.com.br/index.php/rbone/article/view/1208/949>. acesso em setembro de 2022.

Gisfredel, Thays Ferreira; Kimura, Juliana Sayuri; Reyes, Alessandra; Bassi, Júlio; Drugowick, Rayen; Matos, Ronilza; Tedesco, Tamara Kerber. Hábitos bucais deletérios e suas consequências em Odontopediatria. Rev. Bras. Odontol. vol.73 no.2 Rio de Janeiro Abr./Jun. 2016. Recebido em 12/03/2016. Aceito em 28/03/2016. Disponível em: http://revodontobvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-72722016000200012#:~:text=Os%20h%C3%A1bitos%20bucalis%20delet%C3%A9rios%20alteram,e%20alteram%20a%20morfologia%20normal. Acesso em 17 de setembro de 2022.

GOMES, C.M.; OLIVEIRA, G.P.; SILVA, R.D.A.; CARDOSO, D.K.O.; OLIVEIRA, O.M.A. Obesidade na primeira infância: causas, consequências e a importância do cuidado nutricional nos primeiros anos de vida. 2022; Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/25824/5/Obesidade%20na%20primeira%20inf%C3%A2ncia.pdf>. Acesso em outubro de 2022.

LIMA, A. de O.; MENEGHIN, I.F.; WICHOSKI, C.; rev. Terra e cult.: Cad. De ens. E pesq.v. 38, n. especial, 2022. FATORES DETERMINANTES PARA O DESMAME PRECOCE. Disponível em: <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistateste/article/view/2594/2363>. acesso em; 2022.

Lima, Ana Thaís Alves; Lima, Carla Laíne Silva; Barboza, Antônia Alzira Alves; Lima, Valéria Silva de; Viana, Karla Katherine Gomes; Lira, Sandra Machado.

Influência da introdução alimentar precoce para o desenvolvimento da obesidade infantil: uma revisão de literatura. Research, Society and Development, v. 9, n.8, e 56984925, 2020(CC BY 4.0) | ISSN| 2525-3409. Publicado em 23 de Junho de 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4925/4443>. Acesso em 17 de setembro de 2022

MACHADO, U.M.P.; AGUIAR, R.C.C.; MENEZES, E.V.A.; MACHADO, M.M.T.; revista científica; FORTALEZA-CE. EDIÇÃO 224. V.10. ANO 2022. A INFLUÊNCIA DO DESMAME PRECOCE NO

RISCO DE DESENVOLVIMENTO DA OBESIDADE INFANTIL- REVISÃO SISTEMÁTICA. disponível em: <http://dx.doi.org/10.35265/2236-6717-224-12197>. acesso em: setembro de 2022.

Manual de orientação sobre obesidade na infância e adolescência. 3º edição revisada e ampliada. Publicado em: 16/10/2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/imprensa/detalhe/nid/manual-de-orientacao-sobre-obesidade-na-infancia-e-adolescencia-esta-disponivel-para-os-associados-da-sbp/>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

Presidência da República, Casa Civil. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em 17 de setembro de 2022.

QIAO J, et al. A meta-analysis of the association between breastfeeding and early childhood obesity. *Journal of Pediatric Nursing*, 2020; 53: 57-66. Acesso em: setembro de 2022.

Saúde e Bem estar; julho 10, 2021; Consequências do Desmame e Introdução Alimentar precoce em lactentes. disponível em: <https://portal.unisepe.com.br/blog-unisepe/consequencias-do-desmame-e-introducao-alimentar-precoce-em-lactentes/>. acesso em: setembro de 2022.

Silva, Elane Pereira da; Silva, Estela Tavares da; Andrade, Elisângela de. A MPORTÂNCIA DO ALEITAMENTO MATERNO NOS SEIS PRIMEIROS MESES DE VIDA DO RECÉM NASCIDO. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, 2020; 2(2):60-5. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2018&q=aleitamento+materno+import%C3%A2ncia&oq=aleitamento+materno+#d=gs_qabs&t=1663530578384&u=%23p%3DqV-6k641eB4J. Acesso em 17 de setembro de 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Alimentação Infantil I: Prevalência de indicadores de alimentação de crianças menores de 5 anos: ENANI 2019. - Documento eletrônico. - Rio de Janeiro, RJ: UFRJ, 2021. (135 p.). Coordenador geral, Gilberto Kac. Disponível em: <https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios/>. Acesso em 17 de setembro de 2022.

O USO DE ANTIDEPRESSIVOS POR CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO DE CASTELO - ES X PANDEMIA DA COVID-19: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

MARIN, Amanda Marinato¹
MARQUES, Léslie Tomazini¹⁷
BERNARDES, Natália Ribeiro¹⁸

1 INTRODUÇÃO

A depressão é uma doença caracterizada por um transtorno psiquiátrico que atinge a população causando manifestações indesejáveis aos acometidos por essa patologia. Dentre os sintomas mais evidentes destacam-se o humor deprimido e/ou falta de interesse em grande parte de atividades cotidianas. Além disso, apresentam insônia ou sonolência excessiva, indisposição, notável alteração do apetite, ideação suicida, dentre outros (VALENÇA, 2020; TORRES, 2021).

A depressão em crianças e adolescentes tem se tornado cada vez mais evidente e precoce, constituindo assim um problema de saúde pública grave. De acordo com dados epidemiológicos, a taxa de prevalência anual da doença em crianças varia entre 0,4 a 3% e em adolescentes de 3,3 a 12,4% (BAHLS, 2003). Outra pesquisa realizada no Brasil evidenciou que 68% dos adolescentes entre 10 e 19 anos apresentaram sintomas característicos da depressão, sendo que 4% destes manifestaram a forma grave da doença (OLIVEIRA, 2020).

O surgimento da pandemia da Covid-19 também pode ser uma causa atual para o desenvolvimento de depressão infanto-juvenil. A doença infecciosa é causada pelo vírus Sars-CoV-2 e é caracterizada por uma síndrome respiratória aguda grave. Apesar do vírus não causar muitas reações físicas críticas nessa população, a saúde mental pode

¹ Graduanda do 8º período do Curso de Farmácia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim - ES - amandamarinatamarin@gmail.com;

¹⁷ Graduanda do 8º período do Curso de Farmácia da Multivix Cachoeiro de Itapemirim - ES - leslietomazinim@gmail.com;

¹⁸ Professor orientador: DSc em Produção Vegetal, profª Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim - ES, natalia.bernardes@multivix.edu.br Comissão Científica
Curso de Graduação em Farmácia Cachoeiro de Itapemirim - ES, novembro de 2022.

ser afetada. Os protocolos necessários para conter o avanço da pandemia fizeram com que a rotina de toda família fosse alterada de forma abrupta e drástica. O fechamento das escolas, o distanciamento social, a restrição de atividades de lazer e ao ar livre, apresentaram como consequência os sentimentos de medo, insegurança, angústia, frustração e ansiedade causando impacto negativo na saúde mental podendo levar ao desenvolvimento ou agravamento da depressão (NEUMANN, 2020; SILVA, 2021).

Destacam-se os inibidores seletivos de recaptção de serotonina como a classe de antidepressivos de primeira escolha para o tratamento da depressão de crianças e adolescentes devido aos menores riscos e efeitos colaterais mais brandos (LOPES, 2019; ROCHA, 2004).

O presente trabalho tem por objetivo coletar informações na literatura referentes ao uso de antidepressivos por crianças e adolescentes durante a pandemia da Covid-19 e compará-las com dados dos antidepressivos fornecidos para esse grupo pelo Sistema Único de Saúde do município de Castelo - ES.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a elaboração do presente trabalho será realizado um estudo retrospectivo e analítico de coleta de dados referentes ao consumo de medicamentos do Programa da Saúde Mental. Nele estão inseridos os antidepressivos que são utilizados por crianças e adolescentes. Essa pesquisa será realizada na Farmácia Básica do município de Castelo, Espírito Santo entre agosto de 2022 e agosto de 2023 e a coleta de dados será referente a janeiro de 2017 à dezembro de 2022. Além disso, será realizada uma pesquisa bibliográfica na base de dados PubMed, Scielo e Google Acadêmico. O critério utilizado será (i) na utilização de expressões resultantes da conjugação das palavras-chave, e (ii) na configuração dos filtros para a seleção de estudos realizados em humanos e de artigos completos disponíveis em português ou em inglês.

A partir dos dados coletados e as informações obtidas, estes serão comparados com os resultados apresentados em literaturas por meio de uma revisão, com o intuito de associá-los. Ademais, será avaliado o possível aumento do uso dos medicamentos encontrados na pesquisa, que posteriormente serão relacionados com a pandemia da Covid-19.

3 DESENVOLVIMENTO

Observou-se um aumento expressivo da depressão nos últimos anos que se agravou com o surgimento da pandemia da Covid-19. Esta se institui como um problema emergente de saúde pública e além disso, trouxe consigo um desafio relacionado à saúde mental de crianças e adolescentes ao redor do mundo (SOUZA, 2022; NEUMANN, 2020).

Os distúrbios de saúde mental acometem cerca de 13,4% de crianças e adolescentes, com destaque para depressão e ansiedade. A probabilidade de manifestação dos sintomas depressivos é cerca de 2,6%, sendo necessário o uso de medicamentos em grande parte dos casos (NEUMANN, 2020). Várias evidências apontam que a piora da saúde mental e o aumento da procura por tratamento pelos jovens está intimamente relacionada à pandemia (STEPHENSON, 2022).

Um estudo realizado na China mostrou que durante o surto da Covid-19 os sintomas depressivos em crianças e adolescentes saltaram de 13,2% geralmente estimados, para 22,28% (DUAN, 2020). Uma pesquisa realizada na Espanha com crianças de 3 a 12 anos evidenciou um aumento de 30% a 40% dos distúrbios comportamentais na etapa de restrição quando comparado ao período de pré-confinamento (SILVA, 2021).

Outra evidência observada na China durante a quarentena, demonstrou que dentre 1036 crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, 112 apresentavam depressão e 68 apresentavam depressão e ansiedade concomitantemente (FIGUEIREDO, 2021).

O Conselho Federal de Farmácia (CFF) evidenciou através de uma pesquisa um aumento de aproximadamente 14% nas vendas de antidepressivos e estabilizadores de humor entre janeiro e junho de 2020 em comparação com o mesmo período do ano anterior. O aumento em números foi de 7,8 milhões de unidades vendidas (CFF, 2020).

Um estudo realizado com 7842 adolescentes inscritos no Adolescent Brain Cognitive Development (ABCD) Study constatou que o aumento no consumo de substâncias como álcool, nicotina, cigarros eletrônicos e psicofármacos possui relação com as restrições impostas na pandemia (PIRES, 2022).

Para o tratamento da depressão em adolescentes, a primeira escolha de antidepressivos são os Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (ISRSs), sendo os mais utilizados: fluoxetina, paroxetina, venlafaxina, sertralina e citalopram (NASCIMENTO, 2022).

Segundo evidências, são considerados mais eficazes e bem tolerados em crianças os Inibidores Seletivos de Recaptação de Serotonina (fluoxetina, sertralina e citalopram) e são indicados pois apresentam menor risco, menos efeitos colaterais e menor chance de toxicidade (MICHELATO, 2007; SOUZA, 2022).

O antidepressivo que aparenta ser a melhor escolha para o tratamento da depressão moderada a grave em crianças e adolescentes é a fluoxetina, associada ou não à terapia cognitiva comportamental (ZHOU, 2020). Além disso, é o único antidepressivo aprovado para o tratamento da depressão infanto-juvenil nos Estados Unidos da América (BARBOSA, 2020).

Segundo os dados de Manitoba Center for Health Policy Repository, o uso de psicotrópicos em menores de 18 anos entre janeiro de 2015 e dezembro de 2020 apresentou redução. Porém, no último trimestre de 2020, a utilização de antidepressivos aumentou e superou as taxas pré-pandêmicas, o que demonstra uma elevação na incidência da depressão (PIRES, 2022).

4 RESULTADOS ESPERADOS

A partir dessa pesquisa almeja-se observar um aumento significativo do consumo de antidepressivos fornecidos pela Farmácia Básica do município de Castelo - ES ao público infanto-juvenil. Estima-se que este crescimento se relacione com a pandemia da Covid-19, visto que haverá comparação com os anos que a antecederam.

Acredita-se que os antidepressivos mais utilizados encontrados na coleta de dados sejam semelhantes aos descritos na literatura para a faixa etária de interesse. Com isso, espera-se que o resultado dessa pesquisa proporcione uma difusão de informações, visando alertar sobre um problema crescente de saúde pública muitas vezes negligenciado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os dados encontrados durante análise da literatura, foi possível constatar que houve um crescimento no consumo de antidepressivos por crianças e adolescentes na pandemia da Covid-19. Porém, os dados referentes a oferta dos medicamentos do Programa da Saúde Mental para crianças e adolescentes no Município de Castelo - ES ainda não foram coletados pelo fato do projeto ainda se encontrar em fase inicial.

6 REFERÊNCIAS

BAHLS, S. C.; BAHLS, F. R. C. Psicoterapias da depressão na infância e na adolescência. Scielo Brasil, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/zCfYGGVp63xghYZ3psN7zSd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2022.

BARBOSA, E. S. S. et al. Antidepressivos utilizados por adolescentes assistidos no centro de atenção psicossocial (caps ii) em cidade ocidental - GO. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 3, n.7, Goiás, 2020. Disponível em: https://zenodo.org/record/4253017#.Yz7_HHbMLIV. Acesso em: 01 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA. Venda de medicamentos psiquiátricos cresce na pandemia. Brasil, set. 2020. Disponível em: <https://cff.org.br/noticia.php?id=6015>. Acesso em: 31 out. 2022.

DUAN, L. et al. An investigation of mental health status of children and adolescents in China during the outbreak of COVID-19. **PubMed Central, Liaoning, China, 2020.** Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7329661/>. Acesso em: 31 out. 2022.

FIGUEIREDO, C. S. et al. COVID-19 pandemic impact on children and adolescents' mental health: Biological, environmental, and social factors. Science Direct, v. 106, Brasil, mar. 2021. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0278584620304875?via%3Dihub>. Acesso em: 31 out. 2022.

LOPES, C. S. Uso de antidepressivos por crianças e adolescentes e o risco de comportamentos violentos e suicidas. Universidade de Coimbra, jul, 2019. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/88359?mode=full>>. Acesso em: 10 maio 2022.

Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar - Maringá, Paraná, 2007. Disponível em: <https://rdu.unicesumar.edu.br/bitstream/123456789/6843/1/rodrigo_chueiri_michelato.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2022.

NASCIMENTO, E. S.; DUARTE, A. L. M. **Covid e Depressão: o reflexo da pandemia na utilização de antidepressivos por adolescência.** Brazilian Journal of Development, v.8, n.6, p. 45381-45396, Curitiba, jun., 2022. Disponível em: <<https://scholar.archive.org/work/3nikwqjzirbpxlhqzqpx7ajnp4/access/wayback/https://brasilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/49209/pdf>>. Acesso em: 01 nov 2022.

NEUMANN, A. L. et al. Impacto da pandemia por Covid-19 sobre a saúde mental de crianças e adolescentes: uma revisão integrativa. ResearchGate, Joinville, jan. 2020. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Luciano-Pinto-2/publication/346440254_IMPACTO_DA_PANDEMIA_POR_COVID-19_SOBRE_A_SAUDE_MENTAL_DE_CRIANCAS_E_ADOLESCENTES_UMA_REVISAO_INTEGRATIVA/links/5fe8809592851c13fec4e137/IMPACTO-DA-PANDEMIA-POR-COVID-19-SOBRE-A-SAUDE-MENTAL-DE-CRIANCAS-E-ADOLESCENTES-UMA-REVISAO-INTEGRATIVA.pdf>. Acesso em: 25 maio 2022.

OLIVEIRA, B. A. **Uso de antidepressivos em adolescentes: uma revisão de escopo.** Repositório Institucional - Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - Campus Diadema, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/58943>>. Acesso em: 20 maio 2022.

PIRES, C. S. et al. **Consumo de psicofármacos entre adolescentes durante a pandemia da COVID-19.** Research, Society and Development, v. 11, n.7, Brasil, 2022. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/30527/26138>>. Acesso em: 31 out. 2022.

ROCHA, G. P. et al. **Orientações ao pediatra sobre o manejo das drogas psicoativas e antiepilépticas.** Scielo Brasil, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/jped/a/WkwF6F3YTTYkWWY7RL384gC/>>. Acesso em: 25 maio 2022.

SILVA, W. C. et al. **Explorando os impactos na saúde mental de crianças durante a pandemia de Covid-19.** International Journal of Development Research, abr. 2021. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Wenderson-Da-Silva/publication/351317238_EXPLORANDO_OS_IMPACTOS_NA_SAUDE_MENTAL_DE_CRIANCAS_DURANTE_A_PANDEMIA_DE_COVID-19/links/60914a19299bf1ad8d786c52/EXPLORANDO-OS-IMPACTOS-NA-SAUDE-MENTAL-DE-CRIANCAS-DURANTE-A-PANDEMIA-DE-COVID-19.pdf>. Acesso em: 26 maio 2022.

SOUZA, A. L. et al. **Prescrição e uso de antidepressivos em adolescentes: uma revisão sistemática.** Scire Salutis, v-12, n. 1, p. 253-261, 2022. Disponível em:

<<http://sustenere.co/index.php/sciresalutis/article/view/6458/3507>>. Acesso em: 31 out. 2022.

STEPHENSON, E. et al. Effects of COVID-19 pandemic on anxiety and depression in primary care: A retrospective cohort study. **J Affect Disord**, Toronto - Canadá, 2022. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8818125/>> . Acesso em: 01 nov. 2022.

TORRES, I. P. et al. Saúde mental de crianças e adolescentes diante da pandemia da Covid-19. **Semana de pesquisa da Universidade Tiradentes de Alagoas, Alagoas, nov. 2021.** Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/al_sempesq/article/view/15133>. Acesso em: 14 maio 2022.

VALENÇA, R. C. P. et al. Prescrição e uso de antidepressivos em crianças e adolescentes - uma revisão da literatura. Brazilian Journal of Development, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/21066>>. Acesso em: 09 maio 2022.

ZHOU, X. et al. Comparative efficacy and acceptability of antidepressants, psychotherapies, and their combination for acute treatment of children and adolescents with depressive disorder: a systematic review and network meta-analysis. Lancet Psychiatry, China, jul. 2020. Disponível em: <<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7303954/>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

**OBESIDADE INFANTIL RELACIONADA À PREDISPOSIÇÃO DE DOENÇAS
CRÔNICAS: UMA RELAÇÃO ENTRE FATORES DE RISCOS E PREVENÇÃO.**

ALTOÉ, Sarah Buzon¹⁹¹
PIN, Giovana Fardin²
SIQUEIRA, Mickaele Dias³
LANDI, Gilbania Rafael⁴

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a obesidade infantil tornou-se um problema de saúde pública, sendo uma doença multifatorial resultante de fatores genéticos, psicossociais, ambientais, nutricionais e alterações metabólicas. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2025, ou seja, em menos de dez anos, se nada for feito, o número de crianças com sobrepeso e obesidade pode chegar a 75 milhões.

(LOPES, *et al.*, 2021).

Diante das repercussões da obesidade sobre o desenvolvimento humano saudável é preciso identificar e valorizar atitudes modificáveis e ações que visem uma melhor qualidade de vida e saúde de crianças a longo prazo.

Assim, Nesta perspectiva, o presente estudo tem como objetivo, através de uma revisão da literatura, não só identificar os fatores biológicos e sociais ligados à obesidade na infância, mas também destacar os aspectos de predisposição à doenças crônicas associadas à obesidade na criança, bem como evidenciar o papel do enfermeiro a partir da identificação das causas, fatores de riscos e formulação de estratégias de manejo e prevenção.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de uma revisão de literatura a fim de reunir e sintetizar resultados de

¹⁹ Graduandos do Curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, giovanafpin@email.com; sarahbaltoe@gmail.com; diasmickaele@gmail.com.

⁴Professor orientador: Enfermeira, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gilbanialandi@professor.multivix.edu.br.

pesquisas sobre o tema abordado. A realização da revisão seguiu as seguintes etapas de realização: Identificação do tema e problema, definição do objetivo, estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão, seleção e análise dos artigos, discussão e apresentação das evidências identificadas. O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados da Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) no período de Setembro de 2022, utilizando-se dos descritores “obesidade pediátrica”, “doenças cardiovasculares” e “fatores de risco”, todos cadastrados no Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). A partir da combinação desses descritores, foram localizados 71 artigos completos, haja visto que para a seleção dos estudos os critérios de inclusão utilizados foram: textos completos disponíveis, publicados na língua portuguesa, com recorte temporal considerado entre os anos de 2017 a 2022, o que resultou em um total de 13 artigos. Realizou-se a leitura dos títulos e resumos das 13 publicações, objetivando diminuir a amostra por meio de critérios de exclusão, portanto, foram excluídos artigos que não correlacionaram-se ao objetivo proposto. Por fim, 8 estudos compuseram a amostra final.

3 DESENVOLVIMENTO

A obesidade na infância é um fator de risco importante para doenças cardiovasculares (DCV), dislipidemia, intolerância à glicose, hipertensão, obesidade na vida adulta e mortalidade prematura. (COSTA *et al.*, 2018). Nesse sentido, no Brasil e no mundo, sendo países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, a obesidade infantil tornou-se emergente nas últimas décadas. Isto é, tornou-se um grave problema de saúde pública sendo considerada como uma adversidade epidemiológica em âmbito mundial.

Dentre as diversas comorbidades associadas à obesidade existem fortes evidências de uma relação entre ela e um processo de inflamação, gerando um impacto negativo na resposta imunológica, processo aterosclerótico e doença cardiovascular. Na infância e na adolescência, o excesso de peso está associado diretamente com o perfil lipídico alterado e as concentrações elevadas de insulina plasmática, além de hipertensão arterial, esse conjunto de eventos pode levar ao surgimento prematuro de doença cardiovascular na vida adulta (FRUH SM, 2017).

Antigamente, os termos “cheinho”, “gordinho” e “criança fofinha” eram sinônimos de criança saudável. Todavia, com o passar dos anos, estudos comprovam inúmeros malefícios da obesidade infantil e, atualmente, tornou-se emergente expor à sociedade os inúmeros fatores de risco relacionados à obesidade no período da infância. Na contemporaneidade a facilidade de fast-food, alimentos ultra processados e industrializados estão cada vez mais presentes nas refeições dos brasileiros e, na infância, não seria diferente, visto que os pais estão cada vez mais ocupados para acompanhar o processo de desenvolvimento dos seus filhos. Por conseguinte, a obesidade vem tornando-se gradativamente um problema de saúde pública. Atualmente, além da alimentação rica em gorduras saturadas, conservantes, carboidratos e alimentos não saudáveis, de modo geral, há também uma diminuição das práticas de atividades físicas, propiciando além da obesidade, doenças cardíacas por decorrência do sedentarismo.

As mudanças de cultura e comportamento da população com relação à alimentação e práticas de exercícios físicos são apontadas como os principais fatores que provocam o aumento de casos de obesidade infanto-juvenil (MELO, *et al.*, 2019). Entretanto, mesmo que seja exposto à sociedade tais complicações, ainda é notório que existe uma resistência às mudanças de hábitos para tal conscientização, uma vez que cada vez mais o sedentarismo tem se tornado comum à população em geral.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem há alguns anos apontado para a incidência de obesidade na infância, que já é um problema de saúde pública. Criança obesa tem 50% de chance de se tornar um adulto obeso, além de ficar sujeita a doenças vasculares. Quase metade da população brasileira com 20 anos ou mais está com excesso de peso e cerca de 10% da população pode ser considerada obesa. Entre crianças de 5 a 9 anos, um terço está acima do peso (MELO, *et al.*, 2019).

O Brasil enfrenta uma grande mudança no consumo de alimentos, que vem prejudicando a condição nutricional da infância e adolescência e promovendo o aumento das doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes. (MELO, *et al.*, 2019). Mediante análise de tais autores, ressalta-se que as mudanças de cultura e comportamento da população com relação à alimentação e práticas de exercícios físicos são apontadas como os principais fatores que provocam o aumento de casos de obesidade infanto-juvenil.

Segundo José Franciscis *et al.* (2017), a exposição a fatores de risco cardiovasculares cada vez mais precocemente nas sociedades modernas tem levado a um impacto desfavorável na saúde da população jovem, particularmente em crianças e adolescentes. As doenças cardiovasculares são associadas a quatro fatores de risco principais: consumo de tabaco, uso abusivo do álcool, hábitos sedentários e alimentação inadequada. Estes fatores geram, na maior parte das vezes, excesso de peso que, por sua vez, aumenta significativamente o risco de hipertensão arterial, diabetes mellitus e doença aterosclerótica. Ressalte-se que o impacto dos fatores de risco para a DCV atinge de sobremaneira populações de jovens cujas famílias têm menor renda e escolaridade.

Ademais, Angélica *et al.* (2019), ressalta que o tratamento da obesidade infantil deve ser feito por profissionais e familiares, uma vez que pais, mães e crianças devem acolher e compreender histórias, conflitos, valores, crenças, conhecimentos e preferências, considerando contexto familiar e social. Para tanto, é necessário domínio, conhecimento e divulgação dessa assistência para contribuir na prevenção e melhora da qualidade de vida das crianças em tais condições.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obesidade infantil é, desta forma, um empecilho ao crescimento e desenvolvimento saudável das próximas gerações, por maus hábitos de vida associados a doenças crônicas. Infere-se, portanto, a necessidade da concretização de ações voltadas ao controle de peso, haja visto que as consequências de tal irregularidade à saúde da população são graves e acometem qualquer faixa etária a nível crônico com a proliferação de distúrbios sistêmicos.

Deste modo, é sabido que meios de promoção e prevenção em saúde relacionam-se de modo interdisciplinar, com foco na educação de saúde através de orientações a serem garantidas e ofertadas pelos profissionais de saúde. Vale ressaltar sobre a necessidade de que todos os cuidados sejam adotados desde o início da vida, com apoio da família, escola e comunidade, requerendo o envolvimento de toda a rede de apoio da criança.

Tais cuidados, de acordo com CLISNEI *et al.* (2017, p. 217-219), envolve a atenção à alimentação, prática de atividades físicas, às mudanças de comportamentos de toda família, associando isso ao espelhamento de ações da criança e ainda, a educação e cuidado da saúde mental impactando no autocontrole e autocuidado.

Como resultado da revisão da literatura, compreende-se os malefícios da obesidade infantil para saúde e os riscos para desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Torna-se nevrálgico mediante ao assunto exposto, segundo Angélica *et al.* (2019) a necessidade de intervir para que haja regressão dos números de indivíduos afetados, o que também refletiria positivamente na queda de casos de doenças adjacentes.

Frente a isso, Angélica *et al.* (2019), se faz necessário o comprometimento dos profissionais de saúde em identificar essa população e junto aos indivíduos que a cercam, estabelecer metas e elaborar planos de cuidado visando a prevenção e o controle da doença. Em síntese, não foi encontrada dificuldade na busca por esse tema e outros que embasam os argumentos citados. Sugere-se continuidade da revisão para apresentar estratégias eficazes e, também, no que diz respeito à assistência de enfermagem no enfrentamento da doença.

6 REFERÊNCIAS

COSTA, Karla Cristina Malta et al. Marcadores ultrassonográficos de risco cardiovascular em crianças obesas. *Revista Paulista de Pediatria*, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpp/a/rWNVsxhqtWPX3GcZKvQrgTw/?format=pdf&lang=>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

DE MELO, Angélica Delmandes et al. A Atuação do Enfermeiro na Obesidade Infantil. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, 2019. Disponível em: <https://revistarebis.rebis.com.br/index.php/rebis/article/view/37>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

DE OLIVEIRA, Maria Rafaela Martins et al. Qualidade da dieta e risco cardiometabólico em crianças e adolescentes com excesso de peso. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, v. 34, 2021. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/10952/pdf>. Acesso em: 15 de setembro de 2022.

Lopes, Angélica, et al., Aspectos gerais sobre a obesidade infantil: uma revisão narrativa. Revista Eletrônica Acervo Científico, v. 37, 2021. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/8993>. Acesso em: 17 de setembro de 2022.

PURNELL, Jonathan Q. Definições, classificação e epidemiologia da obesidade. 2018. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK279167>. Acesso em: 15 de Setembro de 2022.

SARAIVA, José Francisco Kerr et al., Estratégias interdisciplinares na abordagem do risco cardiovascular para combate à obesidade infantil. Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, 2017. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2017/11/875539/sbcm_153_214-220.pdf. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

TORNQUIST, Luciana et al. Risco Cardiometabólico em Crianças e Adolescentes: O Paradoxo entre Índice de Massa Corporal e Aptidão Cardiorrespiratória. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, 2022. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9363058/pdf/0066-782X-abc-119020236.pdf>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

FRUH, Sharon M. Obesidade: Fatores de risco, complicações e estratégias para controle de peso e estratégias para controle de peso sustentável a longo prazo. Jornal da Associação Americana de Profissionais de Enfermagem, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/2327-6924.12510>. Acesso em: 19 de setembro de 2022.

**PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE COSMÉTICOS VEGANOS: OS
DESAFIO PARA PADRONIZAR UM PRODUTO CONFORME
PARÂMETROS RECONHECIDOS POR ENTIDADES
CERTIFICADORAS**

Andreli Miniguite Campos ²⁰¹

Miguel Arcanjo Mauri ¹

Stéphany Dansi ¹

Philippe Ferraz de Souza ²

1 INTRODUÇÃO

Para conceituar o que são cosméticos sustentáveis, é preciso compreender algumas características específicas: são produtos devem ser produzidos com matérias-primas que são recicláveis ou renováveis, ter embalagem leve, biodegradáveis e com usos múltiplos. Ademais, é necessário que não ocorra nenhuma mão de obra escrava envolvida em todos os seus processos produtivos. (DOS ANJOS; DE OLIVEIRA, 2020)

Na prática produtiva, necessariamente, embalagens biodegradáveis, que são constituídas de substâncias orgânicas, de fácil decomposição, devem ser utilizadas; isto é, devem ter o potencial de decompor-se em um ciclo inferior que se associada as embalagens tradicionais. Aplicando essa prática, as indústrias de cosméticos, induzem os consumidores a reciclar. (BERTOLUCI, et.al., 2020)

A amplificação do consumismo em produtos que são desenvolvidos com bases naturais, e de maneira sustentável, alcança os novos valores sociais contemporâneos, que estão concernentes à qualidade de vida, saúde em um todo, ao bem-estar e prazer, à beleza, a estética facial e corporal, a juventude, ser saudável, e outras coisas mais, com suporte do uso de formulações e componentes naturais. (MIGUEL, 2011)

De modo que haja uma preparação para o progresso do mercado de cosméticos e

²⁰ Graduandos em farmácia pela faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

² Especialista em Farmácia Clínica. Graduada em Farmácia. Professor da Multivix Cachoeiro de Itapemirim.

cosmecêuticos naturais, orgânicos ou veganos, empresas de princípios ativos e insumos, bem como os formuladores dos produtos finais, necessitam uniformizar os conceitos implicados nas definições desse ramo de produto.

Na maioria dos países, inclusive o Brasil, não existe um regulamento para produtos cosméticos orgânicos e naturais. Isso acontece devido a temática ser um tanto polemizado, isto é, a elucidação de “cosmético natural” é muito extensa e pode ter inúmeros entendimentos. (FLOR et.al., 2019)

A pesquisa, tem como principal objetivo, seguindo normas e conceitos das autoridades certificadoras nacionais ou internacionais, estabelecer conceitos para padronizar um único regulamento para produção de produtos Veganos no Brasil. Com essa certificação, desenvolver um selo para certificar as matérias-primas que atendem ao regulamento e garantir que os produtores de cosméticos veganos possam produzir composições com garantias concretas para seus consumidores.

Nesse contexto, o trabalho também visa demonstrar a importância que os produtos Veganos representam no mercado de cosméticos naturais e caracterizar seu público alvo.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O trabalho em questão é uma revisão bibliográfica, pois realiza abordagens metodológicas mais amplas, com o uso de revisões de literatura (SOUZA et al, 2017). Essa metodologia objetiva, principalmente, a geração síntese de como os resultados foram adquiridos durante as pesquisas sobre um determinado tema, sistematicamente e ordenadamente, concedendo, dessa forma, múltiplas informações, a fim de possibilitar a compreensão integral de uma realidade estudada (ANDRADE et al, 2017).

A abordagem utilizada nesse trabalho foi qualitativa, pois baseou-se em dados observados, sendo possível realizar a avaliação dos fenômenos que abrangem os seres e suas relações (NASCIMENTO, 2016). Segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa abarca um ponto de vista interpretativo do mundo. Assim, os pesquisadores realizam o estudo das coisas em seus ambientes naturais, a fim de

MULTIVIX

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

FACULDADE MULTIVIX DE CACHOEIRO
Recredenciada pela portaria MEC N° 1.001
de 28 de setembro de 2018, publicada
no D.O.U em 01/10/2018

tentar compreender os significados dos eventos que são conferidos pelas pessoas.

(DENZIN; LINCOLN; 2016)

3 DESENVOLVIMENTO

Os veganos (ou vegans), são indivíduos que se posicionam em discordância a qualquer maneira de exploração animal, desde o consumismo como fonte de alimentação, maneiras de trabalho forçado, componentes em processos e produtos manufaturados, como cosméticos. Até o progresso da ciência utilizando animais em laboratórios; não é aceitável nenhuma forma de entretenimento cujo animais fiquem expostos ou passem por situações de maus-tratos. (TRIGUEIRO; 2013)

O progresso do consumo vegano e vegetariano, é observatório a maneira acelerada que vem ocorrendo. Aproximadamente 4% da população tupiniquim, cerca de 7,6 milhões de indivíduos, englobando vegetarianos e veganos. Considera-se perceptível a ampliação desse nicho mercadológico, já que em anos, eles não tinham nenhum acesso e nem mesmo variedades de produtos e cosméticos já formulados e prontos para uso e consumo; o que não caracteriza o cenário atual, que de uns anos, está cada vez maior e mais propagado, esses consumidores movimentam em media 40% de um mercado que cresce anualmente. (LEITE RIBEIRO, 2019)

Um trabalho envolvendo crianças brasileiras que ficaram expostas a produtos de higiene e alguns cosméticos tradicionais, concluiu que elas têm concentrações significativas de substancias capazes de modificar o sistema endócrino. Isso, quando colocado a longo prazo, as alterações interferem nos sistemas e órgãos. Compostos como metilparabeno e parabenos, foram analisadas em 100% das amostras que foram coletadas, entre elas também foram identificados outras substancias na urina das crianças, como Benzofenonas, triclocarban, triclosan e bisfenol. (ROCHA et al., 2018)

O consumo por essas categorias de produtos, está embasada e ligada a progressiva sofisticação dos negócios e do mercado consumidor, cujo interesse é pelo que é natural e mais saudável, à investida das grandes empresas desse setor, no bloco do “marketing ecológico” e “marketing ambiental”, bem como os indícios demográficos, no sentido do envelhecimento populacional, e também a intensificação do desejo por produtos híbridos terapêuticos, (cosméticos e fármacos), mais conhecidos como cosmecêuticos. (MIGUEL; 2011)

Os sistemas de certificações e instituições apontam cosméticos veganos como aqueles caracterizados por atender os requisitos de não terem sido testados em animais, e de não possuir em sua composição substâncias ou itens cuja sua origem seja animal. (FRANCA; CUTOIAS; 2018)

Os cuidados com a pele, podendo citar protetores solares, maquiagens e produtos de beleza, compõem o mais extenso grupo de indústrias, e também o de maior faturamento anual. As empresas de indústrias fabricantes de óleos, sendo eles óleos essenciais ou aromáticos, totalizam as o maior ramo, e posteriormente as indústrias processadoras de resinoides e misturas odoríferas. (MIGUEL; 2011)

Sustentabilidade tem se tornado uma forte característica das empresas, a destarte quando os problemas ecológicos e sociais começaram a ser considerados. Nos últimos anos a população passou a seguir uma maneira de vida mais natural e sustentável, isso em busca do seu bem social e bem ambiental. (SANTOS; 2020)

Em 1979, a The Vegan Society atualizou a definição de veganismo, cujo seu propósito de vida é na medida do praticável excluir todas as maneiras de crueldade e exploração animal para alimentação, alguns sistemas de certificadorios classificam cosméticos veganos como produtos. (FRANCA; CUSTOIAS, 2018)

O crescimento do interesse da população em cosméticos mais sustentáveis, as organizações tendem a supor seus desejos e suprir suas expectativas, e bater as metas alcançando as demandas do mercado, e alcançando o trajeto do consumidor, progredindo a estratégias bem pensadas, especialmente nas redes sociais, estas são de suma importância para atingir esse público, e fazer uma relação de confiança mais aprofundada entre a marca e o consumidor. Nesse âmbito, os atributos de uma marca se estabelecem tão fundamentais para atração consumista. É valido ressaltar que para alcançar uma maior visibilidade nesse contexto, além das jogadas de marketing, focar nas características físicas do produto e também da marca entregando mais valor para quem escolhe comprar. (MARANGON; 2021)

A Sociedade Vegetariana Brasileira – SBV (2019), divulgou as tendências seguidas pelo aumento de consumo de produtos destinados ao público vegano, conforme as pesquisas de mercado recentes elaboradas por grupos como Mintel e pelo Baum & Whiteman International Food Consultants e Yahoo Food Trends. Conforme as

divulgações, 14% de todos os lançamentos de produtos na Europa são vegetarianos ou veganos. O Lançamento de novos produtos veganos demonstrou um crescimento superior a 100% nos anos de 2013 a 2015. No Brasil este mercado vem crescendo 40% ao ano, apesar da crise. O programa de certificação da SVB também demonstra essas tendências de crescimento, onde com apenas 6 anos de existência já foram registrados mais de 1000 itens veganos de 100 marcas diferentes, sendo essas marcas, em maioria de alimentos e também com uma quantidade significativa de marcas de produtos cosméticos e de higiene. (LEITE RIBEIRO, 2019)

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nos últimos 10 anos, há registros de um crescimento exponencial no interesse sob os produtos cuja rotulagem é denominada “cosmético natural”, e com a biodiversidade, tem-se também um ganho em valor estratégico em cima dos seus prováveis usos econômicos e industriais e econômicos, em diversificados segmentos. Ademais, cresce mundialmente um mercado consumista, e cada vez mais aderente as campanhas de “consumo verde”, ou melhor, dos produtos que são constituídos de base cujo ativo seja natural, nesse contexto, os que são desenvolvidos pela indústria cosmética e outras mais. (MIGUEL, L., 2011)

Trabalhos mostram que, internacionalmente o mercado de produtos naturais de uso e cuidado pessoal, avança anualmente uma média de 8% a 25%. Nesses mesmos trabalhos, porém para o ramo de produtos cujos produtos e base são sintéticos, a taxa de crescimento gira em torno de 3% a 10%. (JONES, A. e DUERBECK, K., 2004).

A preocupação interligada aos cosméticos que são sustentáveis, enquadra desde a composição das formulações dos produtos, dos rótulos e recipientes, as questões sociais e socioeconômicas. Reestabelecimentos de condições trabalhistas, ascensão de vagas trabalhistas a comunidade, qualificação da mão de obra, como uma forma de valorização do capital humano. (ANJOS; OLIVEIRA, 2020)

A amplificação da demanda e procura por produtos desenvolvidos com sua base

natural, vai de encontro a alguns princípios da comunidade atual, que está correlacionada ao bem-estar social, a saúde estética, e aparência saudável, podem ser alcançadas através do uso de princípios ativos cujas formulações são naturais. (LEITE RIBEIRO, 2019)

Buscando fazer uma padronização de conceitos, diversas organizações nacionais e internacionais definem regras e padrões próprios, emitindo certificações para produtos cosméticos que atendam aos conceitos estabelecidos. Essas regras levam em consideração desde a origem das matérias-primas até sua toxicidade e sua biodegradabilidade, incluindo suas reações de síntese e os processos de sua produção. (LEITE RIBEIRO, 2019)

Neste nicho de mercado, algumas organizações decidem desenvolver uma padronização própria para identificar os cosméticos que não foram testados em animais e não utilizam matérias primas de origem animal. Geralmente, esses produtos são rotulados com um selo com a letra V e com uma figura de um coelho, relacionados a instituição cruelty-free, ou por qualquer outro símbolo definido pela empresa. (FLORet.al., 2019)

Em tal caso, as empresas têm em vista que solução é sinônimo de negócios. Uma boa gestão administrativa e corporativa, bem como transparência tem possibilitado que as empresas que seguem esse parâmetro de base sustentável, esteja em um patamar mais elevado, com relação a outras empresas, podendo citar como exemplo, a bolsa de valores. (ANJOS; OLIVEIRA, 2020)

Em 2013, foi formado o selo vegano, por meio de um programa de certificação, esse selo atribui a vários ramos distintos de produtos, como de limpeza, higiene e os cosméticos. Esse selo é garantido e reconhecido em todo território nacional. Esse selo pode ser concedido a qualquer indústria que solicitar, já que está atribuído a cada produto, e não a marcas ou empresas. (LEITE RIBEIRO, 2019)

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das padronizações do que é um cosmético vegano e das definições de diversas entidades que estabelecem critérios para produtos veganos, não é possível

unificar todos os conceitos em uma única definição. Ainda se trata de um tema pouco conhecido, apesar da crescente ingressão de indivíduos nesse estilo de vida.

Não existe uma convergência entre os países para a criação de uma regulamentação internacional, o que acaba fazendo com que em que cada país se tenha suas próprias regras para o conceito.

Ainda é necessário um certo interesse por parte governamental, e também de algumas associações dos países para que um documento de tal magnitude seja desenvolvido. Tendo em vista a ascendência de indivíduos aderentes a esse estilo de vida, é indubitável que em um determinado transitório essa padronização seja produzida.

7 REFERÊNCIAS

- BERTOLUCI, Raquel Silveira et al. **Cosméticos Veganos**. Uninassau. João Pessoa, p. 45, 2020.
- DENZIN, N. K; LINCOLN, I. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006
- DO NASCIMENTO, Francisco Paulo. **“Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática – como elaborar TCC”**. Brasília: Thesaurus, 2016
- ANJOS, Beatriz Furtado; DE OLIVEIRA, Danilo Sampaio. **Cosméticos sustentáveis: quais fatores influenciam o consumo destes produtos? International Journal of Business Marketing**, v. 5, n. 1, p. 36-54, 2020.
- SANTOS, Luiza França Lopes. **Uma perspectiva sobre os cosméticos orgânicos, veganos e naturais**. São Paulo - SP, 2020.
- FLOR, Juliana; MAZIN, Mariana Ruiz; FERREIRA, Lara Arruda. **Cosméticos naturais, orgânicos e veganos**. *Cosmetics & Toiletries*, v. 31, p. 31-36, 2019.
- FRANCA, Vila; CUSTOIAS, Camilla. **Percepção de produtores de cosméticos verdes e consumidores sobre a certificação natural, orgânica e vegana no contexto da Nova Economia Institucional**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- LEITE RIBEIRO, Ursula. **A ascensão do consumo ético de produtos**
Comissão Científica

vegetarianos e veganos no mercado brasileiro. Observatório de la Economía Latino americana, n. julio, 2019.

MARANGON, Thais Claudia. **A relação do público-alvo com o marketing sensorial das marcas de cosméticos veganas: uma análise comparativa.** 2021.

MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. **Metodologia Científica.** 2. ed., São Paulo: Atlas, 2022.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559770670/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

MIGUEL, Laís Mourão. Tendências do uso de produtos naturais nas indústrias de cosméticos da França. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, p. 1-15, 2011.

TRIGUEIRO, Aline. Consumo, ética e natureza: o veganismo e as interfaces de uma política de vida. **INTERthesis: Revista Internacional Interdisciplinar**, v. 10, n. 1, p.237-260, 2013.

PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO UMA POSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO NAS ESCOLAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wallace Rafael Destefani Vidigal²¹

Gustavo Borges Barreto²

Ana Carolina Dias Machado³

Thiago Pereira Machado⁴

1 INTRODUÇÃO

Segundo Souza et al. (2019), o plantão psicológico corresponde a uma forma de intervenção, na qual o plantonista está disponível para acolher situações de emergências que objetiva a atender demandas de ajudas psicológicas, sendo um serviço de intervenção que pode ser aplicado em vários contextos, dentre esses o contexto escolar.

Desse modo os atendimentos geralmente são curtos, normalmente podendo dura no máximo 5 sessões, onde depois são realizados os devidos encaminhamentos se caso necessário. O plantão no contexto escolar e um serviço que pode ser ofertado a toda a instituição escolar incluindo: alunos, funcionários da escola, professores, coordenação pedagógica e pais de alunos (TASSINARI, 2012 apud SOUZA et al. 2019). Portanto, buscaremos com esse trabalho descrever o nosso relato de experiência sobre os plantões psicológicos realizados na escola EEEFM Lions Sebastião de Paiva Vidaurre.

2 METODOLOGIA

Num primeiro momento foi realizado uma pesquisa bibliográfica em sites virtuais, relacionados a prática de plantões psicológicos nas escolas. Em um segundo momento foi ofertado os plantões psicológicos nas instalações da escola EEEFM Lions Sebastião de Paiva Vidaurre, onde estivemos disponível 1 vez na semana, no período de setembro a novembro.

3 DESENVOLVIMENTO

²¹ Graduando do Curso de Psicologia, da Multivix Castelo, destefaniwalace@gmail.com

² Graduando do Curso de Psicologia, da Multivix Castelo, gustavo_borges@hotmail.com

³ Graduanda do Curso de Psicologia, da Multivix Castelo, psicarolinadmachado@hotmail.com

⁴ Professor Orientador: Mestre em Psicologia Institucional, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-Castelo/ES, thiagopmachadopsi@gmail.com Comissão Científica

3.1 O PAPEL DAS(OS) PSICÓLOGAS(OS) NAS ESCOLAS

A escola é um ambiente amplo de socialização, onde as crianças começam a ter contato com uma visão e uma perspectiva diferente de sociedade, portanto “[...] A escola constitui-se espaço amplo de socialização que busca favorecer experiências e a produção de conhecimento para a vida, integrando crianças e jovens às principais redes sociais importantes para a sua formação.” (CFP, 2019, p.24).

Entretanto, o papel da(o) psicóloga(o) na escola vai além de uma perspectiva clínica, onde a(o) psicóloga(o) deve buscar: “Romper com a patologização, medicalização e judicialização das práticas educacionais nas situações em que as demandas por diagnósticos fortalecem a produção do distúrbio/transtorno, da criminalização e da exclusão.” (CFP, 2019, p.54). Desse modo a(o) psicóloga(o) no contexto educacional deve buscar intervenções desenvolvendo sempre um trabalho com toda a comunidade escolar.

A(O) psicóloga(o), no contexto educativo, ao conhecer as múltiplas determinações da atividade educacional, pode focar mais adequadamente determinadas áreas de intervenção e desenvolver um trabalho envolvendo toda a comunidade escolar - professores, pais, funcionários, estudantes. Qualquer trabalho realizado com um desses segmentos deve ter como princípio a coletividade, visando a o bem de todos e todas. (CFP, 2019, p.43).

Sendo assim a(o) psicóloga(o) escolar deve trabalhar com uma perspectiva crítica, considerando fatores históricos, sociais, econômicos e políticos, onde irá trabalhar mediando e proporcionando reflexões além da busca de intervenções que envolva toda a comunidade escolar.

Nessa perspectiva, a(o) psicóloga(o) avança na compreensão desse processo quando o analisa a partir de condições histórico-sociais determinadas. Sua superação depende de ação que envolva os diferentes aspectos do processo de escolarização: relações familiares, grupos de amigos, práticas institucionais e contexto social. A complexidade do processo de escolarização, numa sociedade marcada pela desigualdade, é refletida nas condições de acesso e permanência nas escolas. Portanto, essa desigualdade precisa ser considerada, não como elemento acessório da subjetividade humana, mas sim como a base social de sua constituição (SOUZA, 2002). Dessa forma, a análise das práticas escolares centra-se nas relações institucionais, considerando o contexto social e histórico em que é produzido o processo de escolarização. (CFP, 2019, p.45)

Desse modo podemos considerar a psicologia escolar e educacional como:

[...] Um projeto educacional que vise a coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e constitua relações escolares democráticas, que enfrente os processos de

medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social. (CFP, 2019, p.26)

3.2 PLANTÃO PSICOLÓGICO COMO UMA MODALIDADE DE ATENDIMENTO NAS ESCOLAS

O plantão psicológico surgiu como uma modalidade de atendimento e intervenção que pode ser ofertado a toda a comunidade escolar, onde de acordo com Bezerra (2014) o plantão psicológico pode ser considerado um serviço exercido por uma psicóloga(o) ou estudante de psicologia, no qual irão se disponibilizar em determinados locais, para atender pessoas que procuram o atendimento de forma espontânea, a partir de demandas emergentes relacionadas ao campo psicológico.

No entanto, o plantão psicológico pode ser realizado através de uma ou mais consultas, onde o profissional estará à disposição para ouvir e ajudar as pessoas a compreender melhor sobre os seus sentimentos, envolvidos nessa situação, e caso necessário realizar o encaminhamento para outros profissionais.

De acordo com Tassinari (1999) o plantão psicológico é um atendimento realizado em uma ou mais consultas, a depender da pessoa que procura. Tem objetivo de receber qualquer tipo de pessoa no momento de crise, para ouvi-la e ajudá-la a compreender melhor os seus sentimentos diante da situação vivenciada e, se for identificado pelo profissional uma demanda que exige um cuidado maior, é feito o encaminhamento a outros serviços. O plantão é uma prática que se completa em si e se baseia basicamente em uma procura espontânea do próprio cliente ao serviço que pode ser implantado em diversas instituições e locais com dias e horas definidos, de acordo com o ambiente. (MACHADO et al. p.2)

Nesse sentido de acordo com Mahfoud et al. (2012) deve ser realizado encaminhamentos para outros profissionais quando os atendimentos visam uma mudança estrutural no jeito de ser de uma pessoa, de modo que fosse necessário um tempo maior para que essa mudança aconteça, ou seja, uma mudança estrutural até poderia acontecer no espaço do plantão, porém o plantão psicológico tem como um dos principais objetivos mobilizar o indivíduo a mudanças situacionais, que estejam ligadas as demandas emergentes de cada indivíduo.

Contudo, pode se observar a importância do plantão psicológico nas escolas, [...] considerando a escassez de atendimentos ofertados pelo setor público e enfatizando também a falta de informações acerca do assunto, o que dificulta ainda mais o acesso dos estudantes ao atendimento psicológico [...] (CAUTELLA, 1999 apud MACHADO et

al. p.4).

Num primeiro momento a criança ou adolescente pode sentir um certo espanto, e ter um pouco de dificuldade para trazer as suas demandas e questões, já que é uma experiência nova para eles, porém ao decorrer do processo de atendimento eles começam a se sentir mais seguros e livres a trazer a suas demandas, de modo a avançar com mais segurança nessa experiência.

Normalmente, no primeiro contato com o plantonista, a criança sente certo espanto por não estar acostumada a exercer o poder de ser dentro de si mesma, dirigí-lo, torná-lo único e individual, de forma que, chega curiosa e desconfiada, porém, na medida em que se sente mais segura e livre na situação terapêutica, avança com mais segurança nessa experiência.[...] (ALMEIDA et al. p.3)

Desse modo e muito importante repropor continuamente a proposta de plantão psicológico, pois segundo Mahfoud et al. (2012):

[...] Mesmo que algumas pessoas dêem indícios de que já entenderam, outras podem continuar insistindo numa compreensão errada da mesma, como por exemplo alunos pedindo nossa interferência direta quanto a problemas com professores ou direção, e professores ou diretoria pedindo nossa ajuda para aqueles que julgam ser alunos problema. Ter firme uma postura que confirme e reafirme a proposta inicial é elemento fundamental para mantê-la, além de intervir diretamente, quando necessário, para explicitá-la de modo claro e eficiente. (MAHFOUD et al. 2012, p. 93).

4 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O projeto de plantão psicológico foi implantado na escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Lions Sebastião de Paiva Vidaurre, instituição essa que fica localizada na Praça Adrião Coelho Filho, Nº 18 - Dr. Luiz Tinoco da Fonseca, Cachoeiro de Itapemirim – ES, o projeto surge após uma professora relatar que os alunos estavam se sentindo mais ansiosos, mais agitados e mais desmotivados após o retorno das aulas no modelo totalmente presencial, desse modo o plantão psicológico

e criado com intuito de auxiliar os alunos, professores e funcionários dessa instituição nesse momento delicado de retorno as aulas presenciais.

Os plantões foram realizados por 3 graduandos de Psicologia da Faculdade Multivix de Castelo-ES, Ana Carolina Dias Machado, Gustavo Borges Barreto e Wallace Rafael Destefani Vidigal, sob orientação e supervisão do psicólogo e professor, mestre em Psicologia Institucional Thiago Pereira Machado da Instituição de ensino Faculdade Multivix de Castelo-ES.

Desse modo o plantão psicológico é focado no acolhimento de demandas espontâneas, onde o aluno ou profissional da instituição não pode ser forçado a procurar o serviço. Nesse sentido o papel exercido pelos plantonista é o de acolher demandas espontâneas e de realizar o manejo de crises. A instituição sempre se mostrou a disposição do projeto auxiliando no que foi necessário, como salas, horários, disponibilidades para que acontecesse os plantões e os acolhimentos, o que facilitou muito a nossa atuação, porém vale ressaltar que a instituição ainda tem a visão de que as questões que permeia a escola, tanto emocionais, quanto de aprendizagem partem dos alunos, tendo em vista que no período que estivemos na escola nenhum professor ou funcionário da instituição procurou o serviço, mesmo sendo deixado claro desde o começo que o plantão também era aberto a todos os funcionários que atuam no local.

O Plantão ocorreu sempre as terças-feiras, das 14:00 às 16:00 horas, e o público delimitado foram os alunos dos 9º ano, conforme demanda da instituição, antes de darmos início aos plantões, fomos nas duas salas de 9º ano para nos apresentarmos para as turmas e explicar o que era um plantão psicológico, qual era seu objetivo, como o plantão iria funcionar e para criar um vínculo inicial com os alunos. Nesse primeiro momento com os alunos já houve a necessidade de um manejo de crise, pois uma das alunas desenvolveu uma crise de ansiedade. No início os alunos aparentaram uma boa adesão aos plantões, porém a maioria ficou receoso ao procurar o serviço, os que procuraram foram por conta de crises de ansiedade, para desabafar sobre os problemas pessoais ou por curiosidade sobre o serviço, mesmo atendendo especificamente os 9º ano, surgiu algumas demandas de crise de ansiedade de outras turmas, que também foram acolhidas. Por conta da metodologia de um plantão psicológico, não houve encaminhamentos, já que eram alunos que muitas vezes vinham para o atendimento, com uma necessidade momentânea e que não é preceito do plantão remarcar o

atendimento, visto que os plantões psicológicos têm objetivo de acolher demandas espontâneas. Além dos plantões, pensando numa criação de vínculo com os alunos, nos propusemos a fazer oficinas com as turmas de 9º ano, levantando tema identificado como necessário a ser debatido, a oficina realizada foi sobre “A importância de uma relação saudável com a tecnologia”, onde fizemos uma roda de conversa com os alunos e conversamos sobre o tema em grupo.

Podemos concluir que na sua grande maioria as demandas apresentadas pelos estudantes durante os plantões psicológicos, tem relação direta com o convívio e relacionamento com os pais, uma dificuldade de abertura para falar sobre o que estão sentindo para os seus familiares e uma falta de apoio emocional e de atenção por parte dos pais para com os seus filhos, na maioria das vezes quando perguntados se eles conversam sobre o que estão sentindo ou se falam sobre o tema levantado no atendimento com os pais as respostas eram, “eu não quero causar problemas”, “não quero causar preocupação”, “eles não entendem”, “acham que é bobeira”, entre outras.

O Projeto deu-nos muita experiência tanto prática quanto teórica, tendo em vista que levantou várias questões para darmos continuidade em futuras pesquisas e estudos, como a importância da presença dos pais na vida e no desenvolvimento dos filhos tanto para a sua saúde mental quanto para o seu desenvolvimento escolar, como as questões sociais e afetivas invadem e influenciam o ambiente de ensino e aprendizagem e como é importante ter profissionais de psicologia nas instituições de ensino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plantão psicológico se caracteriza como uma modalidade de atendimento, que pode ser ofertadas nas instituições de ensino por psicólogas(os) e estagiários de psicologia, com objetivo de oferecer um espaço de acolhimento para toda a comunidade escolar, de modo que segundo Mahfoud et al. (2012) o psicólogo neste serviço não está ali a procura de solucionar um problema, mas buscar estar acolhendo a pessoa e fazendo uma escuta ativa das suas demandas emergentes, buscando ajudar a pessoa a lidar melhor frente a determinada situação.

No entanto, faz necessário reiterar a importância de se implementar serviços de plantões psicológicos nas instituições de ensino, principalmente após o retorno das aulas

presenciais, visto que esse momento de volta as aulas presenciais após dois anos de pandemia, pode estar sendo muito delicado para os alunos, como foi possível observar através da experiência relatada. Desse modo concluímos que a prática de plantões psicológicos traz inúmeras vantagens para a comunidade escolar, sendo uma porta de entrada para a oferta e expansão de serviços de atenção psicológicas nas instituições de ensino.

6 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. C. De. A; BEZERRA, A. E. A; FILHO, V. F. C; FERNANDES, M. C; GONZAGA, B. J. C; MOTA, T; SOUZA, S. **Plantão psicológico: Uma escuta no contexto educacional**. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes; Departamento de Psicologia; PROBEX. Acesso em: 27 Ago. 2022.

BEZERRA, Edson do Nascimento. **Plantão psicológico como modalidade de atendimento em Psicologia Escolar: limites e possibilidades**. Estud. pesquis. psicol., Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 129-143, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812014000100008#:~:text=Assim%2C%20podemos%20compreender%20o%20Plant%C3%A3o,com%20essa%20procura%20espont%C3%A2nea%20que
Acesso em: 27 Ago. 2022.

Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para a atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Edição Revisada Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cfp.org.br/>. Acesso em: 27 Ago. 2022.

MACHADO, M. B. Y; ALMEIDA, L. M. P; SOUZA, H. J. Q. De; CRUZ, E. R. M; CÂMARA, C. M. F. **Plantão psicológico na escola: Um relato de experiência**. VI Congresso nacional de educação. Acesso em: 27 Ago. 2022

MAHFOUD, M; DRUMMOND, D.M; BRANDÃO, J.M; SILVA,R.O. **Plantão Psicológico na escola: presença que mobiliza**. In: MAHFOUD, M; DRUMMOND, D.M; WOOD, J.K; BRANDÃO, J.M; ROSENTHAL, R.W; SILVA,R.O; CURY, V.E; CAUTELLA JUNIOR,W. **Plantão Psicológico: novos horizontes**. São Paulo, Companhia Ilimitada, 2º edição, 2012.

SOUZA, L. F. Da. C; LIMA, M. C. Da. S; PEIXOTO, S. P. L; TAVARES, M. G. **O plantão psicológico praticado na escola sob a perspectiva da abordagem centrada na pessoa: Uma revisão narrativa.** Ciências Humanas e Sociais, Alagoas, v. 5, n. 2, p. 65-78, Maio 2019. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/fitshumanas/article/view/6618>. Acesso em: 27 Ago. 2022.

SEGURANÇA DO PACIENTE: ERRO NA ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO AMBIENTE HOSPITALAR

Emanuelly Sousa Zambe¹

Gabriel Silveira de Lima²

Roberta Rodrigues³

Cristiane Bittencourt Felício Santos⁴

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o oitavo boletim publicado pela Anvisa (2020), uma pesquisa sucedida em cinco hospitais públicos de ensino das regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil verificou 1.500 erros de medicação pertinentes à administração de fármacos, esclarecendo que 30% das doses administradas continham certo dano. O erro de medicação é compreendido como um caso adverso evitável, temporal ou permanente, advindo de qualquer fase da terapia medicativa, que pode ou não gerar males ao paciente (MANZO et al., 2019).

Os erros de medicação podem ser considerados: erro de prescrição, de dispensação, omissão, horário, dose, preparo, administração. A enfermagem é vista como central barreira de evitar erros associado ao uso de fármacos por ser, na maior parte das circunstâncias, o profissional que faz o processo de administrar determinados medicamento (MANZO et al., 2019 e ARGOLO, 2017). Assim, esta revisão de literatura tem por objetivo, identificar os fatores associados ao erro de administração de medicamento e determinar medidas preventivas e promoção de segurança dos

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, manu.zambee14@gmail.com;

² Graduando do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, Gabsl19biel@gmail.com;

³ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro da Faculdade Multivix de Cachoeiro de Itapemirim-ES, robertarodrigues38370@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Bacharel em enfermagem, Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Bacharel em Enfermagem, Especialista em Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva Geral e Coronariana, Especialista em Captação, Doação e Transplantes de Órgãos e tecidos, Especialista em docência do ensino superior, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, cristiane.santos@multivix.edu.br. Cachoeiro de Itapemirim-ES, novembro de 2022.

pacientes, a fim de, reduzir o aumento destes graves incidentes no ambiente hospitalar.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo exploratório de revisão bibliográfica sistemática com abordagem qualitativa. O levantamento bibliográfico foi realizado durante os meses de março a junho de 2022, nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), Google Acadêmico e Ministério de Saúde utilizando os descritores, “administração de medicamento”, “Erros de medicamento”, “Segurança do paciente”, “Protocolos de segurança”, “Cuidados de Enfermagem”, todos cadastrados no Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram encontrados 20 artigos. Após leitura exploratória, foram selecionados 11 para o estudo. Como critério de inclusão foram selecionados apenas estudos nacionais que abordavam a temática restritamente. Após a seleção dos artigos, procedeu-se leitura seletiva, analítica e interpretativa dos textos com a finalidade de ordenar as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitassem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa.

3 DESENVOLVIMENTO

A administração de medicação caracteriza-se como um processo multidisciplinar, porém, é reservada à equipe assistencial em duas relevantes fases: preparo e administração deste medicamento. Estas etapas exigem que a equipe tenha habilidades e conhecimento técnico e científico dos medicamentos utilizados, por isso os enfermeiros são responsáveis pela preparação e administração dos mesmos, e devem compreender seus efeitos no organismo e acompanhar ou monitorar as respostas no paciente. Embora os benefícios do uso desses fármacos sejam reconhecidos, deve-se ter cuidado com sua composição, pois, pode apresentar riscos potenciais para efeitos não intencionais ou seja, "efeitos adversos" (CASSIANI et al., 2020).

Como citado acima a administração de medicamento envolve várias etapas, a responsabilidade de que todas sejam executadas de forma assertiva, é da equipe

multiprofissional, porém é a enfermagem, responsável pela preparação e aplicação de medicamentos. Sendo a administração, algo natural à categoria, que atua na maior parte à beira do leito, deve-se assim, evitar eventos adversos, já que o erro nesta etapa causado por este profissional, pode trazer riscos à vida do cliente, aumentar seu tempo de internação ou levar a morte. Um dos grandes desafios, na atualidade, é prestar um cuidado seguro, efetivo, oportuno e individualizado, uma vez que, com os avanços tecnológicos e científicos, e a inclusão de técnicas cada vez mais complexas, tem potencializado os riscos à segurança do paciente (MANZO et al., 2019).

Nesse sentido, observou-se que os erros no processo de medicação persistem em muitos locais de saúde, principalmente nos hospitais, Em todas as etapas: na prescrição de medicamentos, na dispensação pela farmácia e durante o preparo e gerenciamento de medicamentos. Entre os erros relacionados à administração, os erros mais comuns são erros de omissão, erros relacionados à via de administração, erros relacionados ao horário, erros devido ao preparo incorreto, altas demandas no trabalho, falta de comunicação, não utilização dos protocolos entre outros (CASSIANI et al., 2020).

Em estudo de Leite et al. (2019) na Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), um em cada 10 pacientes acompanhados em ambiente hospitalar apresentou algum tipo de evento adverso. Erros de medicação prejudicam aproximadamente 1,3 milhão de pessoas a cada ano e podem levar a até 1 morte por dia.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) criou um sistema de trabalho em 2002 para avaliar sistematicamente a segurança do paciente nos serviços de Saúde. Para isso, em 2005, a Federação Mundial para a Segurança do Paciente, agora denominado Programa de Segurança do Paciente, que estabelece diretrizes, divulgação e incentivo a pesquisa baseada em evidências científicas e usa as melhores práticas para a necessidade de segurança sanitária. No que diz respeito ao uso desses fármacos, o movimento se desenvolveu no Brasil e criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que tem como missão proteger e promover a saúde, e segurança de produtos e serviços sendo uma importante iniciativa nacional (CASSIANI et al., 2020 e BRASIL, 2014).

Diante da urgência, a ANVISA adquiri informações qualificadas sobre o funcionamento dos itens de saúde utilizados no Brasil, foi criada a Rede Brasileira de Hospitais Sentinelas para notificar ocorrências adversas e petições técnicas sobre produtos de saúde, sangue e hemoderivados, materiais e equipamentos médico-hospitalares (CASSIANI et al., 2020).

Conforme, Santos et al. (2019), prescrições ilegíveis, falta de dados relevantes e múltiplos medicamentos foram fatores de risco para erros de medicação. Os erros cometidos não são apenas atribuíveis aos profissionais que executam, mas também estão relacionados aos processos organizacionais que levam a erros.

O processo de dosagem tem impacto significativo na carga de trabalho do profissional, e descontinuidades no processo podem ocorrer devido a interrupções pela própria equipe ou até mesmo por familiares trazendo novas demandas aos 5 profissionais, podendo distraí-los, assim, fazendo com que eles cometam erros (MAGALHÉES et al., 2019). Também a má integração entre as equipes multidisciplinares dificulta o atendimento seguro, pois a falta de comunicação entre os profissionais pode levar a erros no processo (COSTA et al., 2019). Dessa forma, a interação e comunicação é de grande importância, pois são capazes de discutir esses eventos, facilitando o aprendizado da equipe e as medidas de prevenção de erros (BOHOMOL; OLIVEIRA, 2018 e PIRES et al., 2017).

Sabe-se que há necessidade de manter-se atualizado, com técnicas aprimoradas para garantir a segurança do paciente. A taxa de erro durante o preparo do medicamento é superior a 70%, o que se refere à segurança microbiana durante o preparo e administração do medicamento. Ressalta-se a necessidade de trocar as agulhas após o preparo do medicamento antes da administração, mantendo assim a integridade do sistema de infusão e não expondo a contaminação externa; esterilizar o frasco durante o preparo do medicamento; manter o tempo correto de infusão e preparo da solução, mantendo assim sua capacidade terapêutica. A identificação correta do paciente com pelo menos dois dados explícitos em sua identificação como, nome completo e data de nascimento, Padronização institucional de abreviaturas, Conciliação medicamentosa na admissão do paciente e sempre que necessário, Conhecimento sobre histórico de alergia e sinalização dessa informação em todas as etapas do

cuidado são meio de prevennir o acontecimentos destes erros (FASSARELLA; BUENO e SOUZA, 2020).

Para Araújo et al. (2019) nos trazem algumas das estratégias que a OMS tem apontado na prevenção de erros: realizar um levantamento anual dos medicamentos, orientar os profissionais, reduzir o número de prescrições orais, ler rótulos, entender o papel de medicamentos e garantir a legibilidade das prescrições. Em algumas instituições, observa-se o uso de prescrições eletrônicas como forma de garantir sua legibilidade.

O emprego de materiais para a verificação da proteção do paciente como o check list auxilia na pesquisa do processo de ações básicas de precaução durante a aplicação de fármacos (ARAÚJO et al., 2019). Outro modelo de amparo é a dupla checagem, efetivada no decorrer do aprazamento das terapias, além dela, a prescrição escrita e a identificação das substâncias contendo informações do cliente, conforme a concentração é papel do profissional a conferir a medicação também são ações de bloqueio na prevenção de erros (JULCA et al., 2018).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento adquirido com esta pesquisa reforça a necessidade de se desenvolver programas educacionais que elucidem o que são os erros de medicação, discutindo cenários para entender as causas do problema e propostas de melhoria. A administração dos serviços de saúde deve estar voltada a desenvolver um sistema de trabalho para reduzir ou eliminar as barreiras para a notificação dos erros de medicação, focando a segurança do paciente como um padrão de alta qualidade da assistência à saúde.

5 REFERÊNCIAS

ANVISA, **Boletim de Farmacovigilância aborda erros de medicação - cosmetovigilância** - Anvisa. Anvisa.gov.br, 2020. Disponível em: <<http://antigo.anvisa.gov.br/resultado-de->

busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_> Acesso em: 15 maio 2022.

ARAÚJO, Patrícia *et al.* **Instrumento para avaliação da segurança na administração de medicamentos: construção e validação.** *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. 2, p. 329–336, 2019. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/reben/a/tcsswCDngjtPvMcvPnFRkjb/?format=pdf&lang=pt>>
acesso em: 27 de maio 2022.

ARGOLO, Eliana. **Enfermagem é principal barreira para evitar erro relacionado ao uso de medicamento - IBSP - Instituto Brasileiro para Segurança do Paciente.** IBSP - Instituto Brasileiro para Segurança do Paciente, 2017. Disponível em:< <https://segurancadopaciente.com.br/opinioao/enfermagem-e-principal-barreira-para-evitar-erro-relacionado-ao-uso-de-medicamento/>> Acesso em: 15 maio 2022.

BOHOMOL, Elena ; OLIVEIRA, Cristiane Batista. **Conhecimento da Equipe de Enfermagem sobre erros de medicação: estudo Survey descritivo.** *Enfermagem em Foco*, v. 9, n. 1, 2018. Disponível em:
<<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/1253#:~:text=Os%20participantes%20responderam%20a%20um,os%20notificar%20por%20temerem%20repres%C3%A1lias.>>. Acesso em: 25 maio. 2022.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ AGÊNCIA **NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA Segurança do Paciente.** [s.l.: s.n.], 2014. Disponível em:
<https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>. acesso em: 24 maio 2022.

CASSIANI, Silvia Helena De Bortoli, OLIVEIRA, Regina Celia. **Administração de medicamentos, erros de medicação e segurança do paciente.** *Revista Mineira de Enfermagem*, v. 15, n. 2, p. 163–164, 2020. Disponível em:<
<https://www.reme.org.br/artigo/detalhes/20>> Acesso em: 24 maio 2022.

COSTA, Maria José. **Atuação do enfermeiro na equipe multiprofissional.** *Revista Brasileira de enfermagem, Revista*, v. vol.31, n. 3ª, p. 1-19, 1 jan. 2019. Disponível em: scielo. Acesso em: 24 maio 2022.

JULCA, Carla Susana Martinez *et al.* **Utilização de barreiras de segurança no preparo de drogas vasoativas e sedativos/analgésicos em terapia intensiva pediátrica.** Cogit. Enferm. (Online), 2018. Disponível em:
<<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-984296>>. Acesso em: 23 maio 2022.

LEITE, Karoline, RIBEIRO, Valeska F, CARVALHO, Josiane S. **Ferramentas tecnológicas para prevenção dos erros de medicação no ambiente hospitalar.** Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde. Disponível em:
<<https://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/8225>>. Acesso em: 25 de maio 2022.

MAGALHÉES, Ana Maria *et al.* **Administração de medicamentos- carga de trabalho de Enfermagem e segurança do pacientes em unidades clínicas hospitalares.** Revista Brasileira de Enfermagem, v. 72, n. 1, p. 183–189, 2019. Disponível em:<<https://www.scielo.br/j/reben/a/gvCYG77TdpqH4PPxZ6kXj4h/?format=pdf&lang=en>> acesso em: 26 maio 2022.

MANZO, Bruna *et al.* **Segurança na administração de medicamentos: Investigação sobre a prática de enfermagem e circunstâncias de erros.** Enfermería Global, v. 18, n. 4, p. 19–56, 2019. Disponível em:<https://scielo.isciii.es/pdf/eg/v18n56/pt_1695-6141-eg-18-56-19.pdf> Acesso em: 24 de maio de 2022.

SOUZA, Evandro Cosme Castro, BUENO, Andressa Aline Bernardo, FASSARELA, Cintia Silva. **Segurança do paciente no ambiente hospitalar: os avanços na prevenção de eventos adversos no sistema de medicação.** Revista Rede de Cuidados em Saúde, p. 1-8, 2020. Disponível em:
<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/racs/article/view/1897>. Acesso em: 26 maio 2022

SÍFILIS CONGÊNITA E NEUROSSÍFILIS

PINHEIRO, Gabriela Ramiro

²²SANTOS, Gabriela Tinoco Barros

RODRIGUES, Raphael Cardoso

1. INTRODUÇÃO

A sífilis é considerada uma infecção sexualmente transmissível (IST) e seu agente etiológico é a bactéria *Treponema pallidum*. A transmissão vertical da sífilis é considerada um grande problema de saúde pública no Brasil, pois é a doença que possui as maiores taxas de transmissão no ciclo grávido-puerperal, segundo o Ministério da Saúde – SVS – Programa Nacional de DST e Aids, e pode apresentar várias manifestações clínicas e diferentes estágios (sífilis primária, secundária, latente e terciária).

A sífilis primária é caracterizada por feridas no local de entrada da bactéria (pênis, vulva, vagina, ânus, boca, ou outros locais da pele), que aparecem entre 10 e 90 dias após o contágio. Na sífilis secundária os sinais e sintomas aparecem entre 6 semanas e 6 meses do aparecimento da ferida inicial e após a cicatrização espontânea, sendo manchas no corpo, principalmente, nas mãos e planta dos pés, podendo surgir ínguas. Na sífilis latente, não aparecem sinais ou sintomas, sendo dividida em sífilis latente recente, com menos de 1 ano de infecção, e sífilis latente tardia, com mais de 1 ano de infecção. A duração é variável, podendo ser interrompida pelo surgimento de sinais e sintomas de forma secundária ou terciária.

A sífilis terciária pode surgir de 2 à 40 anos depois do início da infecção, costuma apresentar sinais e sintomas, principalmente lesões cutâneas, ósseas, cardiovasculares e neurológicas podendo levar à morte. Pode-se haver, também, a

²² 1Graduandos do Curso de Biomedicina da Multivix Cachoeiro de Itapemirim- ES, Gabriela Ramiro Pinheiro; gabrielaramiropinheiro@gmail.com; Gabriela Tinoco Barros Santos: gabrielatinoco25@gmail.com;

2Professor orientador: Raphael Cardoso Rodrigues,. Doutorado em Produção Vegetal na UENF; Mestrado em Produção Vegetal pela UENF; Pós-Graduação Lato Sensu em Análises Clínicas e Gestão de Laboratórios na FMC; Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Ambiental e Sustentabilidade na FATESF; Pós-Graduação LatoSensu em Gestão Estratégica na Área de Saúde na Faculdade de Educação Avançada do Noroeste Capixaba, FEAC; e graduação em Licenciatura em Biologia pela UENF e Professor Universitário, Multivix Cachoeiro de Itapemirim- ES. Cachoeiro de Itapemirim- ES, novembro 2022.

sífilis congênita, que é transmitida via placentária da mãe para o feto, ou no momento do parto e a neurosífilis, que é uma complicação da sífilis congênita.

No caso da sífilis congênita, a bactéria é disseminada a partir da gestante não tratada adequadamente para o feto por via hematogênica transplacentária. A transmissão pode ocorrer em qualquer etapa da gestação, independente do estágio clínico da doença materna, havendo, também, a possibilidade de transmissão direta por meio do contato da criança com o canal de parto e durante o aleitamento, caso haja lesões por sífilis na região genital e nas mamas.

Segundo o programa nacional de DST e Aids, mais da metade das crianças infectadas pela sífilis são assintomáticas ao nascerem, com possível surgimento dos sintomas nos três primeiros meses de vida. Desse modo, a fim de evitar a transmissão vertical, é importante a triagem sorológica da mãe no período pré-natal, dado que a sífilis é uma infecção curável e prevenível.

A neurosífilis congênita é decorrente da invasão do *Treponema pallidum* ao sistema nervoso central (cérebro, meninges e medula espinhal), o que pode desencadear alterações no líquido cefalorraquidiano, ou ainda, paralisia geral progressiva. Objetivando analisar os fatores atuantes e consumir a incontestável importância da informação e o seu contraste no que tange à transmissão da ciência de forma imparcial e completa para obter pleno entendimento e de modo consequente, redução de casos, foi realizado uma avaliação crítica à metodologia da pesquisa, concentrando os resultados da revisão de diversos estudos primários sobre a sífilis e neurosífilis. Portanto, o presente estudo visa apresentar uma revisão bibliográfica acerca da sífilis congênita e neurosífilis, com o intuito de fornecer informações sobre a referida IST, bem como ressaltar seus métodos de prevenção e tratamento.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa documental e sistemática, realizada por meio da obtenção de dados coletados em pesquisas realizadas na internet, como sites, artigos, folhetos e livros, filtrados por data entre os anos de 2006 à 2022, sendo efetuada a exclusão de informações que datam de períodos anteriores, tendo como principal meio de consulta a biblioteca virtual Multivix, que permitiu acesso aos dados

necessários para alcançar o epílogo final. Utilizando como palavra chave: Sífilis, Sífilis congênita, infecção sexualmente transmissível, prevenção, neurosífilis.

3. DESENVOLVIMENTO

A infecção é transmitida da mãe para o feto quando o *Treponema pallidum*, presente na corrente sanguínea da gestante, atravessa a barreira placentária e penetra na corrente sanguínea do feto, podendo ocorrer em qualquer fase da gestação.

Para evitar a transmissão vertical, é fundamental que a gestante realize todos os procedimentos pré-natais e comece o tratamento adequado de infecções nesse período, pois dessa maneira as probabilidades de evitar a transmissão vertical são maiores, além de evitar abortos espontâneos, que são exponencialmente prováveis nas gestações de mães sem o tratamento correto e eficiente. O exame pré-natal para detectar a sífilis na gestante é um teste sorológico que visa identificar anticorpos da sífilis que possam estar presentes no soro da mulher, caso seja confirmado o diagnóstico de sífilis neste exame, é realizado um novo exame chamado VDRL, um teste não treponêmico que intenciona detectar o nível de infecção. Em casos de sífilis reagente, a gestante deve iniciar os tratamentos adequados com acompanhamento médico, como por exemplo a benzilpenicilina benzatina para prevenir que a sífilis seja transmitida para o feto (Secretária de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2022).

Segundo o Centers for Disease Control and Prevention (CDC): Sexually Transmitted Disease Surveillance (2018), os principais sintomas e complicações relacionadas a sífilis no recém-nato são erupções vesiculobolhosas nas palmas das mãos e nas solas dos pés (Figura 1), lesões papulares ao redor da boca e do nariz (Figura 2), o lactente não ganha peso e há presença de secreção nasal mucopurulenta ou sanguinolenta. Em casos de sífilis congênita com diagnóstico tardio, há maior probabilidade de complicações, observando-se sintomas como meningite, hidrocefalia, retardo mental, coroidite e convulsões, característicos da neurosífilis.

Figura 1 - Manifestação da sífilis: erupções vesiculobolhosas nas solas dos pés



FONTE: Núcleo do conhecimento - Revista Científica Multidisciplinar. 2008

Figura 2 - RN com rinite serossanguinolenta.



FONTE: Public Health Image Library, Centers for Disease Control and Prevention. 2021

Apesar da maioria dos sintomas da neurosífilis serem reversíveis, quando o tratamento não é feito de maneira adequada, pode haver um comprometimento grave do sistema nervoso central, resultando em sequelas como paralisia de regiões do corpo e distúrbios de movimento, perda de visão e audição, comprometimento da memória, incontinência urinária e dores constantes. As complicações observadas na criança dependerão da evolução da doença, do tempo de infecção e do tempo entre a detecção e o início do tratamento adequado. O diagnóstico de neurosífilis na criança é feito através da análise do liquor ou líquido cefalorraquidiano que demonstra as alterações sugestivas da doença e realizado através da punção lombar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a realização de um estudo aprofundado sobre a sífilis pode ser capaz de despertar o interesse da população e dos centros de saúde pública para a realização de campanhas de conscientização acerca da prevenção da doença, bem como a intensificação da realização de testes sorológicos em gestantes, contribuindo para a redução dos casos da sífilis congênita e neurosífilis. Há a fundamentalidade de compreender essas questões a fim de elaborar e aceitar as circunstâncias com profissionais que desempenhem a função de auxílio e apoio, reduzindo drasticamente os danos, além de enfatizar a importância do diagnóstico precoce, para que haja maiores chances de recuperação, bem como a excelência do conhecimento no âmbito de prevenção e educação para obtenção de aprendizado para inibir fatores que influenciam diretamente a ocorrência da sífilis. Ademais, despertar a atenção de adolescentes e jovens para a importância de relações sexuais responsáveis e protegidas, com o propósito de evitar não apenas a sífilis, como também diversas infecções sexualmente transmissíveis.

REFERÊNCIAS

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST/AIDS. Diretrizes para controle da sífilis congênita: manual de bolso / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Programa Nacional de DST/Aids. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006.

Gaspar, Pâmela Cristina et al. Protocolo Brasileiro para Infecções Sexualmente Transmissíveis 2020: testes diagnósticos para sífilis. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. v. 30, n. spe1 [Acessado 7 Junho 2022] , e2020630. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100006.esp1>>. ISSN 2237-9622. <https://doi.org/10.1590/S1679-4974202100006.esp1>.

Ramos, Roberta de Souza Pereira da Silva et al. Análise espacial da mortalidade fetal por sífilis congênita no Município do Recife-PE-Brasil entre 2007 e 2016. *Escola Anna Nery* [online]. 2022, v. 26 [Acessado 7 Junho 2022] , e 20210013. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0013>>. Epub 24 Jan 2022. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2021-0013>.

MENDES, Kevyn Felipe et al. Prevalência de sífilis gestacional e congênita no estado do Mato Grosso do Sul - Brasil, entre os anos de 2010 e 2019. *Rev. Inst. Med. Tropa , Assunção* , v. 16, n. 2, pág. 45-53, dezembro de 2021. Disponível em <http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1996-36962021000200045&lng=en&nrm=iso>. acesso em 07 de junho de 2022. <https://doi.org/10.18004/imt/2021.16.2.45> .

Nunes TM. Relato de caso: neurosífilis congênita. *Resid Pediatr.* 2020;10(3):1-3 DOI: 10.25060/residpediatr-2020.v10n3-97.

SUPLEMENTAÇÃO DE ÁCIDO FÓLICO NA GRAVIDEZ: REVISÃO INTEGRATIVA

Ana Clara Gomes Pelegrino²³
Francisca das Chagas Amorim²
Rafaela Alves Santos Teixeira³
Cristiane Bittencourt Felício Santos⁴
Gilbania Rafael Landi⁵

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Saúde (2018) uma atenção ao pré-natal e puerperal humanizada de qualidade é fundamental para a saúde materna e neonatal, para tanto se faz necessário compreensão da pessoa em sua totalidade corpo/mente, ambiente social, situação econômico, culturalidade e estilo de vida.

Com o decorrer da fase gestacional, percebe-se mudanças fisiológicas e metabólicas importantes no corpo da mãe que demandam cuidados especiais. Nessa fase é verificado o aumento na necessidade de nutrientes essenciais, tanto micronutrientes quanto macronutrientes (BRASIL, 2003).

Caso haja um fornecimento insuficiente desses nutrientes para a gestante, pode ocorrer uma competição metabólica entre a mãe e o feto, o que limita a disponibilidade dos nutrientes necessários para o crescimento adequado do feto (DINIZ e QUEIROZ, 2022).

Diniz e Queiroz (2022, p. 70) define que “O ácido fólico, vitamina do complexo B, é responsável pela produção e divisão celular, reparo do DNA, produção de certas proteínas e manutenção dos sistemas nervoso e cardiovascular”. Os autores reforçam ainda dizendo que a reposição do ácido fólico durante a gestação pode evitar os defeitos abertos do tubo neural, uma vez que sem ele o desenvolvimento correto não é completo tornando-se indispensável a sua ingestão.

Portanto, o presente artigo tem como objetivo principal elucidar, atualizar e informar sobre o uso do ácido fólico antes e durante o período gestacional, evidenciando assim a dosagem recomendada, os benefícios durante o período de formação fetal e as

²³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES gomespelegrino@outlook.com
² Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES franamorim2426@gmail.com
³ Graduanda do Curso de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ESrafaela.asteixeira.oficial@gmail.com.br
⁴ Docente do Curso de Graduação de Enfermagem da Faculdade Multivix Cachoeiro de ItapemirimES – cristiane.santos@multivix.edu.br
⁵ Professora orientadora: Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local. Especialista em Terapia Intensiva e Pediátrica, Geral e Adulta e Cardiologia. Especialista em Inserção, utilização e cuidados com Cateter Venoso Central de Inserção Periférica (PICC)

possíveis contraindicações decorrentes do uso excessivo dessa vitamina.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Revisão de literatura nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), BVS (Biblioteca Virtual em Saúde), no mês de setembro de 2022, utilizando os descritores “Gravidez”, “Ácido Fólico e “Cuidado Pré-Natal”, todos cadastrados nos Descritores em Ciência da Saúde (DeCS). Foram encontrados 25 artigos de acordo com os critérios de inclusão: texto completo, gratuitos, idioma português e publicados nos últimos 5 anos. Após leitura analítica e interpretativa foram selecionados 15 artigos e Manuais do Ministério da Saúde que atendiam a temática proposta.

3 DESENVOLVIMENTO

A vida de uma mulher é composta por várias fases, entre elas, uma das mais importantes é a fase gestacional, período que requer uma atenção maior nos cuidados à saúde materna e infantil (CAMPOS et al., 2021; COSTA, 2021).

As unidades básicas de saúde (UBS) são as portas de entrada prioritária para gestante no sistema único de saúde. Sendo responsáveis em acolher as necessidades da gestante, objetivando o seu desenvolvimento, permitindo o parto de um recém-nascido saudável, sem impacto para a saúde materna, inclusive abordando aspectos psicossociais e as atividades educativas preventivas (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013).

Estudos mostram que um pré-natal qualificado está associado à redução de desfechos perinatais negativos, como baixo-peso e prematuridade, além de reduzir as chances de complicações obstétricas, como eclampsia, diabetes gestacional e mortes maternas (BARROS et al., 2010 *apud* MARQUES et al., 2021).

Dentre as atividades desenvolvidas no pré-natal são primordiais as orientações quanto a ingestão de nutrientes essenciais visando à promoção do estado nutricional adequado, tanto da mãe como do recém-nascido, além da adoção de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2013; FREITAS et al., 2010 *apud* SILVA, 2019).

Segundo Aquila et al. (2020, p. 2) “a suplementação de micronutrientes por

diferentes estratégias, tais como ácido fólico, ferro, zinco, magnésio, vitaminas D e E, cálcio e ômega-3, tem sido amplamente discutida na literatura “.

O Ministério da Saúde hoje oferece programas estratégicos voltados para a prevenção e controle das deficiências de micronutrientes, sendo eles o Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (PNSVA) e o Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF) (BRASIL, 2022).

Concernente ao Programa Nacional de Suplementação de Ferro (PNSF), desde 2005 que programa realiza ações para a prevenção da anemia fetal. O PNSF consiste na suplementação profilática de ferro para todas as crianças de seis a 24 meses de idade, gestantes ao iniciarem o pré-natal, independentemente da idade gestacional até o terceiro mês pós-parto, e na suplementação de gestantes com ácido fólico (BRASIL, 2013).

A causa mais comum da anemia na gravidez, definida como uma concentração sérica de hemoglobina (Hb) < 110 g/L, é a deficiência de ferro. No entanto, vale ressaltar que paralelamente, a deficiência de folato sérico durante a gestação é também causa de anemia, além de malformações congênitas e de complicações durante a gravidez (BRASIL, 2013; RAMOS, 2019).

A organização mundial de saúde (2016), recomenda que a suplementação do ácido fólico na gestação deve ocorrer na dosagem de 0,4 mg por dia para mulheres sem história gestacional de defeitos de fechamento do tubo neural (DINIZ e QUEIROZ, 2022).

Conforme traz o Caderno de Atenção Básica de Atenção ao Pré-Natal de Baixo Risco o programa oferta “[...] medicamentos necessários (inclusive sulfato ferroso, para tratamento e profilaxia de anemia, e ácido fólico, com uso recomendado desde o período pré-concepcional e durante gestação” (BRASIL, 2012, p. 41).

O documento orienta ainda como sendo conduta do enfermeiro: “prescrição de suplementação de sulfato ferroso (40mg de ferro elementar/dia) e ácido fólico (5mg/dia), para profilaxia da anemia” (BRASIL, 2012, p.71).

No entanto, um nova normativa traz orientações para que gestantes de baixo risco consumam 400 mcg de ácido fólico (BRASIL, 2022). Porém, a portaria nº 779/2019 que dispõe sobre a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME), patroniza dispensação a população ácido fólico de 5.000 mcg (comprimido) e 200

mcg/ml (solução oral (BRASIL, 2019). Assim, nota-se que têm sido prescritas doses elevadas para todas as gestantes (CAROLINA et al., 2021).

De acordo com Gomes (2019, p.23), “a ingestão de quantidade de ácido fólico que supera os limites toleráveis pode levar a ocorrência de eventos adversos a saúde [...] esses eventos incluem precipitação ou exacerbação de neuropatias, déficits cognitivos e perturbação da resposta imune”.

Estudos ademais trouxeram à luz uma possível correlação entre a ingestão excessiva de ácido fólico como sendo um fator de risco para o desenvolvimento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O TEA ou unicamente autismo, é um transtorno de neurodesenvolvimento caracterizado por dificuldades de comunicação e interação social, interesses restritos e comportamentos repetitivos, possui uma etiologia complexa e engloba fatores genéticos e ambientais. Refere-se a um transtorno difuso e permanente, não havendo cura, mesmo que uma intercessão precoce possa alterar o prognóstico e suavizar os sintomas (SBGM, 2022; SBP, 2019).

Conseqüentemente, o Ministério da Saúde liberou uma atualização do Caderno dos Programas Nacionais de Suplementação de Micronutrientes, elucidando:

Conduta prévia: Gestantes - 400mcg de ácido fólico diariamente pelo menos 30 dias antes da data que se planeja gravida até o final da gestação [...] nova atualização: 400mcg de ácido fólico diariamente pelo menos 30 dias antes da data que se planeja gravida até a 12ª semana de gestação (BRASIL, 2022, p. 22).

Assim, a dosagem agora recomendada é de 400mcg para mulheres que programaram sua gravidez até 30 dias antes e o uso diário até a 12ª semana de gestação. Essa recomendação visa garantir um estado adequado dessa vitamina, contudo a maioria das gestações não são planejadas e o fechamento do tubo neural ocorre logo no início da gestação, o que leva muitas vezes a suplementação do ácido fólico não atingir seu objetivo (DINIZ e QUEIROZ, 2022).

Assim, fica evidente a notória ambigüidade na associação entre a ingestão de ácido fólico durante a gravidez e o risco de TEA na descendência. Quanto a dosagem de fato em alguns casos, como no Brasil, “[...] as doses da suplementação acabam sendo muito altas e excedendo até 4x o limite máximo, porém, ainda são poucos os estudos que defendem os malefícios do excesso da vitamina durante a gestação” (MOURA, 2022, p.46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em todos os estudos já realizados, fica evidente os benefícios do Ácido Fólico, sobretudo no período de pré-concepção e gestacional. Nesse momento, a mulher se prepara para / gestar um feto, onde há uma demanda maior do consumo de macro e micronutriente, nutrientes esse, ácido fólico, que dentre outros, é de suma importância nas primeiras 12 semanas de gestação, onde há o fechamento do tubo neural, uma vez que, o não fechamento correto acarreta sequelas no feto, como por exemplo espinha bífida e anencefalia (DINIZ e QUEIROZ, 2022; MOURA, 2022).

Contudo, na última década, surgiram alguns estudos sobre a existência de patologias vinculadas ao excesso de ingestão de ácido fólico no período gestacional, consumo > que 1000 mcg por dia. Autores trouxeram saberes sobre a possível incidência de aumento de casos de Transtorno do Espectro Autismo (TEA) ligado a alta concentração de folato em crianças nascidas e posteriormente diagnosticado com TEA. O Ministério da Saúde atualizou sua normativa, onde orienta para a ingestão de 400 mcg por dia até a 12ª semana de gestação, entretanto o mesmo não se encontra disponível no SUS (BRASIL, 2022; DINIZ e QUEIROZ, 2022).

Percebe-se que ainda falta um consenso entre os estudos e que, precisamos de pesquisas que mostre dados comprovados e suficientes, nesse ínterim, sabemos que os benefícios superam os possíveis malefícios.

REFERÊNCIAS

AGUILA, M. D.;TAVARES, A. B.;ARINELLI, R.;PEREIRA, A. C. P. R.;PEPE, C. **Análise do impacto econômico da falta de suplementação multivitamínica em mulheres em idade reprodutiva e suas consequências em recém-nascidos.** J Bras Econ Saúde 2020;12(2):135-41. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/08/1118312/jbes-2020-122-135-141.pdf>>. Acesso em 25 de out. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Programa Nacional de Suplementação de Ferro: manual de condutas gerais.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2018. Acesso em 25 de out.2022.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Atenção Básica Coordenação-geral de alimentação e nutrição.** Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde.

Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. [s.l:s.n.]. Disponível em:

<https://www.saude.gov.br/images/imagens_migradas/upload/arquivos/2016-03/manual-de-condutas-gerais-do-programa-nacional-de-suplementacao-de-vitamina-a_20121.pdf>. Acesso em 28 de out 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Atenção ao pré-natal de baixo risco / Ministério da Saúde.** Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <<http://aps.saude.gov.br> >. Acesso em 28 de out 2022.

_____. Ministério da Saúde. **Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde e Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. Operacionalização dos Programas Nacionais de Suplementação de Vitamina A e Ferro.** / Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <<http://aps.saude.gov.br> >. Acesso em 25 de out.2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada** – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_pre_natal_puerperio_3ed.pdf>.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Caderno de Atenção ao pré-natal risco habitual caderno de atenção ao pré-natal risco habitual.** [s.l: s.n.]. Disponível em:<https://www.saude.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-07/pdf6.pdf>. Acesso em 27 de agosto de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Caderno dos programas nacionais de suplementação de micronutrientes.** Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: < <http://aps.saude.gov.br/> >. Acesso em 15 de out de 2022.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Saúde Brasil 2020/2021: **Anomalias congênitas prioritárias para a vigilância ao nascimento. Brasília: Ministério da Saúde,** 2021. Disponível em: <<https://svs.aids.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/publicacoes/saude-brasil/saude-brasil-2020-2021-anomalias-congenitas.pdf>>. Acesso em 25 de out.2022.

_____. PORTARIA N° 779/2019. **Retifica a portaria nº. 805/2018, de 21/09/2018, que dispõe sobre a relação municipal de medicamentos essenciais (REMUME).**Cachoeiro de itapemirim - ES, 2019. Disponível em: ,<https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/2019/12/remume-2018-atualizada-em-01.07.19-2.pdf> >. Acesso em 22 de out 2022.

CAMPOS, H. M. N. et al. **Prevalência e fatores associados à suplementação de ácido fólico em gestantes: revisão sistemática e metanálise.** Revista Baiana de Saúde Pública, v. 45, n. 1, p. 242–282, 20 maio 2022. Disponível em: <

https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/05/1369779/rbsp_451_15_3463.pdf >. Acesso em 20 de set 2022.

COSTA, Nayane Santos. **A importância do ácido fólico na gestação**. Research, Society and Development, v. 10, n. 15, e148101522972, 2021. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i15.22972> >. Acesso em 25 de out. 2022.

DINIZ, A. B. R.; QUEIROZ, F. J. G.; **A importância da suplementação com ácido fólico em gestantes**. Revista JRG de Estudos Acadêmicos, v. 5, n. 11, 2022. Disponível em: < <http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/393>>. Acesso em 01 nov. 2022.

FIELD, M. S; STOVER, P. J. **Segurança do ácido fólico**. Annals of the new york academy of sciences vol. 1414,1- 59-71. 2018. Disponível em: < 10.1111/nyas.13499 >. Acesso em 25 de out. 2022.

CAROLINA, B. et al. **Segurança do uso de ácido fólico em dosagem elevada durante a gestação Qual é a segurança da suplementação de ácido fólico em dosagem elevada durante a gestação?** Caderno FIOCRUZ, 2021. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2022/09/1392111/21_rr_depros_acido_folico_gestacao.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2022.

GOMES, G. et al. **Ácido fólico em excesso: efeitos sobre o metabolismo das vitaminas B2 e B6, o catabolismo do triptofano e a resposta imune**. 11 nov. 2019, Tese para obtenção do Título de DOUTOR. Fisiopatologia, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/02/1049441/guilherme_wataru_gomes_do_o_riginal-1.pdf>. Acesso em 25 de out.2022.

MARQUES, B. L., TOMASI, Y. T., SARAIVA, S. DOS S., BOING, A. F., & GEREMIA, D.S. **Orientações às gestantes no pré-natal: a importância do cuidado compartilhado na atenção primária em saúde**. Escola Anna Nery, 25(1).2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2177-9465-ean-2020-0098> >. Acesso em 25 de out. 2022.

MOURA, A. V. **Uso de ácido fólico na gestação**. Rev. Terra & Cult., Londrina, v. 38, n. 74, jan./jun. 2022. Disponível em: < <http://periodicos.unifil.br/index.php/Revistatestes/article/view/2450> >. Acesso em 18 de out de 2022.

SAÍNZ, J. Y; ALMARALES, D. A; MEDEROS, L. E. A. **Relevância do metabolismo do folato no contexto das doenças neurodegenerativas.** Rev haban cienc méd [Internet]. 20(3):e 3303. 2021. Disponível em: < [http:// index.php/ www.revhabanera.sld.c](http://index.php/www.revhabanera.sld.c) >. Acesso em 25 de out. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). **Manual de orientação N° 5. Transtorno do Espectro do Autismo.** Rio de Janeiro: SBP, 2019. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Ped._Desenvolvimento_-_21775b-MO_-_Transtorno_do_Espectro_do_Autismo.pdf>. Acesso em 15 de out de 2022.

ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NA PUERICULTURA E OS PROBLEMAS EVIDENCIADOS

SOUZA, Ana Luiza Moulin de²⁴¹

CAMPOS, Rubia Teixeira ²

MACHADO, Tainah Vieira ³

LANDI, Gilbania Rafael⁴

1 INTRODUÇÃO

A puericultura consiste em um acompanhamento periódico, que tem por objetivo a proteção e promoção da saúde da criança, podendo ser realizada pelo enfermeiro ou médico, até a primeira semana de vida. Através da consulta é possível a identificação precoce de qualquer alteração ou distúrbio, relacionado ao crescimento e desenvolvimento, seja ele físico, motor, mental, cognitivo, nutricional, entre outros aspectos. Por isso, é de suma importância a realização corretamente da consulta de acordo com o calendário recomendado do Ministério da Saúde, para garantir a saúde e monitorar a criança, assim podendo gerar um possível adulto saudável.

A enfermagem deve prestar uma assistência de qualidade, humanizada e de forma individualizada, priorizando o bem-estar geral da criança e de sua família, de acordo com a realidade vivenciada e sociedade no qual está inserida, pois é na criança o momento mais crítico e sensível, que ocorre o desenvolvimento e sua formação. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é analisar a produção científica existente sobre a atuação do enfermeiro na puericultura e discutir a importância dessa assistência para o acompanhamento das crianças, bem com apontar as competências necessárias e os problemas enfrentados.

2 MATERIAL E MÉTODOS

²⁴ Graduanda do curso de enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES, analuizamoulin@hotmail.com

² Graduanda do curso de enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES, rubiatcampos@hotmail.com

³ Graduanda do curso de enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES, tainah_vieira12@hotmail.com

⁴ Professor orientador: Mestre, Multivix Cachoeiro de Itapemirim – ES, gilbania.rafa2018@gmail.com

O método utilizado para a presente pesquisa foi a revisão bibliográfica, por meio da busca de artigos científicos publicados e disponibilizados, de acordo com o tema da pesquisa. Foram usados critérios para as pesquisas: temas relacionados ao papel do enfermeiro, assistência de enfermagem nas consultas de puericultura. Após esse

levantamento foi feita a leitura e organização, para obter as informações necessárias, para conseguir uma melhor interpretação deles.

3 DESENVOLVIMENTO

Segundo orientação do Ministério da Saúde, é recomendado sete consultas de rotina no primeiro ano de vida e o enfermeiro tem o papel fundamental, pois ele está diretamente ligado na assistência. A consulta de puericultura tem por objetivo monitorar o desenvolvimento e crescimento da criança em vários aspectos e, além disso, promover a educação em saúde. Somado a isso, é também a oportunidade de avaliar o aspecto social da criança, o que pode afetar diretamente na qualidade de vida da mesma e exige um olhar holístico do enfermeiro. Deve ser observado a situação de vida vivenciada pela criança e seus familiares e o quanto isso pode afetá-la. Se o familiar da criança vivencia alguma dificuldade, principalmente no caso de mães adolescentes, é preciso tomar providências visto que em muitos dos casos as mães não procuram a assistência de saúde, só procuram quando estão com algum agravo, por falta de informação ou insegurança.

Durante a consulta, o enfermeiro deve seguir a caderneta da criança, realizar a anamnese, verificar se a idade está corrigida se for prematuro, realizar o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, exames físicos, avaliação do estado nutricional, monitorar as imunizações do cartão de vacina e orientando sobre a importância delas, realizar orientações sobre: aleitamento materno, puerpério, triagens neonatais, introdução das alimentações de acordo com cada faixa etária, higiene, prevenção de acidentes de acordo com cada idade, doenças mais comuns na idade, retirar as dúvidas dos responsáveis pela criança e realizar os próximos agendamentos.

A identificação dos problemas evidenciadas pelo enfermeiro é essencial para que haja a assistência à saúde da criança eficaz e junto a isso favorecendo a redução da mortalidade infantil, por isso a necessidade de uma assistência qualificada e

capacitada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na puericultura é realizado a identificação dos problemas e medidas voltadas também para prevenção, podendo assim o enfermeiro atuar sobre os problemas encontrados. Toda via, um dos problemas identificados é a baixa procura dos serviços pelas mães, só procuram quando a criança apresenta algum agravo a saúde, junto a isso o despreparo profissional e a dificuldade de se criar o vínculo afetivo com a família devido à alta demanda do enfermeiro da atenção básica, que precisa atender.

No que diz respeito aos desafios da prática da enfermagem, observa-se a falta de profissionais e alta demanda de trabalho, fragilidade que se materializa na sistematização do próprio trabalho de forma ineficiente, falta de incentivo por parte da gestão, déficit de alguns recursos materiais e deficiência de recursos humanos e a falta de estrutura.

Além dos problemas vivenciados pelo enfermeiro para a boa realização da puericultura, é importante destacar os mais frequentes problemas de saúde encontrados nas crianças. FERREIRA (2019) realizou um estudo quantitativo na consulta de puericultura no período de 2012 a 2016, avaliando 84 crianças e registrando um total de 139 queixas feitas pelo enfermeiro, pelo qual foi constatado que algumas crianças apresentaram mais de uma vez problemas de saúde durante os dois primeiros anos de vidas, divididos em categorias: cardiológicos, dermatológicos, respiratórios, gastrointestinais e hematológicos. A maioria evidenciou o resfriado comum, dermatite de contato, diarreia, tosse produtiva. Segundo o estudo a maior evidência está relacionada ao sistema respiratório, dermatológico e gastrointestinal. Por este motivo, a importância de um acompanhamento criterioso é evidenciada.

Dessa forma, percebe-se que o enfermeiro deve-se estar atento aos sinais de má higiene, maus tratos e desinformação e tem atribuições fundamentais. Para executar essas ações espera-se do enfermeiro práticas de vigilância, atenção, escuta ativa e qualificada, criação do vínculo afetivo, estabelecimento de confiança, percepção de vulnerabilidades e fragilidades. Junto a isso o acompanhamento regular e efetivo da criança é necessário, para que, assim, possa identificar as necessidades e problemas

que acometem as crianças e solucioná-los de forma ágil. Atingindo esses parâmetros, os diagnósticos e intervenções serão realizados precocemente, e haverá também a possibilidade de encaminhamento, quando necessário, para equipe multidisciplinar, a fim de permitir que a criança se desenvolva em um estado satisfatório de saúde e qualidade de vida.

Sendo assim, na consulta de enfermagem de puericultura, não é feito somente avaliação de medidas antropométricas, mas também é avaliado o âmbito social, cultural, psicológico da criança e das pessoas que a cercam.

Quando colocada em prática, a puericultura pode possibilitar que o enfermeiro chegue até as famílias mais resistentes em relação a saúde de seus filhos. Com ações feitas corretamente e intervenções que tragam essas famílias para perto, é possível estabelecer um vínculo afetivo e atingir os objetivos da assistência.

O enfermeiro deve receber a criança não apenas em doenças relacionadas, mas também com atenção em relação ao seu meio social, familiar e econômicos. Dessa forma a consulta de puericultura deve ser realizada com prevenção e promoção a saúde em conjunto a boas práticas e específicas, juntamente com um bom acolhimento e escuta qualificada que podem assim colaborar para o cuidado da saúde da criança e contribuir para diminuir a mortalidade infantil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências dos enfermeiros e as situações com as quais lidam, durante a puericultura, trazem complexidades e intersubjetividades. Diante do principal objetivo, que é a defesa da saúde das crianças, urge a necessidade de implementação e aperfeiçoamento de algumas lacunas assistenciais.

Tal realidade impõe a necessidade de ampliação do conhecimento e das habilidades desses profissionais, por meio da formação acadêmica e da Educação continuada.

Considera-se também essencial, a sensibilização sobre a importância da centralidade do processo de enfermagem nas consultas como uma metodologia capaz de promover uma assistência humanizada, individualizada e qualificada que inclusive, promova a

valorização da consulta realizada pelo enfermeiro. Ao enfermeiro em sua rotina cabe a valorização do contexto de vida da família e da criança possibilitando que as orientações e condutas tomadas contemplem suas reais necessidades e a continuidade das ações e do cuidado.

Por fim, dar condições de acesso ao serviço com equidade para a população é garantir que as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde serão alcançadas melhorando a qualidade de vida das crianças e, conseqüentemente, proporcionando um desenvolvimento saudável e harmonioso.

6 REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sonara Gonçalves. **Dificuldades vivenciadas pelo enfermeiro acerca do acompanhamento contínuo da criança na atenção primária à saúde**. Anais IV CONBRACIS... Campina Grande: Realize Editora, 2020. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/72175>>. Acesso em: 15 set 2022.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Protocolos da atenção básica: saúde da criança** / Ministério da Saúde. Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa. – Brasília, 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança: orientações para implementação** / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília, 2018.

CALDAS, Geovanna Renaisa Ferreira et al. **Puericultura na atenção primária a saúde: problemas evidenciados pelos enfermeiros**. Saúde Coletiva (Barueri), v. 11, n. 61, p. 4784-4797, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/1179>. Acesso em 10 set. 2022.

FERREIRA, Fabiana Ângelo et al. **Consulta de puericultura: problemas encontrados**

em menores de 2 anos. Rev. enferm. UFPE on line, p. [1-7], 2019. Disponível em: <<https://search.bvsalud.org/gim/resource/en/biblio-1049353>>. Acesso em 12 set. 2022.

HERMES, Vitória L. Luz **Assistência de enfermagem na puericultura vivências e desafios: uma revisão integrativa.** 2022. 20 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Bacharel em Enfermagem, ao Centro Universitário Fadergs Porto Alegre, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/24035/1/TCC%20pdf.pdf>>. Acesso em 13 set 2022.

ROSANELLI, Eduarda Luiza; DAL MOLIN, Rossano Sartori. **O papel do enfermeiro nas consultas de puericultura.** Saúde da Mulher e do Recém-Nascido: políticas, programas e assistência multidisciplinar, v. 2, p. 2109-06187, 2022. Disponível em: <<https://downloads.editoracientifica.org/articles/210906187.pdf>>. Acesso em 07 set. 2022.

VIEIRA, D. S. et al. **A prática do enfermeiro na consulta de puericultura na estratégia saúde da família.** Texto contexto - enferm. Online, v. 27, n. 4, 2018. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010407072018000400318 &lng=p t&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010407072018000400318&lng=p t&nrm=iso)>. Acesso em: 02 set 2022.

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PRÉ-NATAL TARDIO

SILVA, Dara Cristina Analio ¹
CORDEIRO, Débora das Neves dos Santos ²
CAMPOS, Jéssica Specimille ³
LANDI, Gilbania Rafael ⁴

1 INTRODUÇÃO

O pré-natal é de suma importância durante a gestação, com o intuito de ações de prevenção, promoção e educação em saúde. A gestação afeta a mãe com diversas mudanças fisiológicas e sociais, e o acompanhamento médico durante essa etapa visa auxiliar a mulher a lidar com essas mudanças e diminuir os riscos de possíveis complicações que possam afetar a mãe e o bebê.

Esse acompanhamento deve ter início no primeiro trimestre da gestação, pois será possível identificar doenças e fatores de riscos precocemente, e considera-se um tardio, o pré-natal realizado após esse primeiro trimestre (NUNES *et al.*; 2017). Segundo dados do COREN cerca de 26% das gestantes ainda iniciam o pré-natal após 1º trimestre de gestação.

Assim devemos analisar o que leva a não adesão das gestantes ao início do pré-natal no primeiro trimestre e os riscos que podem gerar, e qual seria o papel da enfermagem frente a esse problema e as possíveis medidas que podem ser tomadas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho trata-se de um estudo exploratório de revisão bibliográfica. O levantamento bibliográfico foi nas bases de dados Scielo (Scientific Electronic Library

¹ Graduanda do sexto período do curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, daracristinajsilva@gmail.com;

² Graduanda do sexto período do curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, debora-cordeiro@hotmail.com;

³ Graduanda do sexto período do curso de Enfermagem da Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, jessicascampos2011@gmail.com;

⁴ Professora orientadora: Ms Políticas Públicas e Desenvolvimento Local, Especialista em Terapia Intensiva Pediátrica e Cardiológica, Multivix Cachoeiro de Itapemirim-ES, gilbanialandi@professor.multivix.edu;

Online) e do Google acadêmico, manuais e páginas de site do Ministério da Saúde e do COFEN, e também livros da biblioteca virtual da faculdade Multivix. Os seguintes descritores foram utilizados para selecionar os materiais que mais enquadrassem com o tema: “pré-natal”, “pré-natal tardio”, “gestação”.

Após a seleção dos artigos e estudos, foram selecionados 5 artigos e junto às outras fontes, foi iniciada a leitura dos mesmos, analisando e interpretando os dados expostos para que se tenham embasamento e esclarecimento do problema e assunto proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 1983 o Ministério da Saúde criou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher que rompeu com o tradicionalismo médico, descentralizando o foco somente na parte reprodutiva. O sistema único de saúde (SUS) o sistematizou, garantindo que um atendimento gestacional de qualidade fosse unificado, igualitário e integral para todas as regiões do país. Porém, ainda existem desigualdades no cuidado ofertado as gestantes no pré-natal, visto que muitas mulheres são socialmente ou economicamente desfavorecidas e residem em locais mais precários onde a atenção primária é insuficiente e sofrem com dificuldade de acesso ao local para realização do pré-natal e até mesmo de continuação desse cuidado (NUNES *et al.*; 2017).

A identificação de desigualdades é um aspecto fundamental do monitoramento e avaliação das políticas de atenção à saúde das mulheres, podendo ser feita através de uma a avaliação do processo da assistência pré-natal. (NUNES *et al.*; 2017). Essa avaliação constitui importante ferramenta que pode auxiliar na elaboração de políticas públicas mais efetivas e alinhadas à realidade territorial. Cabe ao profissional de saúde e principalmente enfermeiro também realizar essa avaliação de modo que possa suprir as necessidades das gestantes de sua região, com medidas que visem atendê-las. Mesmo com o Sistema Único de Saúde oferta o pré-natal, muitas mulheres por causa dessas vulnerabilidades não sabem ao certo quando e como realizar os cuidados na gestação. É importante nesses casos o uso da Estratégia em Saúde da Família para identificação do perfil das pacientes de determinada região. Projetos sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, visitas domiciliares,

planejamento familiar e oferta de consultas ginecológicas são métodos eficazes para trazer as gestantes até o foco do cuidado.

São identificados ainda diversos outros problemas que levam as mulheres a não adesão ao pré-natal precoce e até mesmo a não comprometimento dos cuidados repassados pelo profissional. Segundo o artigo de PORCIUNCULA et al (2017), muitas mulheres encaram o início da gestação como ainda uma situação não pré-definida não levando à sério a mesma e ignorando os cuidados e ações que deveriam ser evitadas, fica claro também que muitas recebem orientações do que deve ser feito, porém acaba não englobando e se adequando a vida da paciente ou sendo até mesmo insuficiente para que gere uma conscientização nas mesmas.

Por tanto as consultas de Enfermagem devem estar focadas para a conscientização das gestantes quanto a aceitação e aplicação dos cuidados repassados, sendo necessário tirar suas dúvidas e aplicar métodos de ensino individuais de acordo com as necessidades de cada e de forma que seja adaptado a vida dessa e possível as mudanças, levando em conta que cada gestante possui particularidades sociais e econômicas e comportamentos próprios. A realização de consulta de enfermagem sistemática e completa, permitem o desenvolvimento de um pré-natal de qualidade, visando a diminuição no número de complicações relacionadas ao período de gestação, aumentando o índice de satisfação da gestante e de seu parceiro (DIAS; OLIVEIRA; 2019).

É importante focar que o pré-natal deve ser realizado o mais precoce possível, principalmente no primeiro trimestre de gestação para que sejam identificados patologias como a hipertensão arterial, diabetes, como também patologias cardíacas, anemias, sífilis, dentre outras. Porém, como vimos muitas mulheres demoram a procurar a assistência e isso deve estar preconizado dentre os profissionais de saúde, principalmente dos enfermeiros que atuam nas unidades básicas de saúde, pode se utilizar da ajuda dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) para conseguir o primeiro contato com essas gestantes. Os ACS têm maior contato com a população e são um suporte fundamental, que deve ser utilizado, pois conseguem identificar a situação do bairro e as gestantes que nele se encontram.

É importante citar que foi implementado pelo Ministério da Saúde, nos anos 2000, pela portaria 1.459/2010, a Rede Cegonha, que busca melhor o atendimento no

pré-natal, de forma que diminua a mortalidade neonatal e materna, usando de métodos baseados em estudos de todo país. A enfermagem colabora para a realização de procedimentos comprovadamente benéficos à saúde materno- infantil e o abandono de técnicas desnecessárias e invasivas. Ainda segundo o Sistema Único de Saúde (2022), a meta é ter igual ou menos de 30 mortes de gestantes por 100 mil nascidos vivos. Assim essa rede de apoio deve ser utilizada e aplicada pois proporciona um atendimento humanizado e seguro as gestantes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim fica claro o papel do enfermeiro quanto ao atendimento do pré-natal e a importância para a saúde da mãe e do bebê. O profissional deve propiciar a promoção de saúde, a melhoria da qualidade de vida e garantir um bom desenvolvimento da gestação buscando diminuir os riscos. Esse atendimento implica acolher a mulher e sua família ouvindo suas queixas e angustias, de forma que a mesma se sinta segura e confortável, o profissional assim precisa ser sensível e empático. Carece ainda focar em estratégias que englobem essas gestantes de forma que as mesmas consigam entender suficientemente as orientações para poderem aplicar essas na sua vida e gerar uma conscientização da importância do pré-natal para que continuem o acompanhamento e se tenha uma maior satisfação do mesmo.

8 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Rede Cegonha**. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/rede-cegonha>>. Acesso em: 01 set. 2022.

COFEN. **Fatores Associados à Inadequação do Início do Pré-natal**. 2022. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/fatores-associados-a-inadequacao-do-inicio-do-pre-natal/#>>. Acesso em: 02 set. 2022.

COFEN. **Fatores Associados à Inadequação do Início do Pré-natal**. 2022. Disponível em: <<http://biblioteca.cofen.gov.br/fatores-associados-a-inadequacao-do-inicio-do-pre-natal/#>>. Acesso em: 01 set. 2022.

DOS SANTOS, Lannuze Gomes Andrade; ANDRETO, Luciana M.; FIGUEIRA, Maria Cristina dos S.; MO. **Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia**. Rio de Janeiro: MedBook

Editora, 2010. E-book. ISBN 9786557830741. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786557830741/>. Acesso em: 01 set. 2022.

LARA, Sonia Regina Godinho D.; CESAR, Mônica Bimbatti N. **Enfermagem em Obstetrícia e Ginecologia**. São Paulo: Editora Manole, 2017. E-book. ISBN 9788520454756. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520454756/>. Acesso em: 01 set. 2022.

NUNES, A. D. da S.; AMADOR, A. E.; DANTAS, A. P. de Q. M.; AZEVEDO, U. N. de; BARBOSA, I. R. Acesso à assistência pré-natal no Brasil: Análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 30, n. 3, 2017. DOI: 10.5020/18061230.2017.6158. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6158>>. Acesso em: 01 set. 2022.

OLIVEIRA, Aline Miranda. **FATORES E CONSEQUÊNCIAS DE SE INICIAR UM PRÉ-NATAL TARDIO**. 2021. 32 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Centro Universitário Guairacá, Guarapuava, 2021. Disponível em: <<http://repositorioguiraca.com.br/jspui/handle/23102004/371>>. Acesso em: 02 set. 2022.

SAMPAIO, Luana Maia *et al.* REDE CEGONHA: ACOMPANHAMENTO PRÉ-NATAL E VINCULAÇÃO DE GESTANTES À MATERNIDADE DE REFERÊNCIA. **Ciência, Cuidado e Saúde**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 1-7, 30 maio 2018. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/38384>>. Acesso em: 28 ago. 2022.

UNES, A. D. da S.; AMADOR, A. E.; DANTAS, A. P. de Q. M.; AZEVEDO, U. N. de; BARBOSA, I. R. Acesso à assistência pré-natal no Brasil: análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S. l.], v. 30, n. 3, 2017. DOI: 10.5020/18061230.2017.6158. Disponível em: <<https://periodicos.unifor.br/RBPS/article/view/6158>>. Acesso em: 01 set. 2022.